



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA –**



LUZIA BARBOSA DE OLIVEIRA

**RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL, O ESPAÇO MUNICIPAL, SEUS
LIMITES E IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS.**

**Vitória da Conquista, Bahia
Março, 2019**

LUZIA BARBOSA DE OLIVEIRA

**RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL, DO ESPAÇO MUNICIPAL,
SEUS LIMITES E IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Produção do espaço geográfico.
Linha de pesquisa: Dinâmicas da natureza e do território.

Professor Orientador: Dr. Edvaldo Oliveira

**Vitória da Conquista, Bahia
Março, 2019**



Esta dissertação de mestrado está sobre os termos Creative Commons

O48r

Oliveira, Luzia Barbosa de.

Reconfiguração territorial, do espaço municipal, seus limites e implicações socioeconômicas. / Luzia Barbosa de Oliveira, 2019.

174f. ; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr. Edvaldo Oliveira

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Program de Pós-Graduação em Geografia - PP GEO, Vitória da Conquista, 2019.

Inclui referência F. 123 – 129.

1. Território – Limites e fronteiras municipais. 2. Pertencimento – Território. 3. Centralidade. 4. Delimitação municipal. I. Oliveira, Edvaldo. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PP GEO. T. III.

CDD: 341.1221

E com muito carinho e gratidão que dedico esse trabalho...

Ao meu irmão que apesar das dificuldades que a vida lhe impôs sempre seguiu de cabeça erguida e com sorriso no rosto, você é meu exemplo de vida, tenho muito orgulho de você.

A minha mãe que sempre fez o possível para me guiar no caminho certo, mesmo quando estávamos com o temperamento inconstante.

Para Beatriz Ramos, Rozania por estarem sempre presentes ouvindo as lamúrias desse projeto. E Iuri Chaves pela extrema paciência nas correções.

Aquele que se tornou uma pessoa muito importante graças ao seu apoio e incentivo, além da ajuda com correção, Josias Mohabe.

E a todos aquele que instigados com a leitura possam aproveitar o tema proposto e clarear suas reflexões, bem como auxiliar no êxito de questões territoriais. Que a dúvida e curiosidade nos levem longe.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é a memória do coração. Ditado Francês

Se eu estou aqui hoje na eminente sensação de obter o título de “Mestre”, não poderia deixar de “expressar minha gratidão” às pessoas que contribuíram para que eu chegasse a esse ponto. Agradeço ao ser supremo do universo por me guiar nesse caminho para obter essa vitória, agradeço a minha família, em especial minha Mãe Nide, pelo apoio de sempre; ao meu irmão Lucas, por me motivar com sua determinação e por ser um guerreiro, exemplo de coragem.

Agradeço principalmente a UESB pela concessão da bolsa, o que me permitiu desenvolver uma pesquisa de qualidade. Não posso deixar de agradecer ao meu querido orientador Edvaldo pela paciência e competência em me auxiliar no caminho das pedras, mas aqui estou referenciando cada uma delas e construindo um posicionamento crítico. Parece engraçado lembrar a incrível coincidência de seus orientandos terem o mesmo sobrenome, mas ao pensar isso concluo que a ciência é uma família que forma pesquisadores. Em relação à pesquisa gostaria de agradecer também a Junívio que desde a graduação me guiou na produção de pesquisas nesse tema e me apoiou na inscrição desse mestrado. Ao professor Vilomar Sampaio e a Professora Maria Eliane Andrade pelas contribuições.

A Rita de Cassia da Silva Luquini que contribuiu muito com sua pesquisa de dissertação, abrindo novos horizontes de estudo além do apoio que me permitiu continuar seu trabalho, acrescentando novos olhares.

Aos alunos do segundo semestre de geografia na disciplina cartografia básica e a coordenação do professor Edvaldo, o zelo e dedicação para que me saísse bem nessa etapa do tirocínio docente. Aos diversos funcionários e pessoas anônimas que de forma direta ou indireta ajudaram na continuidade desse projeto.

Aos colegas mestrandos em especial a Vagner, e Nádia por estarem sempre à disposição para resolver minhas dúvidas. Aos companheiros unebianos Roberval (Robis), Maria Ieda (Lia), Jane Mary (Janinha), Sandra, foi um prazer dividir caronas e pesquisas com vocês, Fernanda Oliveira (Nandinha) obrigada pelo pouso e pelas horas de estudo para o concurso, além da colaboração com a pesquisa empírica. Tadeus (Teddy) que me acompanha deste a graduação. Não poderia deixar de agradecer as caronas de Minéia, Fernanda Lacerda e foram muitas. Gostaria de registrar que ver o esforço de João, a determinação de Acuel, e a

dedicação de Wanderson faz ter orgulho de tê-los como colega. E a Adriana e Gabriela da terceira turma.

Vale destacar que apesar de sermos da segunda turma o mestrado de geografia da UESB temos muita proximidade com os da primeira, e gostaria de agradecer a ajuda de Débora com a cartografia, de Flávia com as contribuições teóricas, a Verinha pelas caronas e zelo. Joelma, Edilélio (Leo) e Edvagno vocês foram os primeiros unebianos a entrar e inspirar minha segunda tentativa no mestrado, serei imensamente grata. Sem esquecer que as aulas de campo, eventos, almoços e cachaças foram momentos de muita resenha e criação de vínculos fortíssimos. Desejo sucesso a todos, estarei sempre à disposição. Como Nádia diria desejo muitos concursos para vocês.

Falando em profissionais competentes abro um parêntese para destacar o prazer em fazer parte da construção da história desse recente mestrado de geografia na região. Agradeço a CAPES pelo apoio ao programa e aos professores que se dedicaram na concretização e manutenção desse projeto, a Ana Emília, Altemar, Fernanda, Meire, Exedito, a querida Suzane, aos “Jânios” Santos e Diniz pelas excelentes aulas, Geiza, Mario Rubens. Devo mencionar a importante contribuição dos grupos de pesquisa: Estudos Urbanos coordenado por Ana Emília, Verônica e Greziane. E o APLAGE coordenado por Meire. Aos secretários, primeiro Isaias e segundo Janaína.

Agradeço aos amigos que me apoiaram durante essa jornada, me deram forças para continuar, Amanda carinhosamente chamada de “Lisbão” e seu lindo bebezinho João Matheus, a Rozania e Beatriz pelos momentos de descontração e amizade sincera, a Luana Lacerda que mesmo ausente se faz presente, essa família Lacerda é maravilhosa saudade de Livinha. A Géssica, Laina, Anjinha minha paixão, Bruna Santos, Ângela Meira, Lary minha enfermeira querida, Andressa, Iuri, Jonas pelo incentivo, Heber pelas enquetes e resenhas via whatsapp, Eduardo pelo apoio, Marques pelas conversas de incentivo, Juliana Anastásia, Néia, Liz, Niws, Ramilton grande incentivador, o mineiro Francisco Ladeira obrigada pelas dicas e conversas inspiradoras. Externo muito carinho a Janilton, Isabela secretária de educação, Clarinda, Cristiane, Leninha, Alidéia, Dilma pela parceria, Jhow e a alegria do grupo de teatro, Solzinha, as queridas alunas do tempo que estive no CRAS, a outra Solange, Júnia, Marilda e as demais senão o espaço não acaba.

Minhas queridas colegas de residência Bianca a advogada mais elétrica que conheci e animadora nas horas de tédio, Naty prima e amiga querida valeu pela paciência nos momentos desabafo, Ivana “bb” você é uma comédia de um jeito positivo e inspirador, Jessica minha amiga quase médica, Paulinha, Gleice Kelly, Lindinéia, Luana, Iana, Day, Thay a novinha e

delicada amiga, sabe quando você pega afinidade mesmo com o pouco tempo foi o caso de Nayara (obrigada pelo empréstimo do notebook). Olha que foram várias noites de sono perdidas oras nas resenhas, brigas e ou estudos foi um prazer conviver com vocês.

A Verônica (e seu lindo bebezinho Miguel Arcanjo) e Janinha (e a charmosa bebezinha Isabelle) que me ajudaram na época da especialização em patrimônio que comecei na UNEB coordenada pelo professor Zezito, desisti, mas as amizades conquistadas continuam. E não menos importante, deixei esse espaço, para expressar minha admiração e meu muito obrigada, ao querido Josias Mohabe, que se tornou ao longo dessa fase um exemplo a seguir, um grande apoiador, sempre dedicando atenção, ajuda, compreensão, momentos de muitas aventuras e carinho.

Por fim, agradeço as cidades palco da pesquisa, aos colaboradores (Roberval, Juliana Anastásia, minha prima Joseane e meu irmão Lucas) e aos munícipes entrevistados, pela atenção em me ajudarem com a aplicação dos questionários e diálogos com a população para a produção dessa dissertação. Peço desculpas caso tenha esquecido de mencionar alguém, mas a gratidão que tenho para com todos que colaboraram com esse projeto é imensa, está na memória jamais será esquecido. Sei da confiança dedica a mim, e agradeço imensamente, espero que de certa forma minha pesquisa possa contribuir na vida de vocês, e a coloco à disposição para que possa de alguma forma, ajudar no que for possível às relações envolvendo limites intermunicipais.

*“Os limites são fronteiras criadas pela mente” Provérbio chinês
Não se limite, ultrapasse as fronteiras.*

*“Um país que engoliu a compostura
Atendendo a políticos sutis
Que dividem o Brasil em mil Brasis
Pra melhor assaltar de ponta a ponta*

*Pode ser o país do faz-de-conta
Mas não é com certeza o meu país”*

Trecho da música “O Meu País” de Zé Ramalho

OLIVEIRA, Luzia Barbosa. **Reconfiguração territorial, o espaço municipal, seus limites e implicações socioeconômicas**. Dissertação de Mestrado, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Orientador: Dr. Edvaldo Oliveira, março de 2019.

RESUMO

A história da humanidade registra muitos conflitos de interesse e desacordos referentes à modificação territorial, ação que envolve múltiplas escalas, que em todas as situações remete a ideia de autonomia e controle administrativo do território. Partindo da premissa dos conflitos territoriais, a pesquisa se propôs a desvendar os problemas advindos da redefinição dos limites municipais e sua correlação com o sentimento de pertencimento, amparados pelas centralidades de oferta dos serviços com implicações diretas na política de renda dos municípios. O Recorte espacial tomou como base a interface dos municípios de Ibiassucê, Caculé, Caetité, Pindaí, Licínio de Almeida. Assim, se desdobrou a partir da pesquisa bibliográfica e documental utilizando de informações do IBGE, SEI, Constituições Federal e Estadual, Legislação, referências bibliográficas, *websites* e documentos cartográficos. No aporte teórico, os autores foram divididos por temas: sobre o território e relações de poder foram utilizados Raffestin (1993), Hissa (2009), Haesbaert (2007), Moraes (2000), Santos (2006); sobre limites e fronteira valeu-se de Machado (1998), Cataia (2008); na parte de representação Cartográfica buscou-se em Menezes e Fernandes (2012); Moreira (2007) e Ross (1983) referente aos aspectos geomorfológicos aplicadas às questões de limites. Sobre escalas territoriais, foi embasado em Castro (2000) e Lacoste (1988). Quanto à centralidade e sociedade em rede, baseou-se em Moreira (2007), Santos (1988) com as concepções de Fluxos e fixos, além de Dias (2000) para reiterar sobre as redes e a compreensão da mobilidade territorial. Sobre as questões envolvendo pertencimento utilizou-se Claval (2001), Hall (2005), Correa (2009) entre outros autores. Na parte da representação espacial do território fundou-se na utilização da cartografia sistemática e temática com abordagem quantitativa e qualitativa, sustentado pela aplicação de questionários a fim de ter uma percepção sobre o pertencimento sobre a rede de atendimento dos serviços com foco na centralidade para apontar as implicações diretas da arrecadação de renda dos municípios. No plano empírico, destaca-se que os limites oficiais acabam não sendo os mesmos praticados ao tempo que as relações de territorialidades são ampliadas. A mobilidade territorial demonstrou ter um caráter influenciador no processo de territorialização na área de estudo, bem como se notou a falta de esclarecimento popular e estudos sobre o território dos municípios. Os resultados buscaram demonstrar os problemas advindos da nova configuração mediante análises teóricas, o exame dos dados e inferências sobre os impactos dos novos limites dos municípios e seus desdobramentos, ocasionando estudos futuros.

Palavras Chaves: Território. Limites Municipais. Pertencimento. Centralidade

OLIVEIRA, Luzia Barbosa. **Territorial reconfiguration, municipal space, its limits and socioeconomic implications.** Master's Dissertation, by the Postgraduate Program in Geography-PPGEO, State University of the Southwest of Bahia. Advisor: Dr. Edvaldo Oliveira, March 2019.

ABSTRACT

The history of humanity registers many conflicts of interest and disagreements regarding territorial modification, an action involving multiple scales, which in all situations refers to the idea of autonomy and administrative control of the territory. Based on the premise of territorial conflicts, the research aimed to uncover the problems arising from the redefinition of municipal boundaries and their correlation with the sense of belonging, supported by the centralities of service provision with direct implications in the municipalities' income policy. The spatial cut took as a base the interface of the municipalities of Ibiassucê, Caculé, Caetité, Pindaí, and Licínio de Almeida. Thus, it was unfolded from the bibliographical and documentary research using information from IBGE, SEI, Federal and State Constitutions, Legislation, bibliographical references, websites and cartographic documents. In the theoretical contribution, the authors were divided by themes: on the territory and relations of power were used Raffestin (1993), Hissa (2009), Haesbaert (2007), Moraes (2000), Santos (2006); on boundaries and frontier was used Machado (1998), Cataia (2008); in the part of representation cartographic was looked for in Menezes and Fernandes (2012); Moreira (2007) and Ross (1983) referring to the geomorphological aspects applied to boundary issues. On territorial scales, it was based on Castro (2000) and Lacoste (1988). As for centrality and network society, it was based on Moreira (2007), Santos (1988) with the concepts of Flows and fixed, and Dias (2000) to reiterate on the networks and the understanding of territorial mobility. Concerning questions about belonging, we used Claval (2001), Hall (2005), and Corrêa (2009) among other authors. In the spatial representation of the territory it was based on the use of systematic and thematic cartography with a quantitative and qualitative approach, supported by the application of questionnaires in order to have a perception about the belonging to the service network with focus on the centrality and interviews with the municipal managers to point out the direct implications of the income collection of the municipalities. At the empirical level, it is emphasized that the official limits end up not being the same ones practiced, the borders are exceeded, while the territorial relations are extended. Territorial mobility was shown to be influenced in the process of territorialization in the study area, as well as the lack of popular enlightenment and studies about the territory. The results seek to demonstrate the success of the research, through theoretical analysis, the examination of data and inferences about the impacts of the new limits of the municipalities and their unfolding, causing future studies.

Keywords: Territory. Municipal Boundaries. Belonging. Centrality.

Lista de Mapas

| | |
|--|----|
| Mapas 1-Localização dos municípios de estudo, 2019 | 2 |
| Mapas 2-- Núcleos primitivos de povoamento XVI..... | 56 |
| Mapas 3-Caminhos do povoamento século XVI..... | 57 |
| Mapas 4-- Caminhos do povoamento século XVII | 58 |
| Mapas 5-- Vilas existente no final do século XVIII | 59 |
| Mapas 6- Vilas existente no final do século XVIII | 60 |
| Mapas 7-- Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia 1889..... | 61 |
| Mapas 8- Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia-1940..... | 62 |
| Mapas 9- Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia-2000..... | 63 |
| Mapas 10 - Evolução dos conflitos territoriais na Bahia: 2002 a 2015 | 66 |
| Mapas 11- Evolução dos limites municipais da área de estudo | 76 |
| Mapas 12– Mapa topográfico base dos municípios da pesquisa | 80 |
| Mapas 13 - Evolução dos limites territoriais da área de estudo entre 2002 a 2015..... | 81 |
| Mapas 14- Alteração territorial do Município de Caetité entre 2007 a 2015 | 89 |
| Mapas 15- Alteração territorial do Município de Pindaí entre 2007 a 2015 | 89 |
| Mapas 16- Alteração territorial do Município de Licínio de Almeida entre 2007 a 2015 | 90 |
| Mapas 17- Alteração territorial do Município de Caculé entre 2007 a 2015 | 91 |
| Mapas 18- Alteração territorial do Município de Ibiassucê entre 2007 a 2015 | 92 |
| Mapas 19- Zoneamento e localização das famílias entrevistadas | 94 |

Lista de figuras

| | |
|--|-----|
| Figura - 2- Organograma da pesquisa e projeto cartográfico | 9 |
| Figura 3- Noção de limites e fronteiras | 27 |
| Figura 4 - Evolução dos municípios no Brasil de 1872/2010..... | 32 |
| Figura 5- Processo histórico evolutivo de emancipação dos municípios estudados | 71 |
| Figura - 6- Articulação das folhas e Mosaicamento das Cartas utilizadas para a base cartográfica | 78 |
| Figura 7- Cartograma de Perdas e Ganhos | 84 |
| Figura 8- Mosaico de mapas com limites municipais em 2007 e 2015..... | 87 |
| Figura 9- Carta imagem de limite municipal da localidade de Várzea Grande em 2007 | 96 |
| Figura 10 - A casa da comunidade Garrote, tida como limite entre Ibiassucê e Rio do Antônio | 103 |
| Figura 11- Barragem da Cana marco divisor de Ibiassucê com Caculé segundo os entrevistados | 105 |
| Figura - 12- Fotográfica da Escola Municipal Laudelino José da Silva..... | 119 |
| Figura 13- Unidade de Saúde da Família de Várzea Grande | 121 |
| Figura 14- Unidade de Saúde da Família de Francisco Marcos Santos | 122 |
| Figura 15- Unidade de Saúde da Família de Tanque..... | 122 |
| Figura - 16– Vista da Feira livre de Paramirim | 131 |

Lista de Quadros

| | |
|---|-----|
| Quadro 1- Tipologias das fronteiras segundo Friedrich Ratzel | 21 |
| Quadro 2- Síntese sobre a diferenciação de limites entre fronteiras | 30 |
| Quadro 3- Característica jurídica sobre a criação e desmembramento territorial | 37 |
| Quadro 4- Processo histórico evolutivo de emancipação dos municípios a partir da Capitania de Todos os Santos – BA..... | 68 |
| Quadro 5– Municípios e suas Leis de criação | 72 |
| Quadro 6- Principais conflitos e as motivações encontrados nos limites municipais | 85 |
| Quadro 7- Principais perdas e ganhos territoriais encontrados na pesquisa..... | 88 |
| Quadro 8- Zoneamento das áreas pesquisadas | 93 |
| Quadro 9- Dias de realização de feira na região..... | 129 |

Lista de Tabelas

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 Perdas e ganhos territoriais com base os limites de 2007 e os de 2015..... | 85 |
| Tabela 2 Tabela 2- Censo Demográfico em 2010 e Estimativa Populacional em 2018 | 116 |

Lista de Gráficos

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1-- Atividade econômica desenvolvidas na ZONA 2..... | 124 |
| Gráfico 2- Local de escoamento da produção da ZONA 2 | 125 |
| Gráfico 3- Atividade econômica desenvolvida na Zona 3 de Várzea Grande-Caculé | 125 |
| Gráfico 4-Atividade econômica desenvolvida na ZONA 5..... | 126 |
| Gráfico 5-Destino do escoamento da produção de Pindaí..... | 127 |
| Gráfico 6- Locais de feira frequentados pelos moradores da Zona 1 | 130 |
| Gráfico 7-- Locais de feira frequentados pelos moradores da Zona 2..... | 130 |
| Gráfico 8- Locais de feira frequentados pelos moradores da Zona 5 | 132 |
| Gráfico 10- Destino dos moradores da Zona 5 para utilizarem serviços bancários | 133 |

ABREVIATURAS E SIGLAS

BAMIM Bahia Mineração

CEEP Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) em Guanambi

CEFEM Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

CETEP Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo em Caetité

CONPEDI Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

CPT Comissão Pastoral da Terra

DIT Divisão Internacional do Trabalho

EC Estatuto das cidades

EPGS *European Petroleum Survey Group*

NHSA Hospital Nossa Senhora Aparecida

HMSS Hospital Município São Sebastião (Ibiassucê)

HRG Hospital Regional de Guaiambé

FPM Fundo de Participação Monetária

GNSS *Global Navigation Satellite Systems*

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IF Instituto Federal Campus- Guanambi

IMESC Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

INDE Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais

PA Ponto de Amarração

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PTDRS Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

SCDL Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites. Ministério das Relações Exteriores.

SEI Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SIRGAS Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (2000)

SRC Sistema de Referência de Coordenadas

UESB Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UNEB Universidade do Estado da Bahia

UBF e/ou PSF Unidade Básica de Saúde Família

UNIFG Centro Universitário FG em Guanambi

UPA Unidade de Pronto A

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 1 |
| 2 | PERCURSO TEÓRICO - DAS DISCUSSÕES TERRITORIAIS ÀS FRONTEIRAS E LIMITES MUNICIPAIS | 10 |
| 2.1 | O território enquanto recorte espacial: entre poder e ocupação..... | 10 |
| 2.2 | Ponderações sobre as diferenças entre limites e fronteiras..... | 19 |
| 2.3 | Dos territórios estaduais aos municípios como ente federado | 30 |
| 2.4 | O processo de territorialização: relações de pertencimento, fluxos e centralidades na escala intermunicipal..... | 39 |
| 3 | REPRESENTAÇÃO ESPACIAL E DELIMITAÇÃO MUNICIPAL | 49 |
| 3.1 | Geotecnologias aplicadas na gestão de inconsistências de limites intermunicipais..... | 49 |
| 3.2 | Histórico e evolução dos limites territoriais na Bahia | 53 |
| 3.3 | Evolução e conflitos territoriais na área de estudo | 67 |
| 4 | RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E IMPLICAÇÕES SOCIAIS | 77 |
| 4.1 | Reconfiguração e disputas territoriais dos municípios - aspectos metodológicos | 77 |
| 4.2 | Reconfiguração territorial e implicações sócio econômicas-aspectos metodológicos | 92 |
| ZONA 1 | – Ibiassucê versus Rio do Antônio | 95 |
| 4.2.1 | ZONA 2 – Caculé versus Ibiassucê | 95 |
| 4.2.2 | ZONA 3 – Licínio de Almeida versus Caculé..... | 96 |
| 4.2.3 | ZONA 4 – Caetité versus Paramirim..... | 97 |
| 4.2.4 | ZONA 5 - Pindaí versus Candiba/Guanambi | 98 |
| 4.3 | Identificação e composição social – aspectos metodológicos..... | 101 |
| 4.4 | Relações de pertencimento e territorialidades nas zonas de disputas territoriais | 102 |
| 4.4.1 | Aspectos envolvendo o pertencimento na ZONA 1 – localidade de Garrote | 103 |
| 4.4.2 | Aspectos envolvendo o pertencimento na ZONA 2- localidade de Jabuticaba | 104 |
| 4.4.3 | Aspectos envolvendo o pertencimento na ZONA 3 - localidade de Varzea Grande | 106 |
| 4.4.4 | Aspectos envolvendo o pertencimento na ZONA 4 – localidade de Cercados | 107 |
| 4.4.5 | Aspectos envolvendo o pertencimento na ZONA 5 – localidade de Tanque... | 108 |
| 4.5 | Panorama geral sobre as relações de pertencimento encontradas nas Zonas... | 109 |

| | | |
|----------|---|------------|
| 5 | IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E CENTRALIDADESTERRITORIAIS | |
| | 111 | |
| 5.1 | Gestão administrativa frente às questões de conflito por limites | 111 |
| 5.2 | Utilização de serviços e centros regionais – e as redes municipais em questão | 117 |
| 5.3 | Oferta de serviços educacionais | 118 |
| 5.4 | Oferta de serviços de saúde pública | 120 |
| 5.5 | Ofertas de serviços voltados para aspectos econômicos e comerciais | 123 |
| 5.6 | Fluxos intermunicipais e centralidades..... | 134 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 136 |
| | REFERÊNCIAS..... | 142 |
| | APÊNDICES | 150 |
| | Apêndice A: Questionário semi-estruturado..... | 151 |
| | Apêndice B: Matriz de análise | 154 |
| | Apêndice C: Cronograma da aplicação de questionários | 155 |
| | ANEXOS..... | 156 |
| | LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1967 | 157 |
| | Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996 | 160 |

1 INTRODUÇÃO

O espaço geográfico é resultado da interação humana, que parte da ação recorrente em que o homem é produto e ao mesmo tempo ator do processo de (re) construção socioespacial. No momento em que atores sociais se apropriam e estabelece interação como espaço por meio das relações de dominância, converte-se em território. Dessa forma, o território configura-se como um recorte do espaço construído, cujos critérios de delimitação são estabelecidos por um poder organizacional, como Estado.

No que se refere à evolução do território no plano empírico, existem muitos conflitos de interesse e desacordos quando o tema é a alteração territorial, ação que envolve múltiplos níveis de hierarquia e escala, desde as organizações voltadas para soberania, a exemplo dos principados, até as atuais divisões internas, situações que remetem a ideia de autonomia e controle administrativo do território.

Ressalva-se que o tema acerca dos limites e fronteiras não se constitui um fenômeno simples, local, visto nos processos de expansão territorial, que envolvem, no plano mais geral, por exemplo, a colonização/descolonização que acabam envolvendo disputas por controle por espaço. Em função desse estudo pode-se analisar os fenômenos da construção espacial e as influências que exerce, principalmente, na organização, no controle do território e suas implicações na sociedade, visto que estas questões ultrapassam a problemática dos limites. Portanto, tais conflitos no âmbito do território, implicam em diversas escalas, com diferentes graus de generalização, desde a escala dos países até à do território do município.

A efetivação desta pesquisa, partindo dos conflitos territoriais envolvendo municípios, se deu a partir da repercussão popular sobre as atualizações de limites de municípios no ano de 2011, embora existissem litígios sobre os limites municipais, pouco era abordado pelos municípios resultando na motivação para estudos com finalidade de analisar as novas dinâmicas estabelecidas. Contudo, a complexidade do tema exigia uma análise qualitativa, na qual se aborda a subjetividade da questão, o que possibilitou a elaboração e execução do projeto de dissertação.

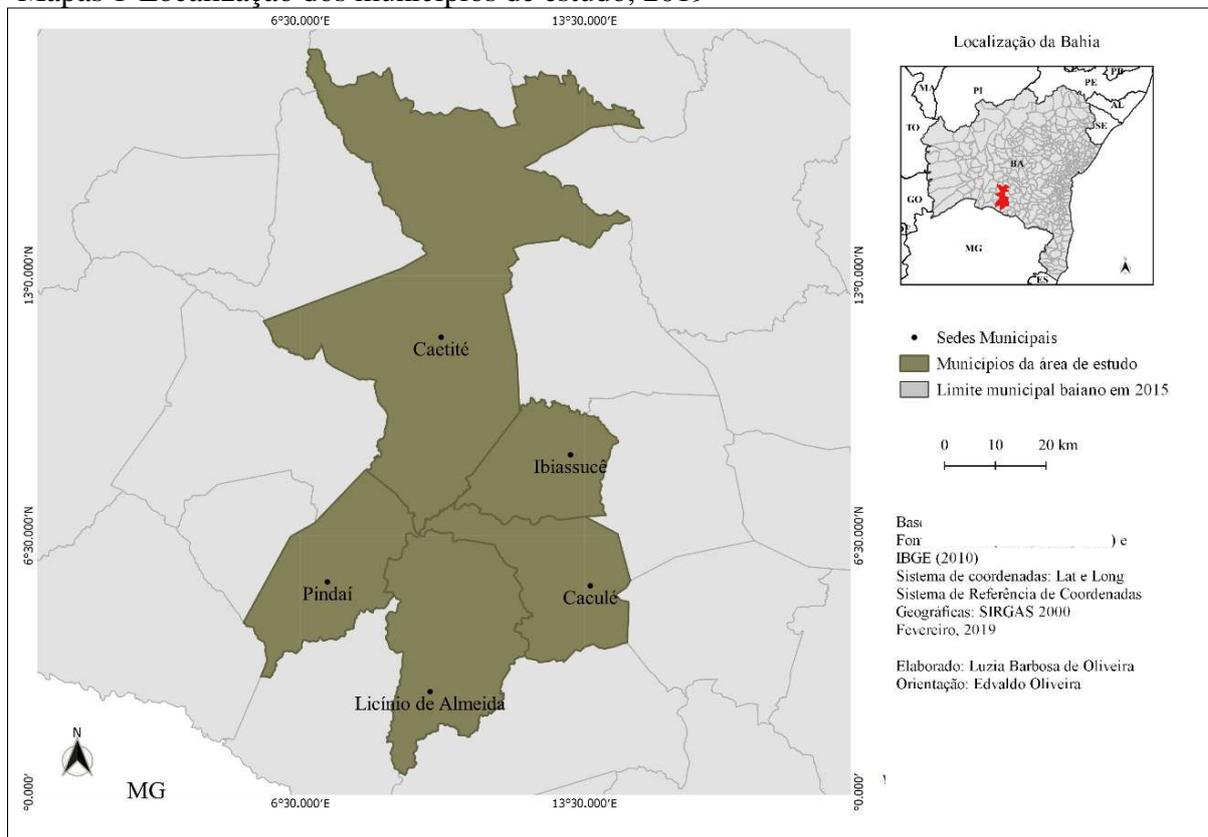
Partindo da premissa dos conflitos territoriais, a pesquisa tem como objetivo desvendar os problemas advindos da redefinição dos limites municipais e sua correlação com o sentimento de pertencimento, amparados pelas centralidades de oferta dos serviços com implicações diretas na política de rendas dos municípios.

No desdobramento do objetivo, a pesquisa se propôs a analisar algumas vertentes e, nos limites do trabalho, tentou preencher lacunas em relação à redefinição dos limites

municipais, especificamente os dilemas dos municípios. A problemática torna se evidente, uma vez, que quando se altera as divisas de um determinado território do município, as relações existentes tendem a mudar para adaptar as novas configurações espaciais, o que implica em novas relações da sociedade com o novo limite territorial.

Nesse sentido parte-se da hipótese geral de que há por parte dos munícipes o sentimento de pertencerem ao espaço de vivência no território dos municípios, independente dos limites municipais, que implica no atendimento dos serviços essenciais que se revela numa dinâmica intermunicipal, redefinido pelas centralidades da oferta desses serviços, ficando as questões de recursos para as gestões municipais. O Recorte espacial que norteia as discussões da pesquisa, como ilustra o Mapa 1, envolveu a interface dos municípios de Ibiassucê, Caculé, Caetité, Pindaí e Licínio de Almeida.

Mapas 1-Localização dos municípios de estudo, 2019



Fonte: Bahia (2011, 2010, 2003) IBGE (2010).
 Elaboração: OLIVEIRA, Luzia Barbosa de. 2019

Na disputa do território, há a necessidade de conhecê-lo para controlá-lo, e quando se perde território têm que estabelecer outros mecanismos que supram as carências geradas. Nesse contexto, além de ocorrer alteração no modo de vida das pessoas, gera a necessidade de se recorrer a uma nova administração e a novos elementos organizacionais. Há, também, o

fato de que as atividades que já existiam modificam-se gerando conflitos na sociedade, pois em muitos casos há desinformação geral sobre a motivação dessa (re) definição e conseqüentemente, por muitas vezes, a população sofre as conseqüências sem saber o porquê. Desse modo, o que tem de essencial nessa análise é a necessária compreensão de que a função do território, em especial o território municipal, está intrinsecamente ligada às relações sociais e, conseqüentemente, novas relações de ação e poder que se manifestam por pessoas ou grupos.

Particularizando a questão, as discussões sobre a divisão territorial brasileira sempre estiveram entre os debates acerca da geografia política, e permanecem através dos inúmeros projetos de leis que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para emancipação, criação, redefinição e desmembramentos de municípios.

Quando se trata da divisão territorial brasileira, o Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE) (2008) a menciona como sendo uma das mais dinâmicas dos países ocidentais, principalmente no que se refere à criação de municípios e a alteração de suas divisas. Neste contexto as alterações nas fronteiras estaduais e municipais acabam sendo as marcas das mudanças ocorridas no pacto federativo da república brasileira.

Não obstante, em todo processo de evolução territorial brasileiro existem controvérsias e dilemas de demarcação, na forma de Ponto de Amarração – PA, sem o aporte do georeferenciamento, visto que os limites oficiais dos municípios, em sua grande maioria, foram demarcados tendo como referência “acidentes geográficos”, bem caracterizados, existentes na época da criação dos municípios. No entanto, em decorrência da urbanização, das atividades de mineração, de grandes obras viárias, além de outros fatores que modificam severamente a paisagem, as linhas divisórias apresentam referências incertas, que dão margem a dúvidas e múltiplas interpretações na sua identificação e materialização física em campo.

Em vários casos esses fatores modificadores da paisagem natural causando grandes alterações nas feições originalmente citadas como referências para as divisas. Surge, então, a necessidade de padronizar os princípios que orientam a marcação dos limites. Nesse caso, o IBGE adotou a utilização de Pontos de Amarração devidamente georeferenciados.

Com base nos estudos de Cataia (2008) e Machado (1998) sobre conceitos de fronteira e de limite e a discussão da natureza contraditória entre o limite formal instituído por Lei e o limite informal praticado pela população e pelo poder local discute-se os fundamentos da questão dos limites municipais. Partindo dessa discussão, acrescenta-se as relações estabelecidas no âmbito local, por meio das noções de sentimento e pertencimento com o território municipal. Destacam-se as similaridades teóricas, trazendo os elementos que

compõem as teias regionais e a questões de fluxos. É no contexto que a pesquisa buscou ressaltar o município como ente federado, um marco na história política brasileira pós Constituição de 1988, atribuído com novas competências do município, sobretudo no âmbito das políticas sociais. A partir disso, foi feita a análise sobre o uso do território e a ressignificação das suas funções, serviços oferecidos.

No campo da evolução dos territórios, o Brasil apresenta um histórico de conflitos desde sua fundação uma vez que o Tratado de Tordesilhas (1494), responsável pela primeira divisão no território que atualmente corresponde ao Brasil, até hoje, existem discussões sobre a criação e a alteração das divisas no seu território, incluindo aí, os limites municipais.

Por sua vez, a evolução do território baiano, segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), (2001) o formato e a área atuais do estado da Bahia, na prática, foram definidos com a criação da capitania da Bahia, no final do século XVIII e, posteriormente, com a incorporação da comarca do Rio São Francisco. A ocupação efetiva, porém, deu-se na segunda metade do século XX momento em que ocorrem muitos arranjos territoriais com novos limites municipais.

O Método que norteou a pesquisa foi o dedutivo, partindo da problemática de apontar as motivações e consequências das redefinições dos limites territoriais dos municípios, no sentido mais amplo, e suas implicações mais particulares, no contexto político e social, que permite a comprovação sobre o grau de pertencimento e atendimento dos serviços através da rede municipal, entre outros meios, pela observação e experimentação.

No campo empírico, a perspectiva utilizada para a realização da pesquisa pode ser entendida como uma abordagem quanti-qualitativa, ou seja, aquela em que abstrai o que cada método oferece de melhor e evita as limitações singulares de cada uma, já que busca tanto uma boa representatividade dos dados necessários a uma generalização, quanto cuida dos valores subjetivos apreendendo o contexto dos fatos (FIGUEIREDO, 2007).

No plano metodológico, a pesquisa se desdobrou através de uma divisão em três esferas, representado no organograma de pesquisa. Diante do forte apelo cartográfico da pesquisa o organograma inclui, para além dos pressupostos da pesquisa, aspectos do projeto cartográfico subdividido na análise de aspectos da cartografia sistemática e na produção de dados possibilitado pela cartografia temática. Inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico, através da pesquisa bibliográfica e documental utilizando de informações do IBGE, SEI, Legislação e documentos cartográficos, além do resgate da redefinição dos limites municipais através do histórico de evolução dos municípios e suas implicações nas divisas recentes.

Após a análise do histórico, foram observadas as incongruências presentes na legislação brasileira para descobrir as áreas perdidas e ganhos pelos municípios estudados. Contudo, para a pesquisa de campo foi necessário mapear as áreas afetadas. Aparte da representação espacial da temática da pesquisa fundou-se na utilização da cartografia sistemática por apresentar precisão necessária. Foram escolhidos os softwares QGIS versão 2.18 e Mapviewer *release* 8.6 por serem de fácil acesso de fácil interação na aquisição e tratamento de dados.

Foram utilizadas as bases de dados vetoriais e *raster*, sendo que os dados vetoriais foram aproveitados as cartas topográficas digitalizadas em formato dxf e convertidas para o formato Shape, (SHP) para realizar os recortes municipais e das localidades com conflito de limites. As fontes de dados *raster* foram obtidas com as imagens de satélite/SRTM, com Processamento Digital de Imagens e hidrografia que permitem uma melhor compreensão do processo de delimitação. Nesse sentido, foi implementado um Sistema de Informações Geográficas (SIG) com camadas resultantes das bases cartográficas obtidas para posterior “*link*” com a base de banco de dados, resultando na geração dos mapas temáticos.

A base empírica da pesquisa com foco no trabalho de campo contou com a observação, registro fotográficos, a aplicação de questionários semiestruturados aplicados junto aos munícipes, identificando o sentimento de pertencimento e oferta de serviços à população afetada pelos novos limites. A coleta de dados da pesquisa se divide em dados secundários e primários. Os dados secundários foram obtidos juntos aos órgãos públicos e privados como disponibilizados pela SEI, IBGE e outros organismos estatais, a exemplo do Fundo de Participação Monetária dos Municípios (FPM) entre outras informações afins para a geração de mapas temáticos. A base de dados primários e os resultados dos dados coletados dos questionários, devidamente tratados, possibilitou a geração dos mapas. Após união de todas as informações adquiridas e as produzidas será feita a análise e a síntese de dados

O aporte teórico que fundamenta a pesquisa apoia-se nos aspectos de redefinição dos limites municipais; sentimento de pertencimento, centralidades de oferta dos serviços e política de rendas dos municípios. Para melhor compreensão, buscou-se entendimento do conceito de território e seus processos de espacialização, além da compreensão de como se dá a mobilidade territorial, bem como o sentimento de pertencimento, espaços vividos, a lógica de gestão e administração territorial.

Dessa forma, imerso nesse universo conflituoso e divergente sobre a questão territorial, foram abordadas as conceituações num aspecto geral, partindo das implicações de autores que permitiram um olhar linear e sequencial sobre o processo de formação do

território ao longo da história até chegar no foco estruturante da pesquisa, o município. Os autores que norteiam o aporte teórico foram divididos por temas que implicam diretamente na pesquisa. Assim, a respeito do território e relações de poder foi utilizado Raffestin (1993) que defende que o território é o espaço apropriado por uma relação de poder; Hissa (2009), Haesbaert (2007) com a noção da territorialização do espaço por um determinado poder que equivale ao seu controle por este; e Moraes (2000) que defende que a formação social é também territorial.

No que se refere ao conceito de territorialidades utilizou-se Santos (2006), que traz a perspectiva que o território usado é o chão mais a identidade completado com os estudos sobre multiterritorialidades de Haesbaert (2007) nas vertentes política, simbólica e econômica. A respeito das centralidades e oferta de serviços, objeto empírico da pesquisa, optou-se por trabalhar com a característica da sociedade em rede, que segundo Moreira (2007) é a mobilidade territorial, além de abordar as concepções de Fluxos e fixos de Santos (1988), resguardadas ao âmbito do município. Para tanto, utilizou-se Dias (2000) para reiterar as redes como instrumentos para a compreensão da dinâmica territorial. Sobre escalas geográficas, utilizou-se Castro (2000), para a abordagem cartográfica valeu-se de Lacoste (1988), Menezes e Fernandes (2013) que trata da importância do mapa como representação da realidade. Complementa, com Moreira (2007) que mostra que a cartografia é a linguagem que representa os espaços. No aspecto de gestão e administração territorial, cabe as proposições de Souza (2008), com debates sobre questões relativas a implementação de políticas territoriais na Bahia e Fávero (2004), que traz posicionamentos a respeito da criação de novos municípios.

A dissertação está organizada em cinco seções seguidas das inferências e conclusões assim distribuídas: A primeira seção trata do caminho teórico que traz um panorama a respeito do território, como uma realidade ou dimensão inerente a dinâmica da sociedade e do espaço, desempenhando a função de produto e agente social, uma vez que o processo de apropriação do espaço exige mecanismo de controle cuja criação de limites acaba sendo de suma relevância para o contexto dessa pesquisa. Abordou a redefinição dos limites municipais partindo da leitura de autores que estudam as questões territoriais e espaciais. Essa abordagem permitirá esclarecer sobre o território, como apropriação espacial. Foi apontada a diferenciação entre limites e fronteiras, das regionalizações aos territórios dos municípios, além de aspectos que envolvem fluxos e centralidades mostrando os municípios como Entes federados.

A segunda seção trata da representação espacial e das demarcações municipais, a partir de uma análise documental sobre o histórico de evolução dos municípios, associado ao

estudo sobre o avanço da legislação referente à criação e/ou desmembramento territorial, sustentada numa análise cartográfica das implicações nas divisas recentes. Aborda-se aí, a cartografia de base e sua aplicabilidade, seguido das associações sobre as geotecnologias aplicadas na gestão de inconsistências de limites intermunicipais.

Prossegue com esclarecimentos das inconsistências na aplicabilidade da legislação sobre demarcação territorial, levando em conta aspectos geomorfológicos na delimitação municipal, mostrando os processos e os produtos da delimitação territorial na Bahia. O princípio cartográfico utilizado na representação espacial do capítulo está representado no organograma com o projeto cartográfico, exposto na Figura 1. Sustentada na criação de base cartográfica precisa, e na análise teórica, remete ao constante dialogo prático-teórico sobre a redefinição territorial na Bahia, com ênfase nos municípios de Caculé, Caetité, Ibiassucê Licínio de Almeida e Pindaí.

A terceira seção traz, inicialmente, a caracterização dos municípios, suas origens e evoluções, destacando as disputas territoriais entre eles fazendo comparações e correlações entre os conflitos, além de destacar as implicações sobre da arrecadação de renda e as questões que envolvem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Nesta etapa, foi feito um comparativo entre as contestações de cada município e as zonas com maiores complexidades de organização. Almejando mostrar as relações de pertencimento com o território segundo a versão dos munícipes destacando a identidade e as implicações sociais; as relações de pertencimento e territorialidades estabelecidas.

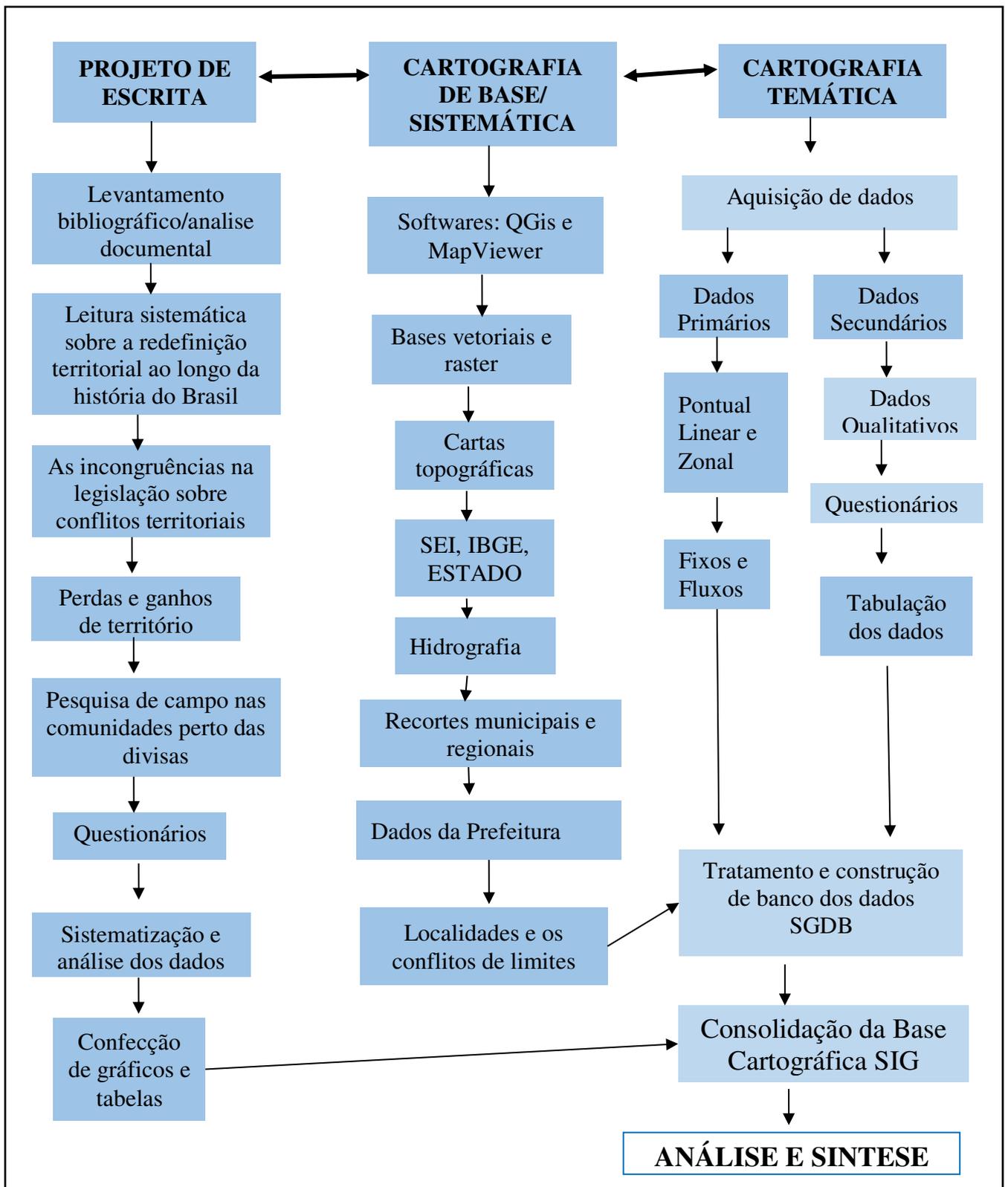
A quarta seção traz as relações de pertencimento e centralidades estabelecidas entre os limites dos municípios baianos de Caculé, Caetité, Ibiassucê, Licínio de Almeida e Pindaí por meio a representação cartográfica em que a discussão sobre disputas territoriais envolvendo os municípios supracitados. Consistiu-se de um estudo de campo com aplicação de questionários. Os dados coletados possibilitaram ter impressões sobre as noções de pertencimento, este envolvendo o vínculo espacial e os processos de territorialização.

E por fim, a quinta seção aborda as implicações da gestão administrativa frente às questões de conflito por limites; o problema da rede de utilização de serviços e centros regionais nos municípios em questão. Essas duas seções da pesquisa é uma tentativa de expor as questões que transcende limites municipais fazendo um paralelo entre a reconfiguração territorial municipal, seus limites e implicações socioeconômicas.

No plano conclusivo, pretende-se demonstrar o êxito da pesquisa, mediante o exame dos dados e análises teóricas inferiu-se sobre os impactos dos novos limites dos municípios e seus desdobramentos futuros, trazendo propostas preliminares, sustentada no uso da

cartografia e do georeferenciamento, para solucionar as inconsistências encontradas nos municípios. Destacando as lacunas que existe nesse cenário caótico de infinitudes de leis, imprecisão de critérios e interesses que inviabilizam a exatidão das divisas. Este tema pode ser entendido, de grande relevância social, uma vez que objetiva avaliar as transformações sociais e ambientais acarretadas.

Figura - 1- Organograma da pesquisa e projeto cartográfico



Elaboração: OLIVEIRA, Luzia Barbosa de.

2 PERCURSO TEÓRICO - DAS DISCUSSÕES TERRITORIAIS ÀS FRONTEIRAS E LIMITES MUNICIPAIS

O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993 p. 144)

Essa seção aborda inicialmente uma análise sobre as principais literaturas que norteiam as discussões envolvidas na conceituação do território, focando nas diferenças entre fronteiras e limites. Partindo da premissa de que as modificações territoriais constroem novas configurações espaciais, principalmente relações com os novos limites, apresenta o teórico a respeito das relações de poder ligadas ao território a partir do controle e ocupação. Particularizando as questões para limites intemunicipais com suas relações de pertencimento e centralidades territoriais.

2.1 O território enquanto recorte espacial: entre poder e ocupação

No campo da instituição do território, enquanto apropriação do espaço parte-se das comunidades primitivas como instrumento de compreensão, passando pelos limites e fronteiras, cuja evolução se evidencia no processo histórico, passando pelas várias delimitações espaciais no sentido macro, até ao território local, pautada no município.

À medida que cada momento histórico tende a promover uma configuração espacial leva a uma ressignificação de elementos de ordem econômica e social, sendo necessário entender os processos de uso do território, a escala espaço-temporal e a hierarquia. Nesse sentido, todo o passado da humanidade contribuiu para criar um conjunto de prerrogativas que direcionam os diferentes modelos sociais e para entender o modo de sociedade atual.

No recorte histórico da humanidade, a pesquisa inicialmente associa-se com a sociedade primitiva discutida por Pinsky (1997) para fazer alusão ao espaço igualitário. O formato social era pautado no nomadismo, na qual a fonte de sobrevivência era a caça e coleta de alimentos no caminho. Ao dar início ao processo de extrair da natureza recursos para sua sobrevivência a sociedade começa a estabelecer novas dinâmicas no espaço, antes amplo e desconhecido, mas que poderia se desvendando-o e dominando-o, dito de outra forma, o homem começou a se fixar, dando origem às sociedades primitiva.

Quando o homem resolve se fixar em um determinado espaço dando origem ao processo de sedentarismo, ocorrera primeira revolução agrícola, na qual as comunidades baseavam-se no domínio da agricultura e no desenvolvimento de comunidades nas

proximidades dos rios, nas quais as terras eram mais férteis e facilitavam a plantação, destinada, inicialmente, ao consumo imediato (PINSKY, 1997).

A organização social era simples baseada no senso de coletivismo, cuja divisão dos bens produzidos era feita igualitariamente para todos os membros da sociedade, por trocas simples de produtos. Com o avanço gradual e lento da população houve um crescimento da produção de alimentos na forma de excedente, momento em que, começam as disputas espaciais.

Com a sucessão de modos de produção, não mais pautado pela coletividade, começam a ocorrer disputas políticas, deixando de ter uma divisão social igual para todos. Diante disso, perceberam que poderiam se beneficiar e adquirir um status maior importância na sociedade. A partir do momento que se estabeleceu uma nova organização postulada na divisão sócio espacial do trabalho tornou-se necessária uma nova organização, com surgimento do Estado, entendido como uma nação politicamente organizada por leis próprias, das quais as terras estavam sujeitas à mesma autoridade ou jurisdição, e apresentavam um conjunto de poderes políticos.

Uma vez que ocorreu uma diferenciação nos papéis que os grupos tinham na sociedade e no processo de produção, a consequência foi a divisão de classes, no qual o papel de cada classe dependeria do nível de riqueza. Em outras palavras, a classe social pode ser definida como conjunto de agentes sociais nas mesmas condições no processo de produção e que têm semelhanças políticas e ideológicas.

Essa diferenciação de classe leva a divisão territorial do trabalho, na qual cada território era associado a produção de determinado produto. Ou seja, essa divisão diz respeito às diferenças econômicas que se apresentam no espaço. O processo da divisão territorial do trabalho acontece a nível mundial, onde também recebe o nome de Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Sendo assim, entende-se que o fim da sociedade primitiva e o início da sociedade de classes, aliado a instauração do poder estatal que traz a necessidade de delimitação espacial e a definição do poder político, pois toda vez que as relações com sociedade se modificam as relações com o meio ambiente também mudam (DURKHEIM, 1999).

A análise da evolução das sociedades primitivas é princípio fundante para entender as dinâmicas voltadas para os modos de produção germânicos e o asiático, este último, presente no Egito que não tinha divisão de classes, mas os camponeses não podiam abandonar as terras, as sociedades de regadio, que se formavam as margens de rios. O modo de produção feudal, segundo Pinsky (1979) era baseado na produção camponesa, as terras agricultáveis

eram do senhor feudal que cobrava impostos pelo uso, as sobras eram trocadas por outros produtos para sobrevivência. Nesse período já haviam disputas territoriais marcadas pela organização espacial que continha o castelo, o manso senhorial, o manso servil, a vila, e a floresta. Na fase pré-capitalismo, modo de produção feudal ainda predomina, mas segundo Manfred (1977) com relações capitalistas, fase em que o trabalho se transformou em mercadoria, pelo processo de assalariamento das forças produtivas, modificando o sistema social e econômico, para o capitalismo, onde ocorre às maiores disputas territoriais. O capitalismo é marcado por três fases: comercial, industrial e financeiro.

Na fase do capitalismo comercial a maior parte dos lucros está concentrada nas mãos dos comerciantes o que se torna mais comum o trabalho assalariado, que visava a acumulação de riqueza advinda da circulação e do comércio, como expansão marítima e o colonialismo, levando a mundialização do comércio. No capitalismo industrial, o liberalismo econômico, marcado pelo surgimento da máquina a vapor, do carvão, o pela concentração do capital nas indústrias como as indústrias têxteis, na disseminação do trabalho assalariado além de estarem envolvidos na primeira revolução industrial, enquanto que na lógica do capitalismo financeiro, o controle das atividades econômicas se volta para os bancos e instituições financeiras, por meio de financiamentos.

Em razão dessa evolução do capitalismo, ocorreu um avanço tecnológico significativo, além de um período de disputas militares por terras, a descoberta do petróleo, eletricidade e o desenvolvimento da indústria, dando vez ao neoliberalismo e atualmente período técnico científico informacional. A base sistêmica do capitalismo, marcada pelo lucro, a propriedade privada e a divisão de classes, reflete na organização social desde a sociedade igualitária até estabelecer uma divisão do trabalho (DIT), e conseqüente imprimir uma nova divisão espacial e logicamente de limites espaciais.

Tais avanços permitem o surgimento do Estado moderno, em que Portugal e Espanha foram os pioneiros na sua execução, cujo comandado era por um poder administrativo unificado em que a autoridade soberana do rei valia para o todo o território, resultando no sistema burocrático e a criação de um único exército. Raffestin (1993) relaciona o aparecimento do Estado moderno, após o período medieval, à mudança no âmbito dos estudos do espaço, com relação ao surgimento e a divulgação do mapa como instrumento de representação.

Partindo desse olhar histórico, é possível estabelecer relações com a construção do território, visto que pode ser discernido como uma realidade ou dimensão inerente a dinâmica da sociedade e do espaço, desempenhando a função de produto e agente social, uma vez que o

processo de apropriação do espaço exige mecanismo de controle cuja criação de limites. Dito de outra forma, a lógica de poder sobre uma parcela do espaço e sua ocupação que norteiam a discussão, pois contribui para a concepção de território, limites e fronteiras. Toda essa trama histórica leva a perceber a evolução dos diferentes padrões sociais, que se refletem tanto materialmente na alteração do espaço físico como no campo ideológico com a inversão de papéis sociais e valores.

Daí a necessidade de se considerar como referência o conceito de espaço geográfico, para entender as concepções que envolvem a dinâmica territorial. Smith esclarece a natureza do espaço é tanto social, quanto físico uma vez que implica na natureza como também no espaço. Assim esclarece que,

Por mais social que ele possa ser, o espaço geográfico é manifestamente físico; é o espaço físico das cidades, dos campos, das estradas, dos furacões e das fabricas. O espaço natural, no sentido de espaço absoluto herdado, não é mais sinônimo de espaço físico, haja visto que o espaço físico, por definição, pode ser social. (SMITH, 1988, p 120)

A partir desse enfoque conceitual sobre o espaço, a inclinação teórica se entrelaça ao fato em que espaço geográfico é composto pela interação de diferentes fatores, incluindo, aí, a noção de território, como sendo um recorte espacial na ação de apropriação do espaço. Para descortinar essa lógica espacial, Santos (1988) destaca que o espaço geográfico é formado por um conjunto de sistemas de objetos e ações, que são indissociáveis um do outro, diferindo em cada momento. O espaço, socialmente construído é influenciado por um poder político, não é formado apenas pelas coisas, objetos naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade.

Considerando que a construção geográfica das sociedades é um processo dinâmico e a reestruturação espacial é um dado constante na história, Moreira (2007) destaca que essa história se desenrola no espaço geográfico, mas, antes de tudo, o espaço geográfico é parte fundamental do processo de produção social e da estrutura de controle da sociedade. Dessa forma, o espaço, é concebido como entidade sujeito ao controle e apropriação deságua na concepção de território.

Assim, o território tornou-se uma das principais categorias da Geografia, pois está diretamente relacionado aos processos de construção e transformação do espaço geográfico, focado na sua apropriação, permitindo o estudo dos fenômenos sociais. Em consequência, atribui-se ao território a conotação de uma identidade tal qual o povo que nele vive, não se

imagina sem a sua expressão territorial. Sobre isso Raffestin (1993) afirma que é essencial compreender que,

[...] o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir de espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator 'territorializa' o espaço. (RAFFESTIN 1993, p.143)

A ressalva aqui feita refere-se à caracterização destes atores, entendido pelos mecanismos de vida da população – ator social - como agente político e organizacional - o Estado. Em contraponto, Saquet (2007) destaca que o território é um conjunto de relações e de interações entre os atores envolvidos em combinações espaço-temporal, refletindo assim num processo de relações de poder entre tais atores não tão harmônica.

O território se fundamenta como ferramenta conceitual tendo a funcionalidade de avaliar o caráter das múltiplas relações sociais que se dão em um contexto espacial. Nesta analogia, é válido mencionar que a construção geográfica (estrutura, organização e movimentos) de uma sociedade é o resultado das práticas espaciais (LACOSTE, 1988). São as práticas espaciais que constroem a sociedade espacialmente e criam a dialética de determinação que, ao mesmo tempo que faz da sociedade o seu espaço faz do espaço a sua sociedade (SANTOS, 1978). Hissa discute a importância do conceito de território no processo de evolução da geografia, uma vez que

A centralidade adquirida pelo conceito de território nos estudos que se referem à geografia não apenas é importante para as redefinições acerca dos objetos teóricos da disciplina. O deslocamento, para o centro, do conceito de território, redefine – por conta da sua revalorização – o que deverá ser de interesse do referido domínio disciplinar e, por diversas razões, está em vários outros domínios. Além disso, tal movimento ainda é importante para as redefinições da própria geografia como um campo de estudo pleno de contatos constitutivos que procura – sob as referências dos paradigmas modernos – delimitar os seus domínios de ação teórica para absorver conceitualmente o seu *recorte de mundo*. (HISSA, 2005, P. 58 - grifos do autor)

Dessa forma, ressalva-se que esse conceito de centralidade do território volta-se geograficamente para mostrar que, no aspecto municipal, não é apenas o território que interessa, mas todas as relações sociais estabelecidas com o meio.

Embora a definição de território varie conforme a corrente de pensamento ou a abordagem que se realiza, a conceituação mais comumente adotada pela geografia, constitui o caminho mais favorável à compreensão do homem com o seu espaço de ação e o relaciona ao espaço apropriado e delimitado a partir de uma relação de poder.

Para Raffestin (1993 p. 53) “o poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder”. Assim, para o autor, toda relação é o ponto de surgimento do poder. Quando se trata da ação de soberania exercida pelo poder no território, Cataia menciona que,

[...] é necessário distinguir aquilo que é *juridicamente atribuído* e aquilo que é *efetivamente usado*. Um território nacional é juridicamente atribuído ao Estado, cada parcela do território é legislada pelo Estado, todavia a totalidade do território não é necessariamente usada, do ponto de vista social, pelo Estado. Os casos das populações que habitam lugares “abandonados” pelo Estado é uma expressão dessa dicotomia: legalmente apropriado, socialmente abandonado. (CATAIA, 2008, p.22 grifos do autor)

Tais intencionalidades revelam a importância das finalidades de controle para o uso do território, e a resistência que exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações, uma vez que,

[...] a possibilidade do poder, e não o poder, se constrói sobre a apropriação do trabalho na sua qualidade de energia informada. O poder não pode ser definido pelos seus meios, mas quando se dá a relação no interior da qual ele surgiu. O poder utiliza seus meios para visar os trunfos. (RAFFESTIN, 1993, p.58)

O poder está ligado, segundo Raffestin (1993) muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam relação, a saber, a energia e a informação. Sendo assim o poder se fundamenta na capacidade de transformar, através do trabalho o meio que cerca, alterando as relações estabelecidas. Tais relações implicam na dinâmica do território uma vez que o território, assim como espaço é, para além do físico, essencialmente social. E essa relação de poder implica diretamente na noção de território, que para Rodrigues (2015, p. 154) “é um conceito fundamental para a análise e compreensão da organização do espaço geográfico. Esse conceito exprime a construção social sob um determinado espaço, à delimitação da ação de um grupo social e sua territorialidade, em certo espaço e com o seu entorno”.

No que se refere à apropriação social do território, a análise de Lefebvre (2000) sobre realidade da vida cotidiana na sociedade moderna, aborda que o espaço contém e está contido

nas relações sociais, logo o real é historicamente construído tendo como representação mental do município, enquanto espaço delimitado por instrumentação do poder, incluindo aí, o rural e o urbano como expressão material desta representação.

Mais especificamente sobre a origem do território, o pioneiro na sistematização teórica e elaboração do conceito território foi Friedrich Ratzel, voltando suas análises na perspectiva do Determinismo Geográfico e vinculado à relação direta do poder e domínio exercido pelo Estado Nacional. A geografia de Ratzel discutida por Moraes (2005) privilegiou o elemento humano e abriu várias frentes de estudo, com um foco para as questões histórico-espaciais, tais como: a formação dos territórios, a distribuição da humanidade na Terra (migrações, colonizações, etc.), mas sempre considerando as imposições naturais e não sociais sobre o homem.

Em linhas gerais, Moraes (2002) enfatiza que Ratzel definiu o objeto geográfico como o estudo da influência que as condições sociais e espaciais exercem sobre a humanidade, ou seja, tais condições moldaria o caráter humano, onde este refletiria na sociedade tanto em suas poses como na sua cultura. O homem precisaria utilizar os recursos da natureza, para conquistar sua liberdade, pois à medida que a sociedade se expande, necessitaria de mais recursos, com requisito para o desenvolvimento da sociedade, surgindo, aí, o termo espaço vital, em que se a sociedade dependia da natureza teria de protegê-la. Por isso, partindo das premissas de Ratzel, Moraes (2002, p. 56) afirma “quando a sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado”. Na sensação de perda do território, a sociedade, em consequência lógica, estaria fadada à decadência. Em contrapartida, o ganho do território, seria sinônimo de progresso e essa relação possibilita entender os elos norteadores do Estado.

Para Moraes é possível esclarecer algumas questões teóricas oriundas de discussões metodológicas praticadas na investigação geográfica no tocante à questão do território, pois “o objetivo maior perseguido é fortalecer e sedimentar uma perspectiva [...] dedicada à análise dos processos sociais de formação de territórios. Isto é, a visão da geografia humana como uma história territorial” (MORAES, 2000 p.11). Mais adiante, lê-se um desdobramento da questão ao esclarecer que “desenvolvimento histórico se faz sobre e com o espaço terrestre, e, nesse sentido, toda formação social é também territorial, pois necessariamente se espacializa. Valorização do espaço e formação territorial, dois níveis de abordagem de um mesmo processo” (MORAES, 2000, p.18). Sobre a questão da concepção do território, esta possui um caráter concreto no que se refere às relações do controle do espaço físico nos aspectos,

político e econômico e abstrato quando envolve sentimento de identidade, enquanto caráter social.

Ainda no desdobramento do conceito de território, sua origem histórica está ligada diretamente à relação de grupos organizados politicamente no espaço, disseminando a garantia de assistência e segurança aos indivíduos que a compõem – os atores, apontado anteriormente. Nessa perspectiva, Raffestin (1993) enfaticamente mostra que,

[...] o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação. (RAFFESTIN, 1993, p. 147)

Daí surge o território, resultado da impressão do poder no espaço, territorializado pelo sujeito territorial, que é movido pela intencionalidade. Equivale assim à ideia discutida por Raffestin (1993) cujo poder constrói malhas, como meio de difusão para estabelece uma espécie de tramas que se interligam neste complexo cenário territorial, para delimitar campos operatórios.

Nessa lógica da constituição em malha, Cataia (2008, p.19) destaca que duas matrizes de uso do território devem constar como instrumento analítico “[...] uma matriz é referida ao uso hegemônico do território – objeto do Estado e das grandes empresas de atuação nacional e global – e outra matriz refere-se ao uso subalterno do território – objeto de movimentos sociais e grupos de resistência e de contestação”. Todo uso do território supõe delimitação e demarcação, ou seja, implica em apropriação e regulação do espaço a ser usado. A demarcação se efetua em distintas escalas segundo o uso destinado à atividade do grupo, portanto para êxito da pesquisa.

O território é, então, uma realidade multifacetada, na qual ocorre a vulgarização do conceito dentro das ciências sociais e possibilitando o surgimento de novos e variados conceitos, que buscam explicar o fenômeno do poder, tendo múltiplas manifestações e muitas escalas. Sobre isso em decorrência do uso do conceito de território, surgem conceitos como de territorialização que Haesbaert (2007) entende como um determinado espaço em que se define por certo poder e equivale ao seu controle organizacional.

Na sociedade, o arranjo territorial acaba ganhando grande relevância, pois o território eleva o seu status a organizado social, ou seja, se tornou uma ação de poder e controle. A divisão política da nação traz em seu debate a questão do que é um território e qual a sua

função dentro de uma gama de possibilidades no âmbito da geografia. Diante disso, conforme Raffestin (1993) o espaço de exercício de um poder (estatal ou não). Para tanto, Haesbaert (2007) sobrepõe as discussões de como se dá o processo desterritorialização, no qual um determinado espaço se define por certo poder, equivale ao seu controle organizacional.

À medida que é ocupado, o território é envolvido numa contextura de controle e são estabelecidas relações de vivência. Diante disso, Diméo e Buléon (2005) ao discutir a respeito do trabalho de Filizola e Kozel (2011) afirmam que a construção dos valores territoriais também está associada à produção da identidade, estabelecendo a noção de território enquanto construção etológica¹ e política, tornando visível a noção polissêmica do conceito, fazendo transparecer o semblante ideológico e manipulador, e sua relação com a força, violência e o poder.

Haesbaert (2007) desenvolve, então, uma nova noção, onde o território se define a partir da multiterritorialidade. Para ele, somente a partir da visão integradora, que enfatize os aspectos político, econômico e simbólico, é possível compreender o que hoje vem a ser a complexidade do território. Em suas palavras,

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais como forma de 'controle simbólico' sobre o espaço onde vivem e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT, 1997, p.42).

Haesbaert observa que na vertente política, o território seria demarcado pelo Estado-nação, ou seja, o espaço seria delimitado e submetido a um determinado poder. No viés simbólico, o caráter do espaço seria concebido pelos aspectos culturais, o território é produto da apropriação subjetiva do imaginário. Em sequência, na visão econômica, da qual as relações econômicas são privilegiadas, o território é considerado como uma fonte de recursos no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho como produto da divisão territorial do trabalho. Sendo assim, Saquet parece substituir o simbólico pelo cultural ratificando as ideias de Haesbaert ao pontuar que,

¹O termo etologia é originário do grego: “*ethos*” hábito e “*logia*” que significa o estudo, ou seja, estuda o comportamento social e individual dos animais em seu habitat natural, especialidade usada na biologia. E na antropologia estuda os costumes humanos como fatos sociais, visão a qual a pesquisa valera-se, uma vez que o território é uma construção social dos indivíduos

[...] forças econômicas, políticas e culturais (EPC), reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais. (SAQUET, 2004, p.22)

Saquet (2003) mostra relevância das vertentes estudadas por Haesbaert e acrescenta à natureza com algo indissociável dentro do território. Ao associar essas vertentes, é possível afirmar que a formação social é influenciada pelas leis que regem a sociedade e, conseqüentemente, essas leis vinculam-se ao sistema econômico no qual os padrões culturais e políticos são comandados pelo poder político, enfatizando o papel do município.

Explicita-se que a partilha do espaço o converte em território, sendo assim necessário o estabelecimento de configurações de demarcação enquanto espaço delimitado para as ações do poder público, nessa direção, no próximo tópico serão desvendadas as tramas contidas na organização espacial, através do estudo das funções e ações desempenhadas pelo território.

2.2 Ponderações sobre as diferenças entre limites e fronteiras

Ao estudar o território, sobretudo o território do município, torna-se indispensável retomar conceitos que o compõe e lhe atribuem contorno. Nessa perspectiva, cabe uma diferenciação a respeito de limites e fronteiras, uma vez que usualmente esses conceitos são confundidos, mas apresentam configurações diferentes, influenciando as discussões que se focam nas questões limítrofes.

Quando se trata de delimitar qualquer fração do espaço, inicialmente tem-se a ideia de isolamento ou subtração momentaneamente ou, ainda a manifestação de um poder numa área precisa. Diante do processo de espacialização, os conceitos de limites e fronteiras são fundamentais para possa entender como são realizados os recortes do espaço que resulta no processo de territorialização.

Para Raffestin (1993) quando se trata em definir, caracterizar, distinguir, classificar, um território implica na noção de limite, como também, na ação de atores sociais. As ações de grupos resultam na territorialização que não implica, necessariamente, num traçado, segundo Raffestin, o que caracterizaria o território simbólico, na visão de Haesbaert. Isto é ratificado na visão por Raffestin ao afirmar que

A história da noção de limite seria apaixonante... e verdadeiramente estafante, pois estaria além das possibilidades de um só homem. Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral

ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis. (RAFFESTIN 1993, p. 153)

Retomando a discussão, Raffestin (1993) faz uma correlação entre limite e território, que seria de fato a delimitação do território, e que implicaria na definição dos limites. Ou seja, um complementar o outro. Em decorrência, a ação de delimitar contempla os objetivos de sujeitos sociais para o controle.

A fim de entender a gênese dessa temática, recorre-se a Cataia (2008) que organiza as ideias defendidas por Ratzel, trazendo as tipologias de fronteiras, para compreender os movimentos que ocorrem em cada parcela ou região de um território. Dessa forma, se cada região é um subespaço singular, o autor defende que as fronteiras também incorporariam este princípio de existência. Nota-se, nesse ponto, que Ratzel introduz o conceito de fronteiras, que Cataia (2008) aborda como sendo um caso particular do problema geral dos limites, e o divide em três tipos: as políticas, as naturais e as artificiais, apontados no Quadro 1. Nesse aspecto, o desdobramento das fronteiras políticas abrange seis subtipos:

1. As fronteiras políticas podem ser simples, uma vez que não possuem contato com a política. São espaços independentes, com características de isolamento em relação do espaço vizinho.

2. No contraponto às fronteiras políticas, as fronteiras com características de duplicidade, com duas zonas de contato, na forma lindeira, o que podem implicar em conflitos ou em não.

3. Diferentes das fronteiras políticas simples, as fronteiras fechadas apresentam enclaves, em que ocorre o contato em toda sua extensão como ocorrem como os Reinos de Suazilândia e Lesoto, enclavados na África do Sul e Roma. Ou seja, o território é totalmente cercado por outro território.

4. Por outro lado, as fronteiras descontínuas são os exclaves, áreas de soberania do Estado, mas que não dentro dos seus limites. Nesse caso as colônias caracterizam como tal.

5. As fronteiras deficientes apresentam deficiência na demarcação vista as imprecisões anteriores, típicas das áreas com problemas de topologias ou de conflitos latentes.

6. As fronteiras elásticas, por sua vez, dependem da qualidade cartográfica o que pode aumentar ou diminuir as incertezas técnicas. Tais erros podem resultar em conflitos, muito comuns no âmbito dos municípios.

A definição e delimitação de municípios e que tem gerado conflitos são as características das fronteiras naturais e artificiais. As fronteiras naturais seriam classificadas

por marcos físicos, boas e más para a proteção do Estado um possível momento de guerra. Incluem não somente os elementos naturais, mas o povo entra como elemento étnico.

Destaca-se as fronteiras artificiais acordadas por tratados, mesmo que apoiadas em marcos físicos. Essa seria para Ratzel uma fronteira verdadeiramente demarcada, não contando com qualquer marco físico, mas sim a construção de um marco artificial para a demarcação o terreno, a partir das cláusulas definida sem um Tratado estipulado entre os Estados.

No que se refere às fronteiras naturais, os elementos naturais foram muito utilizados como pontos de amarração, sendo critérios de delimitação do território, embora, atualmente ainda são utilizados com devido georeferenciamento. De acordo a Ross (1983) limites territoriais independentes de países, Estados (Unidade Federativa) ou municípios tinham como linhas divisórias “acidentes geográficos” como rios, serras, bacias hidrográficas. O que leva alguns problemas como o desaparecimento dos limites, pois com o passar dos anos ocorre modificação dos cursos dos rios surgindo dificuldades de reconhecer as cabeceiras dos rios e o recuo por conta de processos erosivos, geralmente causados por erosão remontante.

Quadro 1- Tipologias das fronteiras segundo Friedrich Ratzel

| Tipos | Subtipos | Atributos |
|-------------|----------------|--|
| Políticas | Simple | Aquela que não tem contato com outra área política. |
| | Dupla | A contiguidade de dois territórios nacionais implica uma linha de demarcação e duas zonas de contato |
| | Fechada | São enclaves dentro de uma unidade política. Este seria o caso do País Basco. |
| | Descontínua | São exclaves, isto é, partes de Estados que estão fora de seus domínios territoriais. Este seria o caso das Ilhas Malvinas. |
| | Deficiente | Os conflitos por novas demarcações fronteiriças indicariam a deficiência da(s) demarcação(ões) anterior(es). |
| | Elástica | Por falta de boas cartas ou por erros dos cartógrafos muitas fronteiras aumentam ou diminuem suas extensões. O desenvolvimento técnico aprimorado diminui os “erros”. |
| Naturais | Marcos Físicos | São montanhas, rios, lagos, desertos, florestas, costas, etc. Estes seriam os limites do ecúmeno. Os atributos naturais das fronteiras não concernem só ao solo, o povo é aí incluído quando ele constitui um limite étnico. |
| | Boas | Ela é boa ou má relativamente à proteção de pode oferecer. Se a fronteira se prestar fisicamente à proteção do Estado num momento de guerra, então ela é boa, do contrário é considerada má. |
| | Más | Quando fisicamente não se presta à defesa militar de um Estado |
| Artificiais | Demarcadas | Qualquer fronteira demarcada por Tratado, mesmo que apoiada sobre um marco físico. Exemplo: fronteira sobre um rio que atravessa uma região étnica. A região natural étnica é definida pela etnia e não pelo rio |

Fonte: CATAIA (2008) elaborado com base em Ratzel (1987; 1988).

Segundo Ross (1983, p.67) “o outro problema que surge com as demarcações de limites territoriais em cabeceira de rios é o de se reconhecer qual é a nascente principal quando existem duas ou mais com características geomorfológicas semelhantes”. Para tanto a geomorfologia tem critérios (parâmetros) para resolver esses impasses como: área em km², extensão linear, rebaixamento topográfico e posição geográfica.

Sobre aspectos biológicos que envolvem as questões de limites, Hissa (2002) exemplifica como o instinto dos animais que os limitam de irem para ambientes dos quais seu organismo não se adaptaria, garantindo a sobrevivência. Ratificando essa premissa, a delimitação se dá quando

Eleva-se o relevo à condição de referência, de marco físico, solto e aleatório na amplitude da planície, para que se a ordem das coisas conforme os olhos do leitor de mundo. Eleva-se o relevo, assim, à condição de “limite natural”: como houve alguma naturalidade em se constituir enquanto “divisor na natureza”. Ao atravessar diferentes território, lá se destaca o relevo, já “divisor” de águas, delimitando universos. A natureza, assim, adquire o significado que os olhos pretendem lhe oferecer. O conjunto geomorfológico adquire o significado de limite, indiferente à sua própria topografia, e ao sentido tomado pelas águas. As cartografias, contudo, fornecendo-lhes o significado de divisor. (HISSA 2002 P.20-21)

Esta discussão leva aos conceitos de fronteiras naturais e as “fronteiras secas”. Como foi mencionados, elementos como o rio eram utilizados para dividido o território de município com o seu vizinho, contudo o curso do rio não apresenta um formato retilíneo e contínuo, ao contrário existem alguns rios com padrões de drenagem meandrados, ou seja, apresenta curvas no percurso do rio. Enquanto que as “fronteiras secas” são delimitadas em linhas retas, estabelecidas para demarcar o território municipal, que podem ser estradas sendo todos seus Pontos de Amarração marcados com suas coordenadas geográficas. Exemplo típico é o da demarcação das Unidades Federativas, nos Estados Unidos e da África, por ocasião do processo de colonização.

Diante disso, Cataia (2008) mostra que as fronteiras naturais são uma metáfora, porque a escolha de um marco é sempre uma escolha política, ainda que o marco físico continue sendo um rio ou uma montanha. Sobre a escolha de elementos naturais como elementos fronteiriços, Cataia questiona,

[...] por que “esse” rio foi escolhido e não “aquele” outro logo ali à frente? Portanto, é sempre uma construção que acaba sendo social. Essa discussão é muito mais metafórica do que de fato uma discussão mais profunda em relação à essência da fronteira. Em nossa forma de entender as fronteiras não seriam nem naturais, nem

artificiais, as fronteiras são marcos híbridos formados por materialidades (naturais e artificiais) e normas. (CATAIA, 2008, p. 3)

Essas subdivisões colocadas por Cataia (2008) tem um certame de atualidade, são comparadas com os conflitos contemporâneos. Cita-se, por exemplo, além dos conflitos por território terrestre, os conflitos de milhas marítimas também território nacional, sobretudo pela concentração de petróleo e pela possibilidade de exploração.

No plano legal, o Artigo 20, parágrafo 2º da Constituição Federal do Brasil de 1988 define que fronteira é uma “faixa de fronteira”, ou seja, espaço de controle e uso restrito “[...] de até cento e cinquenta quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres [...] considerada fundamental para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas por lei” (BRASIL, CF1980). Esta definição legal reafirma que a abordagem teórica aqui apresentada de que,

[...] a fronteira é a delimitação do Estado Nacional, ou seja, espaço de atuação e jurisprudência do Brasil, compreendendo o território como área de apropriação e dominação, definido por fronteiras historicamente estabelecidas. Nessa concepção, território e fronteira não ocorrem separadamente. (RODRIGUES, 2015 p. 141)

Nessa linha, Luquini (2015, p.31) ilustra que “[...] a construção do conceito de fronteira se deu na perspectiva do limite de soberania e da concepção de natureza jurídica do território do Estado nação”. Martin (1997) traz dois conceitos referentes a fronteiras a interna e externa, que possuem a mesma importância na manutenção da soberania e a manutenção sobre a própria existência do Estado. Todavia, o conceito de fronteiras internas por ele defendido se aproxima à concepção de limites que é a inclinação teórica. Segundo o autor, independentemente do tamanho e da forma dos governos, todos os Estados nacionais apresentam fronteiras internas com funções e finalidades específicas diferentes de fronteiras externas. Assim,

[...] a distinção entre externo e o interno é antes de mais nada política e diz respeito aos limites espaciais dentro dos quais os Estado pode exercer sua autoridade. Um Estado soberano não está sujeito a nenhum outro poder, contrariamente a uma subunidade, que deve obediência a um nível superior do governo. (MARTIN, 1997, p.55)

Quando se trata de limite Martin (1997) caracteriza como, uma ‘linha’ abstrata composta por marcos ou divisas, ou seja, respectivamente, elementos artificiais, fixos, criados pela ação humana e os elementos naturais como acidentes geográficos, um rio ou uma cadeia de montanhas. Nesse caso, a fronteira seria a solidificação do limite, que ocupa um pedaço do

espaço, ao contrário do limite, pode ser ocupada, possuindo uma zona da qual podem e são construídas relações comerciais como os intercâmbios. De fato,

[...] fronteira é, para o Estado, um teatro onde a legitimidade de seu poder é observada com atenção [e] aí se impõe outro fundamento da ordem internacional, a [sua] inviolabilidade. (FILIZOLA e KOZEL, 2009, p. 25-26).

Ao conceito de fronteira é possível associar outras categorias de análise do espaço, que segundo Rodrigues (2015), separa dois espaços com distintas características naturais e humanas. Entendida como a área de delimitação do exercício de soberania e poder de um grupo social, se junta ao conceito de território. Viver em espaços de fronteira confere relações distintas, peculiares, podendo representar importantes elos com o espaço, distinguindo, então, o lugar na fronteira. Sobre essa modificação espacial Raffestin (1993) assevera que,

A linha fronteira só e de fato estabelecida quando a demarcação se processa ‘de fato estabelecida’ significa não estar mais sujeita à contestação por parte de um dos Estados que tivesse essa fronteira comum. Pela demarcação, elimina-se não um conflito geral, mais um conflito do qual a fronteira poderia ser pretexto. (RAFFESTIN, 1993, p. 167)

Em conformidade com o conceito, Martin (1997) acrescenta como é importante compreender limites como sendo os objetos de uma forma de controle e uso do espaço, imersos em relações assimétricas de poder e que está intimamente ligado ao conceito de território, razão pela qual são motivos de disputas. Numa primeira aproximação, Pires (2013) compreende que,

[...] os limites como demarcações (muitas vezes “abstratas”) criadas elaboradas de forma intencional por algum nível de poder, normalmente estatal, a fim de separar, administrar, organizar, dotar de autonomia ou controlar Regiões, Estados, Províncias, “Repúblicas”, Territórios, Cantões, Departamentos, Condados, Municípios, Distritos, Vilas, dentre outras categorias de subdivisões político-administrativas em níveis territoriais. (PIRES, 2013, p. 25)

O conceito de limite enquanto sensação que transcende as fronteiras foi utilizada por ter representatividade, ou seja, no momento em que se cria, extingue e/ou incorpora novos territórios e se estabelecem novas interações, novos elementos que são utilizados como fronteira de demarcação indo além do limite. Isso se explica quando um indivíduo pode ultrapassar as fronteiras criadas pelo homem, no papel do Estado, para realizar atividades e interagir no espaço.

Dessa forma é possível estabelecer uma relação com o território, que são estabelecidas através das fronteiras, que transcendem as divisas intermunicipais e aos próprios limites criados para demarcação territorial. Engajado nessa lógica, entende-se o limite como uma ‘linha’ imaginária composta por marcos ou divisas, ou seja, elementos artificiais, fixos, criados pela ação humana e os elementos naturais como “acidentes geográficos”, um rio ou uma cadeia de montanhas. Enquanto que fronteira seria a materialização do limite, que ocupa uma ‘faixa’ que, ao contrário do limite pode ser ocupada, possuindo uma zona da qual podem e são estabelecidos relações comerciais como os intercâmbios.

Machado (1998) discute as diferenças essenciais dos conceitos de fronteiras e limites, menciona que a origem do termo fronteira mostra que seu uso não estava associado a nenhum conceito legal e que não era um conceito essencialmente político. Nasceu como um fenômeno da vida social, indicando a margem do mundo habitado. À medida que os padrões de civilização se desenvolveram, as fronteiras adquirem um caráter político, não tendo a conotação de uma área ou zona que marcasse o limite definido ou fim de uma unidade política.

Por sua vez, o termo limite para Machado (1998), foi criado para designar o fim da ligação interna que mantém uma coesão político-territorial. Essa conotação política foi reforçada pelo moderno conceito de Estado, no qual a soberania corresponde a um processo absoluto de territorialização. Cita, ainda, o monopólio legítimo do uso da força física, a capacidade exclusiva de forjar normas de trocas sociais reprodutivas, representadas pela moeda e pelos impostos. A capacidade de estruturar as formas de comunicação são elementos constitutivos da soberania do Estado, correspondendo ao território cujo controle efetivo é exercido pelo governo central, o Estado territorial. Diante disso Machado identifica que,

A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). Enquanto a *fronteira* é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos o governo central, o *limite* jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. O chamado “marco de fronteira” é na verdade um símbolo visível do limite. Visto desta forma, o *limite* não está ligado a presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, freqüentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira. Por isso mesmo, a fronteira é objeto permanente da preocupação dos estados no sentido de controle e vinculação. Por outro lado, enquanto a *fronteira* pode ser um fator de integração, na medida que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, o *limite* é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais. (MACHADO, 1998 p. 42 grifos da autora).

Nessa perspectiva, Machado aborda a rigidez com que o limite é condicionado, pois é imutável, sem que aja um processo jurídico que justifique. Em contrapartida a fronteira permite interações, com caráter simbólico embutido de valores culturais. Seguindo esse pensamento Luquini (2015) caracteriza a fronteira como sendo desenhada e se configura de acordo aos interesses, ações e práticas políticas dos representantes do poder local, resultando:

[...] num movimento que a empurra, ilegalmente, para o território vizinho, onde, então, a “fronteira de domínio” se estabelece. Todavia, falar de fronteira implica, também, a necessidade de entender no que consiste o limite jurídico e, conseqüentemente, a divisa do território. Compreender a confusa associação que frequentemente se faz de um termo ao outro, bem como, entender o que aproxima e o que distingue fronteira de limite. (LUQUINI, 2015, p. 38)

Na tentativa de construir definições para os conceitos de limite e fronteira Luquini adenta a uma questão de relevância para esta pesquisa, que se refere ao fato dos parâmetros legais estabelecidos através dos limites formais não são seguidos e as práticas reais são bem distintas, dando início a novos processos de territorialidades.

É possível reafirmar essa questão de acordo Raffestin (1993, p. 166) que expõe o limite como sendo uma classe geral, um subconjunto e a fronteira como sendo algo manipulado, um instrumento, para comunicar uma ideologia. Ao questionar porque a fronteira se tornou um sinal afirma que “[...] tornou-se um sinal quando o Estado moderno atingiu um controle territorial ‘absoluto’ e tornou unívoca a mensagem de fronteira igual limite sagrado”. Diante de evolução dos conceitos de limite e fronteira, diante disso Raffestin (1993) menciona que esse controle demonstrado pelo “limite sagrado” a fronteira, apoia na noção que o limite é abstração, se torna maleável ao tempo e a interesses. Descreve o limite como sendo,

[...] a fronteira a *fortiori*, seria assim expressão de uma interface biossocial, que não escapa à historicidade e que, pode, por consequência, ser modificada ou até mesmo ultrapassada. De fato, desde que o homem surgiu, as noções de limites e de fronteiras evoluíram consideravelmente, sem, no entanto, nunca desaparecerem [...] os significados do limite variaram muito no decorrer da história [...] pois o limite é um sinal ou, mais exatamente um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território: o da ação imediata ou da diferenciada (RAFFESTIN, 1993, p.165).

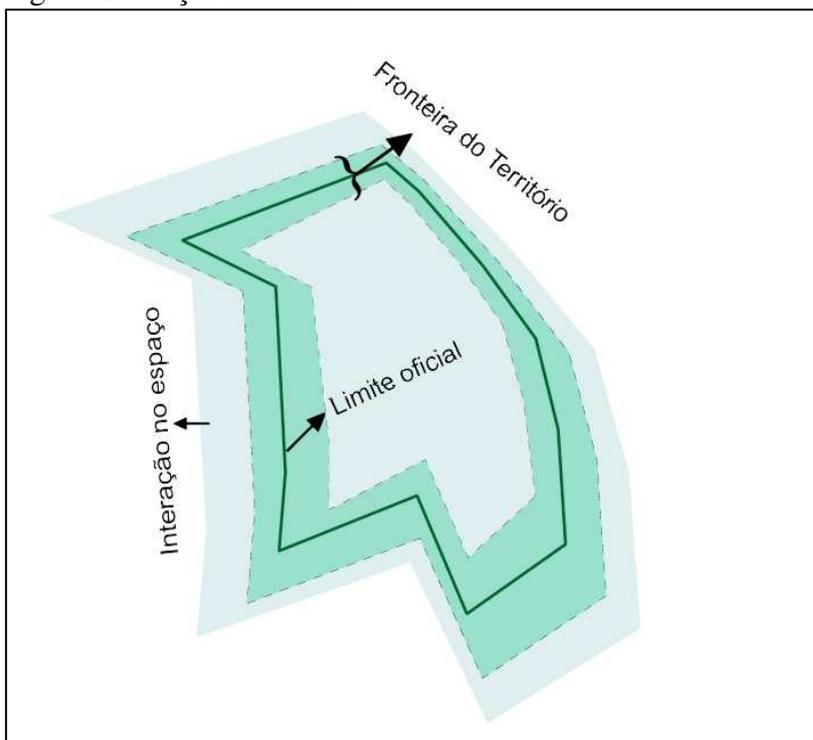
Para Hissa (2002 P.21) “o limite é, pois, um conceito inventado para dar significado às coisas, para facilitar a compreensão do que pode ser interpretado de diversas maneiras”. Sendo assim, define que o limite é algo que se envolve entre dois ou mais mundos, buscando a sua divisão, procurando anunciar a diferença e apartar o que não pode permanecer ligado. A

insinuação feita pelo limite gera diferença e a necessidade de separação. Entretanto segundo Hissa,

[...] o limite pode ser visto por outros ângulos. Ele pode ser apresentado como algo que se coloca entre dois ou mais mundos para que as suas diferenças possam ser compreendidas. Nesse sentido, o limite é apenas disfarce, quando concebido como instrumento de saber. Em outras palavras, divide-se algo em partes, para que seu todo, de que se tem ciência, possa ser melhor avaliado. Ou, ainda, delimita-se o todo para que suas partes – interpretadas como constituídas por elementos e fenômenos semelhantes – sejam reconhecidas em sua especificidade dentro da totalidade. (HISSA, 2002 p.19)

Sobre as distinções entre limite e fronteira, o espaço se define como sendo o espaço de exercício de um poder por grupos sociais (sociedade), a Figura 2 permite visualizar as interações no espaço, que se define como sendo o espaço de exercício de um poder. No qual o território se estende até um determinado limite, não especificamente demarcado, mas espacialmente apropriado, por conseguinte, neste caso a fronteira seria a solidificação desses limites vivenciados e legitimação do controle do Estado sobre o território.

Figura 2- Noção de limites e fronteiras



Fonte: RAFFESTIN 1993, MARTIN 1997, MACHADO 1998, HISSA 2002, CATAIA, 2007.

Elaboração: OLIVEIRA, Luzia Barbosa de. 2019

A representação da Figura 2 é uma tentativa empírica de correlacionar a interação no espaço, a noção ideológica de limite e a construção de fronteira. Uma vez que a fronteira transcende o limite, na forma de sensação, de sentir o espaço, bem como sentido de pertencer

ou não, visto que um indivíduo pode ultrapassar os limites criados pelo Estado para realizar atividades cotidianas, conseqüentemente promove interações no espaço.

No momento em que se cria limite e estabelece fronteiras, extingue e/ou incorpora novos territórios, se estabelece novas dinâmicas e novos elementos são utilizados como fronteira de demarcação indo além do limite.

Segundo Hissa (2002) a mutação entre a natureza de limites e fronteiras é reflexo das transformações políticas, econômica, culturais. Afirma que o conceito de fronteira pode ser associado ao conceito básico, voltado para extremidade de um país ou região do lado onde confina o outro. Assemelhando-se à utilização do termo limite como: linha de demarcação que separa terrenos ou territórios contínuos, ambas as conceituações se voltam para a esfera política. Ressalta que,

Fronteira e limite: o seu significado convencional, especialmente trabalhado pelo senso comum, é o de delimitação político-administrativa. Limitar é partilhar para governar. Limite ou fronteiras são manifestações de exercício de poder. Limitar é dividir. E, seguramente, o ato de dividir está associado à intenção de controlar. Outros significados estão associada a idéia, decorrendo do conceito básico: *extremo, fim, contorno, separação*. (HISSA, 2002, p. 36 grifos do autor).

Com base nos conceitos de fronteira e de limite, Luquini (2015) discute a natureza contraditória entre o limite formal instituído por lei e o limite informal praticado pela população e pelo poder local. Segundo a autora, poderia configurar uma relação de verticalidade político-administrativa. Para tanto, a fronteira para Luquini (2015) configura-se diante dos interesses, ações e práticas políticas dos representantes do poder local. Resultado de uma divergência, cujo um determinado município estende seu território, ilegalmente, para o do vizinho, dando origem ao conceito “fronteira de domínio”. Ainda, alega que,

A subordinação político-administrativa das localidades limítrofes se estabelece com seus respectivos municípios de pertença. Situação em que o limite formal, institucionalizado, é praticado, resultando, assim, em fronteiras internas sem conflitos, pois não ocorre apropriação do território vizinho por se ultrapassar a linha e avançar para o outro lado. Ao contrário do cenário aceitável, no real, as relações constatadas nos trabalhos em campo evidenciaram fronteiras internas conflituosas, em razão da desobediência do limite político-administrativo. (LUQUINI, 2015, p.35-36)

Ainda conforme Luquini (2015, p. 38) falar de fronteira implica “[...] a necessidade de entender no que consiste o limite jurídico e, conseqüentemente, a divisa do território. Compreender a confusa associação que frequentemente se faz de um termo ao outro, bem

como, entender o que aproxima e o que distingue fronteira de limite”. A autora afirma que, quando linha jurídica que delimita o território, não é respeitada, ao ser ultrapassada pelos atores hegemônicos nesses locais não habitados, resulta em justaposição de área de domínio administrativo, adquirindo novos significados, o de fronteira interna de domínio.

Para Luquini (2015, p.43) limite é “[...] linha jurídica que delimita o território, não habitada e nem sempre segue os acidentes geográficos. Quando não respeitada, ou seja, ultrapassada pelos atores hegemônicos locais, resulta em sobreposição de área de domínio administrativo. A partir daí adquire novo significado o de “fronteira interna de domínio”. E segundo Luquini (2015, p.38) a fronteira é “[...] linearidade que circunscreve e se consolida a partir dos interesses, das ações e práticas político-administrativas dos atores hegemônicos locais”. Daí a natureza ora estática, ora dinâmica, não coincidente com o limite jurídico do território. Uma fronteira de fato e não de direito”.

Sobre essa distinção Martin (1997) conceitua fronteira e limite, ao fazer a diferenciação entre delimitar e demarcar, ainda traz um novo artifício de análise à construção divisa, coloca que a,

[...] delimitação, entende-se o estabelecimento da linha de fronteira - isto é, do limite -, a qual é determinada a partir de um tratado assinado entre as partes envolvidas. Demarcação, por sua vez, é a localização da linha de fronteira no terreno – isto é, a construção da divisa - através do estabelecimento de marcos e balizas. Assim, pelo menos em tese, é a demarcação que deve subordinar-se à delimitação. Muitas vezes, porém, não é bem isso que ocorre, mas ao contrário, é a delimitação que acaba cedendo às facilidades da demarcação. (MARTIN, 1997, p. 49)

O autor indica a divisa como o aspecto visível do limite. Nela as disparidades entre a proposta dos juristas e diplomatas para a linha limite e a demarcação aparecem e se materializam. Os marcos no espaço que expressam o limite de jurisdição dos Estados. Dessa forma, a divisa seria a materialização do limite, os elementos concretos como as noções geomorfológicas de acidentes geográficos (rios, relevo), os marcos artificiais (placas, muros).

Para maior esclarecimento o Quadro 2, traz uma síntese das principais linhas teóricas apresentadas nessa pesquisa para alicerçar os estudos sobre limites e fronteiras. A partir da leitura e reflexão sobre as distinções entre limites e fronteiras, foi possível estabelecer a direção tomada pela pesquisa na conceituação de limite, que se inclina para o ponto de vista político, econômico e cultural.

Quadro 2- Síntese sobre a diferenciação de limites entre fronteiras

| Autores | ASPECTOS DISCUTIDOS |
|------------------|---|
| Raffestin (1993) | Expõe limite como sendo um sinal ou, mais exatamente um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território e a fronteira como sendo algo manipulado, um instrumento, para comunicar uma ideologia. |
| Martin (1997) | Limite são os objetos de uma forma de controle e uso do espaço, imerso em relações assimétricas de poder e que estão intimamente ligados ao conceito de território. Nesse caso, a fronteira seria a solidificação do limite, que ocupa um pedaço do espaço, ao contrário do limite pode ser ocupada. Apresenta a noção de divisa como o aspecto visível do limite. Nela as disparidades entre a proposta dos juristas e diplomatas para a linha limite e a demarcação aparecem e se materializam. Também defende as fronteiras internas e externas. |
| Machado (1998) | A fronteira pode ser um fator de integração, na medida em que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, o <i>limite</i> é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais. A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). |
| Hissa (2002) | O limite é linha de demarcação separando terrenos ou territórios contínuos. E fronteiras são as extremidades de um país ou região |
| Cataia (2008) | Todo uso do território supõe delimitação e demarcação, ou seja, implica em apropriação e regulação do espaço a ser usado. Defende o conceito de fronteira interna e externa. |

Fonte: Raffestin (1993), Martins (1997), Machado (1998), Hissa (2002) e Cataia (2008).

Elaboração: OLIVEIRA, Luzia Barbosa de. 2019

Embora, como já foi exposto, o conceito de fronteiras internas defendidas Martin (1997) se aproxima à concepção de limites que é a inclinação teórica da pesquisa: limites como algo abstrato, nesse caso definido pela justiça e fronteira a materialização, construção de artefato de delimitação. Afim de um esclarecimento sobre a aplicação dos conceitos de limite, fronteira e divisa no ordenamento territorial do Brasil o próximo tópico trará uma análise sobre as diversas divisões sofridas ao longo do tempo, tendo como foco os conflitos de limites municipais que permanecem na contemporaneidade.

2.3 Dos territórios estaduais aos municípios como ente federado

Nesse tópico será abordada a importância histórica do Município, pilar central da pesquisa. Para chegar a esta forma organizacional o Brasil passou por muitas regionalizações, como já mencionado no trabalho, desde o “achamento” de suas terras até as prerrogativas que estabelecem as configurações atuais do território nacional. Sobre o ordenamento jurídico da

República Federativa do Brasil, observa-se que é organizado politicamente em Estados, (Unidades Federativas) municípios e o Distrito Federal, possui 26 Estados além do distrito federal e 5.570 municípios.

Com foco na relevância do município para a pesquisa, destaca-se que estes sempre existiram na história da humanidade, tendo surgido ainda na Antiguidade pela experiência da civilização romana e, a partir daí, conforme Domingues (2015) se espalhou por toda Europa e chegou ao Brasil por conta da colonização durante o período de submissão do país ao Império de Português. Antes, no entanto, os governos costumavam adotar um perfil de Estado muito mais centralizador e os Municípios que se formavam, naquele tempo, gozavam praticamente de nenhuma autonomia política, administrativa ou financeira.

Sobressaindo o fato da pouca autonomia e sufocamento dos Municípios que surgiam por todo território brasileiro, durante a vigência da Constituição Imperial de 1824 e da primeira Constituição Republicana de 1891, visto a centralidade atribuída aos governos da época. Todavia com a Constituição Federal de 1934 possibilitou dar ênfase à autonomia municipal, colocando-a na categoria de princípio constitucional. Iniciando o processo emancipador dos Municípios com relação à tutela da Ordem Central do nosso Estado.

Todavia, na Constituição Federal de 1937, Domingues (2015) relata que, diminuiu-se a autonomia dos Municípios, cassando a eletividade dos Prefeitos e colocando seus governos sob a tutela dos Conselhos Administrativos Estaduais e dos Departamentos de Assistência. Domingues (2015, p.541) nota que “com a reconstitucionalização do Brasil, o movimento municipalista começou a ganhar força e isso veio repercutir, positivamente, no texto da Constituição Federal de 1946. Passou-se a dar, novamente, destaque ao tríplice aspecto da autonomia municipal”.

A Constituição Federal de 1967 passou a prever, pela primeira vez no seu ordenamento, um limite máximo para o número de Vereadores nas Câmaras Municipais e um teto para as despesas com pessoal. Posteriormente teve o período do regime militar, recessão e a suspensão dos direitos. Dessa forma o município passa ser entendido como,

[...] sinônimo de governo local, comumente denominado, em português, de vila, freguesia, conselho, comuna, ou, em inglês, de township, county, ou qualquer outra atribuição que venha designar o conjunto de instituições com funções governamentais no âmbito local. A denominação, as características de que se revestem os governos locais, quanto à natureza de seus poderes, suas funções, sua estrutura orgânica e formas de controles, estão sujeitos a muitas variações, mas guardam entre si um denominador comum: o papel de instrumento de descentralização governamental e de presença de poder público dentro do território de um país. É, portanto, dentro dos amplos e dos diversos escopos que as

instituições do poder local podem assumir, que buscaremos abordar o surgimento e o desenvolvimento do município no Brasil. (FABRIS, 2008, p. 72, grifos do autor)

Fabris (2008) aborda que os intermitentes movimentos de ampliação e redução da sua soberania e autonomia ao longo da história, mostram que a consolidação do Estado nacional se dá com o concomitante enfraquecimento das instituições municipais. Entretanto, o mais significativo são as rupturas do arcabouço institucional verificadas em diferentes fases de nossa história política e social. Dessa forma, para um entendimento contínuo citam-se as questões de fronteiras e limites dos estados, pois segundo Fabris contextualiza a relação de soberania do Estado em função dos municípios.

Nas diversas modificações do território brasileiro a Figura 3 mostra a evolução do número de municípios no Brasil. Neste sentido, é possível dizer que, desde 1940 muitos municípios foram criados, houve incorporação de territórios, além do fato de que muitos municípios conseguiram se emancipar. Observa-se que foram criados no Brasil 4.923 municípios desde o ano de 1872 até 2010, sendo que no ano de 1872 antes da abolição da escravatura o total era de 642 municípios, atualmente, nos anos dois mil a quantidade quadruplicou atingindo o total de 5565 municípios.

Figura 3 - Evolução dos municípios no Brasil de 1872/2010



Fontes: Directoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil 1872/1920 e Divisão Administrativa do Brasil 1911/1933; e IBGE, Censo Demográfico 1940/2010.

Fonte: IBGE

Vale destacar o fato de que, quando municípios são criados, os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) são divididos, contudo a mesma porcentagem de fundo é dividida para um grupo maior de municípios. O FPM é distribuído proporcionalmente à população de cada estado e depois entre os municípios do estado, os recursos não aumentam, pois, a população continua a mesma. A respeito dessa questão de criação de novos municípios, quando um município é criado, os recursos destinados ao estado em que se situa passam a ser divididos entre um número maior de prefeituras. Dessa forma, não haverá um acréscimo de recursos com a criação de municípios, pois os índices populacionais se mantêm.

A evolução dos municípios brasileiros mostra o salto de criação de novos municípios, cresce dentre os anos de 1955 até 1970, foi impulsionado pelo governo de Juscelino Kubistchek com o adentramento do país e o deslocamento da capital para o centro do território nacional, estimulando processos migratórios. Ocorreu uma estagnação no ano de 1975 até o ano de 1985, após esse intervalo o processo de desmembramentos retornou o crescimento atingindo até o ano 2010 com 5.655 municípios brasileiros. Desde o ano de 1882, muita coisa mudou, as vilas passaram a ter novas conotações territoriais até ganhar influência regional e atingir status de cidade. Faz-se em adendo referente ao ano de 1953 em que ocorreu a redefinição dos municípios baianos, palco da pesquisa.

O Senado aprovou uma lei que regulamentando a emenda constitucional número 15, de 1996, com a função de congelar a criação de novos municípios até que fossem estabelecidos critérios nacionais, e não mais locais, não mais das assembleias, mas critérios nacionais para orientar esse processo de criação e desmembramento de municípios. Daí, com a aprovação dessa lei, a criação e o desmembramento de municípios, passa a ser guiado por procedimentos mínimos. Contudo, existe a carência de critérios técnicos objetivos que impeçam esse processo de criação sem fundamentação, para não criar municípios inviáveis ao país.

Pires (2013) discute que, embora a Constituição de 1988 estabelecesse um prazo de três anos, encerrados no ano de 1991, para resolução de conflitos estaduais e municipais, alguns Estados, ainda em 2013, não tinham sequer iniciado seu processo de demarcação das divisas municipais.

Em alguns Estados o processo de demarcação das divisas municipais já está em processo avançado como no Ceará, Maranhã e Bahia. Nestes estados estão sendo realizados pelos órgãos cartográficos estaduais, referendados pelas Assembleias Legislativas e convalidadas pelo IBGE e Municípios litigantes. No caso da delimitação e demarcação dos limites estaduais, estes estão a cargo do IBGE ou do

Exército e na maior parte dos casos resultam em longas disputas no STF. (PIRES, 2013, p.30)

A luta pelo domínio de território marcou todo o processo evolutivo do Brasil, que foi e continua sendo palco de inúmeras propostas de redivisão do território do país, tratados foram assinados aos montes, alguns nem entraram em vigor, até que em 1970 o Brasil assumiu a sua configuração atual. Alguns exemplos podem ser vistos para ampliar a discussão como o estado do Pará, que em dezembro de 2012 ocorreu a realização de um plebiscito que teve como objetivo consultar a população se novas duas unidades políticas deveriam ser criadas, dividindo o atual estado do Pará em Carajás, Tapajós e Pará. A divisão não foi aprovada, porém ainda existe uma grande discussão no Congresso Nacional que envolve a compartimentação territorial e a criação de novas unidades em diferentes regiões do território brasileiro. Apesar de parecerem recentes, as propostas que hoje estão em pauta no Congresso já foram sugeridas há muito tempo, por estudiosos do tema.

Sobre as propostas de alteração das divisas algumas obtiveram aprovação e se efetivaram como é o caso do Mato Grosso do Sul e do Tocantins, últimas unidades federadas criadas. Desde então, propostas para a continuidade desse processo de divisão estão em curso, sempre ocorreu propostas que são rerepresentações de outras, e provavelmente, iram reaparecer, demonstrando uma obstinação de certas regiões alterarem seus territórios, na instância da modificação de seu status político-administrativo e conseqüentemente social.

Exemplo de disputas territoriais em escala cartográfica menor, pode se citar a conquista do Acre que se consolidou a partir de um elevado número de conflitos e negociações até chegar ao Tratado de Petrópolis em 17 de Novembro de 1903, que oficializou o território como sendo brasileiro e incumbindo o Brasil de pagar dois milhões de libras esterlinas e da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, mediante a retificação de pequenos trechos da linha de fronteira, o Brasil ficava com a região. O Tratado do Rio de Janeiro (1909) incorporava o restante da região acreana ao Brasil, mediante a permuta de terras com o Peru.

Ainda na história dos conflitos territoriais no Brasil, pode-se citar a questão do Estado do Amapá, embora o 1º Tratado de Utrecht (1713) já estabelece os limites entre o Brasil e a Guiana Francesa pelo rio Oiapoque ou de Vicente Pinzón. Esse limite havia sido contestado após a Revolução Francesa, sucessivamente pelo Diretório, pelo Consulado, e pelos Impérios de Napoleão I e Napoleão III de França, sendo questionada a identidade daquele rio. A expansão colonialista europeia do final do século XIX suscitou novos conflitos na região, com o surgimento da República de Cunani e choques armados no rio Calçoene (1894).

O Papel das Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites. Ministério das Relações Exteriores. (SCDL) no Tratado de 10 de abril de 1897 escolheu para árbitro da Questão o presidente do Conselho Federal Suíço, Walter Hauser. Os argumentos brasileiros foram expostos pelo barão do Rio Branco, encarregado em 1898 da questão. A sentença arbitral, datada de 1 de dezembro de 1900, foi favorável ao Brasil, mantendo-se a fronteira pelo rio Oiapoque. A popularidade de Rio Branco atingiu uma dimensão nacional, e ele assumiu a Pasta das Relações Exteriores (1902-1912).

A demarcação territorial precisa torna os recortes espaciais mais visíveis. Mediante essa informação, o objetivo do Estado é conhecer seu território sem nenhuma distorção e em casos de disputas com as informações coerentes estabelecer um veredito acordado entre todos os envolvidos. Sobre o tema das Emancipações Municipais, Fávero (2004) debate que ultimamente tem-se despertado várias discussões nos meios políticos, acadêmicos, institucionais e administrativos no Brasil. Basicamente são duas as correntes que norteiam estas discussões: um grupo se posiciona a favor da criação de novos municípios e outro que se opõe aumento municipal.

A primeira corrente, defendida por especialistas em economia e geralmente vinculados às administrações públicas federais e estaduais, com visão essencialmente administrativa e financeira, é contrária a este movimento emancipacionista por defender que o recente processo de emancipações criou um excesso de municípios gerando tão somente aumento das despesas com os serviços das administrações municipais tanto no poder executivo como no legislativo. Dentre as principais argumentações, seria o fato que a fragmentação territorial determinaria um maior controle das localidades e descentralizaria a questão do poder administrativo organizacional. Tais autores concordam com a aprovação da ementa constitucional nº 15 de 1996 ao proibir a criação de municípios por leis estaduais, passando o controle para a esfera federal.

Fávero (2004) faz referência a vários autores e estudiosos que compõem a outra corrente contra a criação de novos municípios, afirmando que essa fragmentação só causara uma sobre carga de funções e ações o que acabaria por inviabilizar ou dificultar o controle e a assistência das demandas no território. Até mesmo no Senado brasileiro há muitas alterações e controvérsias a respeito do tema.

A criação de novos municípios implicaria no aumento da autonomia. Contudo, alguns federalistas clássicos, não acreditam no município como sendo uma peça importante da atual Federação. Entretanto Domingues (2015, p.538) aponta que os Municípios identificados como ente federado, de acordo com a Constituição Federal de 1988, uma vez que “integrando o

padrão de organização do Estado Federal brasileiro juntamente com a União, com os Estados e com o Distrito Federal, nos termos do que dispõe o art. 1º c.c. art. 18 do atual texto constitucional vigente”. Nesse caso, integrando o Município, na Federação, como uma verdadeira entidade de terceiro grau, ampliando, consideravelmente, sua autonomia no tríplice aspecto: político, administrativo e financeiro. Sobre a autonomia política do Município, Domingues (2015) refere-se:

[...] a sua capacidade de auto-organização por meio de suas Leis Orgânicas, conforme prevê o art. 29 da Constituição Federal de 1988. A Lei Orgânica é uma espécie de “constituição municipal”, tendo a Constituição indicado, de forma explícita, o conteúdo básico que deve integrar esta norma maior considerada fundamental para os Municípios. Outra característica da autonomia política do Município, além da auto-organização por meio de sua Lei Orgânica, é o seu autogoverno, por meio de representantes eleitos diretamente pelos munícipes para os cargos de Prefeito, Vice-Prefeito (Poder Executivo) e de Vereadores (Poder Legislativo), nos termos do art. art. 29, I. (DOMINGUES, 2015, p.538-539)

No plano legal, sobre se refere a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios segundo o inciso 4º Art. 18 Constituição Federal 1988 “[...] far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei”. No entanto, o trabalho de revisão e definição de limites é competência dos Estados e os Órgãos Estaduais de Terras e Cartografia executam os trabalhos de revisão e definição de limites, assessorando o poder legislativo. Neste sentido o IBGE pode prestar orientação técnica e subsidiar com informações os Órgãos Estaduais de Terras e Cartografia e as Assembleias Legislativas.

No Brasil, conforme Quadro 3, tem-se diretrizes para o estabelecimento dos limites geográficos dos municípios, que deve ser preferencialmente estabelecido por acidentes físicos, naturais e/ou artificiais. Em um novo texto substitutivo sobre a criação de municípios foi aprovado em 16 de outubro de 2013, pois a emenda constitucional aprovada em 1996 proibia a criação de municípios por leis estaduais e definindo que isso só poderia ser feito por meio de autorização em lei complementar federal. Então o Senado aprovou um texto substitutivo, com várias alterações no projeto original regulamentado pela Constituição de 1988 cuja função é estabelecer regras de incorporação, fusão, criação e desmembramento de municípios e determina que distritos possam se emancipar após a realização de um plebiscito.

Em 2014, o Senador Cavalcanti Mozarildo entra com outro projeto de Lei de no senado, desta vez foi vetado, com a afirmação que os critérios eram pouco rigorosos, o que poderia acarretar no surgimento de municípios sem viabilidade financeira.

Quadro 3- Característica jurídica sobre a criação e desmembramento territorial

| Aspecto legal | Característica |
|---|--|
| Constituição de 1988 | § 4º do art. 18 da Constituição Federal <i>A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios.</i> |
| Emenda Constitucional nº 15, de 1996 | Dá nova redação ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal. <i>§ 4º do artigo 18: A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.</i> Proíbe a criação de municípios por leis estaduais e definindo que isso só poderia ser feito por meio de autorização em lei complementar federal. |
| Emenda Constitucional nº 57, de 2008 | Acrescenta o artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para convalidar os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios, cuja lei tenha sido publicada até 31 de dezembro de 2006. <i>Art. 96. Ficam convalidados os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios, cuja lei tenha sido publicada até 31 de dezembro de 2006, atendidos os requisitos estabelecidos na legislação do respectivo Estado à época de sua criação.</i> |
| Alteração | Projeto de Lei 416/08, Aprovado pelo Senado um texto substitutivo de lei Complementar em 16 de outubro 2013 autoria de Senador Mozarildo Cavalcanti Em 2014 teve outro projeto de Lei também de Senador Mozarildo Cavalcanti. O senado vetou a proposta de Cavalcanti pois afirmavam que os critérios eram pouco rigorosos, o que poderia acarretar no surgimento de municípios sem viabilidade financeira. |

Fonte: Informações da Constituição Federal e emendas parlamentares no site www.jusbrasil.com.br e da SEI
Elaboração: OLIVEIRA, Luzia Barbosa de.

Partindo da questão de ordenamento jurídico da união, destacam-se os aspectos jurídicos do Estado da Bahia que influenciam os municípios da pesquisa: a Lei Estadual de nº 12.057 de 11 de janeiro de 2011 que estipula limites dos Municípios integrantes dos Territórios de Identidades, a Lei Estadual de nº 12.608 de 27 de dezembro de 2012 a qual atualiza os limites dos Municípios integrantes do Território de Identidade do Sertão Produtivo. A Lei nº 12.564 de 10 de janeiro de 2012 atualiza os limites dos municípios que integram o Território de Identidade de Vitória da Conquista.

O quadro aponta a evolução das leis de criação e desmembramento territorial do país, com os aspectos legais, as características de cada uma e as funcionalidades na criação e

desmembramentos territoriais. Destacou-se um resumo da lei de criação municipal desde a constituição de 1988 até as últimas ementas de revisão para revelar a lógica jurídica que norteia o território nacional. Contudo, mesmo com as várias incoerências na demarcação do territorial nacional não se criou uma nova lei que sanasse essa lacuna. Monteiro (2013) afirma que,

[...] enquanto permanecer a atual redação do § 4º do Art. 18 da Constituição Federal e enquanto o Congresso Nacional não aprovasse a já mencionada regulamentação legislativa, de nada adiantava a adoção de iniciativas políticas e legislativas no âmbito dos Estados.

A respeito da emenda nº 57, (vide Quadro 3) Monteiro (2013) discute que nada dispôs sobre o futuro, ou seja, ela trata apenas do passado, entre os anos de 1996 e 2006. Permanecendo o quadro de não regulamentação legislativa do § 4º do Art. 18 e, com ele, um quadro de ineficácia jurídica da possibilidade de criação de novos municípios brasileiros.

Sobre essa discussão, segundo a constituição de 1988, primariamente para a criação de Município tem a necessidade que a lei estadual, precedida de uma comprovação dos requisitos prévios estabelecidos na Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, este texto está sofrendo, frequentemente, revisões e novas ementas estão entrando em vigor, uma vez que existem muitas discussões sobre quais os critérios, para a criação e/ou desmembramento de municípios. Critérios que deve ser rigoroso, garantindo eficácia na organização espacial dos territórios municipais. As populações interessadas também deveram ser consultadas sobre o interesse. Dentre os pré-requisitos destacam-se:

1. De uma **população** estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferiores a 05 (cinco) milésimos da existente no Estado;
2. Do **eleitorado** constituído por no mínimo 10% (dez por cento) da população;
3. Um **centro urbano** já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas);
4. E **arrecadação**, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos, permitindo comprovar as viabilidades econômico-financeira, político-administrativa, socioambiental e urbana, tanto do município preexistente quanto do município a ser criado.

Por mais que se discuta sobre a imprecisão de uma nova lei, não se tem feito muito além de textos substitutivos e emendas com o teor redigido defasado e desatualizado, faltam critérios mais rigorosos que criem municípios fortes e estruturados financeiramente e socialmente. Ou seja, existe a necessidade de uma atualização da lei de criação e desmembramento de territórios para facilitar a organização e controle do arranjo espacial

brasileiro, bem como evitaria possível adversidades ou descontentamentos perante a demarcação territorial.

Ao apontar os aspectos jurídicos por traz da criação de novos territórios, desde os estaduais aos municípios, remete-se a complexidade na dinâmica espacial, outrora existiam formatos territoriais diferentes e ao sofrerem alterações são estabelecidos novos meios de relacionamento. Desse modo, o próximo tópico mostra que as relações estabelecidas são de suma importância para a compreensão da organização espacial, ao entender como se dão os processos de interligação e conexão dos espaços.

2.4 O processo de territorialização: relações de pertencimento, fluxos e centralidades na escala intermunicipal

Nesse tópico rememorando as discussões o conceito de território discutido por Raffestin (1993), Hissa (199) e Haesbaert (2007) o território se apresenta como espaço delimitado por e a partir de relações de poder, retoma-se a questão de que o território é produto de processos concomitantes de dominação ou apropriação do espaço físico por atores estatais ou não e os processos de controle político administrativo, a dominação se dá tanto nos aspectos econômicos quanto sociais e a apropriação simbólica do espaço geográfico se dá através dos aspectos culturais.

E nesse processo de territorialização materializados no espaço a de três vertentes mencionadas por Haesbaert – a jurídica, a política e a econômica e cultural se aproxima da pesquisa, uma vez que permite a compressão do espaço não somente política como abordada nos tópicos anteriores, mas também nas relações de culturais que envolvem o pertencimento e as relações econômicas que se entrelaçam nas questões de centralidades e fluxos de movimento territorial.

Considerando que a dinâmica socioespacial se dá a partir de um processo de movimento heterogêneo e que a reestruturação espacial é um dado constante na história, Moreira (2007) afirma que a história se desenrola no espaço geográfico, mas, antes de tudo, o espaço geográfico é parte fundamental do processo de produção social e da estrutura de controle da sociedade.

Na perspectiva social, o espaço geográfico e o território não podem ser dissociados, constituindo se aspectos fundamentais no processo das territorialidades neste estudo, pois, segundo Medeiros (2008), “enquanto o primeiro se faz necessário para demarcar a existência

do segundo, este último, por sua vez, é a condição para que o espaço se humanize”. Assim, dada à complexidade do tema, essa seção fará uma análise dos aspectos envolvendo o território dos municípios com o intuito de mostrar as implicações em decorrência da reconfiguração territorial, partindo da premissa de que,

O território é, de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento. O território é, assim como um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Definir seus limites, recortá-lo, é sinônimo de dominação, de controle. O domínio entre pessoas e nações passa pelo exercício do controle do solo. (MEDEIROS 2008, p. 217)

A pressuposição de controle e dominação abordada por Medeiros possibilita perceber que esse processo de uso dos espaços permite sua territorialização e, conseqüentemente, esses espaços estão inseridos nas relações de convivência intercultural, vínculos, diferenças sociais, econômicas e políticas.

O sentimento pertencimento a ser abordado se refere às relações estabelecidas com o território cuja identificação se dá com o local e não na perspectiva de um pertencimento cultural voltado aos hábitos, costumes e cultura. O conceito de pertencer, salientado pela pesquisa, é refletido na construção de territorialidades, que são as relações de pertencimento materializadas no espaço.

Partindo da vertente analítica de Santos (2002), quando se fala em território, deve-se entendê-lo como território usado, utilizado por uma dada população. Neste sentido, Claval (2011) concorda com tal pressuposição ao destacar que as relações que os indivíduos estabelecem com o espaço demarcam seus lugares e suas culturas, sendo o território a ocupação deste espaço. No espaço social, a vivência territorial pelos membros de uma coletividade ou pelas sociedades em geral se reflete no processo de territorialidade. Diante de disso, Medeiros (2008, p. 219) assevera que na “relação do ser humano com o espaço do território, ele coloca valores relacionados aos sentimentos e à identidade cultural”.

Na concepção cultural, que se situa no universo do sentido, Nogueira (2000, p. 291) destaca que a cultura “[...] engloba tantos os aspectos materiais como os não materiais das experiências de vida cotidiana, criadas de escolhas, valores. Mostram, também, o campo de luta em indivíduo e escolhas em padrões de comportamento socialmente aceitos revelem um caráter político do universo cultural”. Sobre a construção do vínculo que se estabelece com objetos, formas e lugares, ou seja, dando significados e apego, Martin-Barbero (1997, p. 117) destaca que “o valor do popular não reside na autenticidade ou beleza, mas na sua representatividade sociocultural”. No caso específico estudado, nascer em um local pressupõe

a criação de vínculos indo além do sentimento de possuir um patrimônio, mas envolve também as relações de afetividade e pertencimento.

Lefebvre (2000) aborda a respeito do espaço que se produz, como estando envolta nas inter-relações de vivência e que se dá em três momentos: o espaço concebido; o espaço vivido; e o espaço percebido. O espaço social configura-se, então, como a expressão mais concreta do espaço vivido, quando entendido pela soberania do homem sobre o objeto, através de sua apropriação pela corporeidade das ações humanas. Por conseguinte, o espaço é considerado um campo de possibilidades de construção de um espaço diferencial, que se opõe ao homogêneo e contempla o uso. Em decorrência desta afirmação, percebe-se que não existe uma imutabilidade entre as dimensões espaciais. Desta forma, nada impede que o espaço concebido absorva o espaço das representações (vivido) e se altere.

Considerando que, no espaço, os sistemas de objetos e sistemas de ações ocorrem de forma indissociável no processo contínuo de construção e reconstrução da sociedade no espaço a partir da modificação da natureza. Ratificando a lógica de produção e reprodução do espaço a partir das interações entre as forças criadoras e os sujeitos sociais. Estabelecendo conexão com o território, resultado da impressão do poder no espaço, territorializado pelo sujeito territorial, que é movido pela intencionalidade (SANTOS, 2002). Equivale, assim, a ideia discutida por Raffestin (1993) cujo poder constrói malhas, espécie de tramas que se interligam neste complexo cenário territorial, para delimitar campos operatórios. As relações que os municípios estabelecem entre si, ou seja, interação, por meio de transportes, sistemas de comunicações, oferta de serviços, ou por transações comerciais.

Esse fenômeno tem ligação com a construção do sentimento de pertencimento e vínculos. Contudo, tal sentimento pressupõe ligação com os aspectos de identidade que se vincula ao território, nesse caso ao território do município.

Nesse sentido, a apropriação do território pelo indivíduo, a partir da sua vivência torna-se algo imprescindível para a formação do pertencimento nos municípios. Particularizando os aspectos relativos ao pertencimento nas áreas estudadas, o cenário encontrado foi o de comunidades rurais, nas quais, as relações cotidianas segundo Bagli (2006) são construídas sobre uma lógica territorial que se consolida por meio de intensa relação com a natureza.

Conforme Wanderley (2000) no campo sociológico, ao se falar sobre “rural” destaca-se uma relação específica dos habitantes do campo com a natureza, com a qual o homem lida diretamente, sobretudo por meio de seu trabalho e do seu habitat. Trata-se, sem dúvida, das

representações do espaço natural e do espaço construído, visto que a “natureza rural”, precisamente porque é rural, isto é, palco de múltiplas atividades nada singulares.

Para o tema aqui estudado, do ponto de vista subjetivo, questionou-se aos moradores com qual município se sentiam mais pertencentes e com qual município tem maior identificação e afetividade. Uma vez que, identidade social se refere às características de relacionamento com um conjunto de entendimentos que uma pessoa possui, construído a partir de determinadas fontes de significado que são construídas socialmente. Sobre isso Chelotti complementa dizendo que,

A identidade constitui um termo polissêmico, estando relacionado tanto ao indivíduo no âmbito pessoal, como também à relação do indivíduo com a coletividade. No entanto, a categoria de análise identidade, aparece sob vários enfoques, dependendo da matriz teórica na qual ela é abordada [...]. Existe um consenso de que toda identidade é uma construção social. Assim, os diferentes grupos sociais, ao longo do tempo, criaram significados, construindo identidades, sejam elas vinculadas a uma determinada cultura, ideologia, religião, etnia, territorial, dentre outros. (CHELOTTI, 2010, p.171)

Para tanto, Tuan (1982), em uma perspectiva humanista, aborda essa discussão sobre sentido de identidade como uma dimensão simbólica, de percepção, que abarca os laços de afetividade ao meio. O enraizamento de sentimentos, a assimilação e conseqüente incorporação da cultura local contribuem para a formação da identidade dos lugares. A leitura do território, segundo Oliveira e Pimentel (2018, p. 29) possibilita entender as “[...] distintas nuances que o processo de produção social do espaço assume no entendimento das questões que afloram na análise do mundo vivido, na constituição de lugares de memória e pertencimento para os sujeitos sociais nas configurações das paisagens”.

Em se tratando de participação social, lazer e entretenimento, Hall (2002) ilustra que o indivíduo precisa sentir-se identificado como pertencente a um grupo para a sua autoafirmação como ser vivente e atuante da sociedade. Nessa questão, os moradores relataram participar em cultos, festejos locais, feiras, campeonatos esportivos, frequentarem bares próximos, pescaria, visitarem os parentes na localidade ou em outros municípios vizinhos. Nesse sentido, Oliveira (2018) explica que considerando o sentimento de pertencimento territorial é possível,

[...] compreender os vínculos estabelecidos entre os sujeitos sociais e os sistemas ambientais que constituem a paisagem do lugar. Esses vínculos se manifestam em relações de pertencimento, afeto e conflitos que perfilam os processos identitários dos sujeitos sociais com o espaço vivenciado. (OLIVEIRA e PIMENTEL, 2018, p.66)

Esse processo de estabelecer um sentimento de pertença com o território proporciona a concretização do processo de territorialização pelos sujeitos sociais. Como foi abordado o pertencimento está associado aos vínculos estabelecidos pelos sujeitos com os lugares, mas esse ponto não se pode discutir territorialização sem resguardar as noções de movimentação pelo território.

Pautada na constância de movimentos, tangencia a noção de fluxos e a evolução contemporânea que resulta na nova dinâmica de organização do espaço, ao torna os limites e as fronteiras cada vez mais flexíveis, a partir das modernas redes de circulação e comunicação. A abordagem aqui desenvolvida será a partir das relações de fluidez no território, na escala do município, enfatizando a importância das redes na escala municipal, face aos problemas de alteração territorial.

Nessa lógica de movimento, o conceito de redes é de extrema importância na compreensão de relações de trocas estabelecidas, principalmente no encurtamento dos espaços através da interligação dos locais e as funções de uso que cada um exerce. Assim, a discussão sobre a mobilidade territorial é indispensável para o entendimento do conceito de redes. Dessa forma, a mobilidade é a condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço, obtida por meio de políticas de transporte e circulação que visam à melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas, mercadorias e informações no espaço. Sobre essa lógica fluída de movimento entre os territórios Moreira destaca que,

A característica da sociedade em rede é a **mobilidade territorial**. E o desenvolvimento da rede de circulação inicia-se num movimento de desterritorialização de homens, de produtos e de objetos, que ocorre em paralelo à evolução das cidades e das redes, periodizando o processo da montagem e do desmonte do recorte da superfície terrestre em regiões, e cuja referência à época é a reterritorialização dos cultivos. (MOREIRA, 2007, p. 58, grifos do autor).

A flexibilidade da rede se torna uma boa ferramenta para a compreensão das sociedades contemporâneas que são movidas pela velocidade e fluidez. Segundo Spósito (2008) as atuais redes formadas pelos meios de comunicação como a internet mudam as dinâmicas territoriais, pois levam a fragmentação ou integração territoriais.

Tendo por base essa vertente de interligação, destaca-se o conceito de rede globalizada, na qual as cidades se convertem em nós de uma trama. E o espaço é transformado numa grande rede de nodosidade, em que a cidade se transforma em um ponto fundamental da dinâmica do espaço para integrar lugares cada vez mais articulados em rede. Sobre esse aspecto Moreira destaca que,

[...] o mundo é recriado na escala globalizada, formada por uma rede de conexões territoriais intensamente mais fortes. O tecido espacial se torna ao mesmo tempo uno e diferenciado em uma só escala planetária. O fato é que o arranjo espacial sofre uma profunda mutação de qualidade. O sentido da rede mudou radicalmente. E mudou de modo radical correspondentemente o conteúdo do conceito. O conteúdo social da rede torna-se mais explícito. E as relações entre os espaços se adensam numa tal intensidade, que densidade deixa de ser quantidade para adquirir um sentido mais significativo de qualidade. (MOREIRA, 2007, p.58)

O espaço organizado pelas redes fica mais fluído, uma vez que elimina as barreiras e o uma vez estabelecido o território, este se abre para que as trocas sociais e econômicas se desloquem de um para outro canto, amplificando a circulação, ou seja, liberando o movimento territorial da população e da produção. Essa relação recorrente de integração espacial acontece em várias escalas, desde o global até chegar ao âmbito municipal, alterando o que antes era pautado por sistema de hierarquia. Na qual, um município de pequeno ou de médio porte não poderia estabelecer relações de troca com espaços mais amplos, pois não detinha os meios para isso.

Nessa lógica de interligação dos espaços Santos (1997) menciona as horizontalidades e as verticalidades, que:

De um lado, há espaços contínuos, formados de pontos que se agregam sem descontinuidade [...]. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o *lócus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais extensa e implacável. (SANTOS, 1997, p. 46, grifos do autor).

Essa ponderação feita por Santos (1997) de que o espaço se compõe inseparavelmente de uns e outros recortes, leva a estabelecer as relações com os fixos e fluxos defendidos pelo autor. No tocante aos elementos fixos contidos no espaço, destacam as estruturas, às casas e as empresas etc. Quanto aos fluxos, remete aos meios de ligação entre eles, que leva a fluidez e interligação como estradas, transportes, comunicação. O autor aponta que é no território que a ação em rede (e das redes) praticada pelas grandes empresas ganha caráter local e efetivamente se mostra como elemento organizador e normatizador das ações e da vida nos lugares, pois implica nos esforços solidários de diversos atores sociais.

Apoiada no conceito de redes, Dias (2000) concorda que este fenómeno não é recente, parte-se da renovação a partir das grandes mudanças do final do século XX, para suprir uma

demanda social de determinada área, o que possibilita integração do território. Ressalva-se que as redes existem por duas faces no que tange à mobilidade: em primeiro lugar as estratégias de circulação e posteriormente a comunicação. Dessa forma, as redes apresentam uma característica de adaptação, mudando de acordo ao espaço, o leva-se algum tempo. A história do surgimento das redes, segundo Dias, foi:

[...] marcada pela associação entre processo de urbanização e processo de integração do mercado nacional. A eliminação de barreiras de todas as ordens constituía a condição primordial para integrar o mercado interno, pois esta integração pressupunha a elevação do grau de complementaridade econômica entre as diferentes regiões brasileira. À presença inicial das ferrovias e das rodovias, irrigam o país em matérias-primas e mão-de-obra, se superpõem, na atualidade, os fluxos de informação - eixos invisíveis e imateriais certo -, mas que se tornam uma condição necessária a todo movimento de elementos materiais entre as que solidarizam. (DIAS, 2000, p.158)

Nesse caso, Dias (2000) retrata que a primeira característica das redes é a conectividade, ou seja, existem conexões na forma de nós. São estes nós das redes ou malha territorial, que podem ser considerados os locais de conexão, lugares de poder e de referência como sugere Raffestin (1993). E nesse novo contexto teórico de redes, implica em estabelecer relações com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho, pois trata-se de um instrumento valioso para a compreensão da dinâmica territorial.

Todavia, as noções de redes aqui explicadas se associam ao conceito de fluxos e movimento dinâmico estabelecido no espaço, que permitem a pesquisa entender a construção das territorialidades municipais partindo das ligações que estabelecem em uma rede de conexões nas diversas áreas sociais, que implica, ou não, na distância espacial e que implica, também na oferta de serviços, a saber: trabalho, saúde, educação, comércio, entre outros. Em contrapartida, Machado (1998) faz uma reflexão sobre a questão da distância, aplicada ao território, destacando que,

É possível argumentar, do ponto de vista geográfico, que a utilização das redes como instrumento heurístico se deve à representação da *ação à distância*, que se associa, assim, à extensão territorial. Nessa representação, o território não é um elemento neutro, e sua condição material não deve ser oposta à presumida condição imaterial da ação a distância. (MACHADO, 1998, p.45, grifos da autora).

Ao fazer referência à rede como instrumento heurístico, portando possível de investigação, para o entendimento da ação da distância no território, Machado remete a utilização de processos cognitivos para demonstrar a complexidade desse fenômeno, uma vez

que a velocidade do tempo oportuniza o encurtamento dos espaços, através das conexões das redes.

Ao evidenciar que os limites são vividos e consumidos a partir de uma representação Raffestin (1993), menciona que os atores atuam sobre a superfície, repartindo-a, implantando nós, e conseqüentemente construindo rede no jogo de reprodução social: produção, troca e consumo. Esses sistemas de tessituras implicam diretamente na noção de limite, por sua vez essa organização hierárquica em malhas, nós e redes que se imprimem no espaço e permitem manter o controle e integração dos territórios.

Remetendo-se a Moreira (2007), ele destaca os olhares que dimensionam tanto a centralidade adquirida pelo território quanto a alteridade, circunstância que se desenvolve por relações de diferença e contraste. Uma vez que,

Se o olhar fixa o foco na localização, um ponto impõe-se aos demais, e a localização arruma o plano da distribuição por referência nesse ponto. Se o olhar abrange a diversidade da distribuição, a distribuição arruma por igual o plano das localizações. O olhar focado na localização dimensiona a centralidade. O olhar focado na distribuição dimensiona a alteridade. A tensão se firma sobre essa base, opondo a identidade e a diferença. A centralidade estabelece a identidade como o olhar da referência. A alteridade estabelece a diferença. (MOREIRA, 2007, p. 63)

Assim, o espaço se esclarece como o fio tenso de condições opostas, em que a “centralidade e a alteridade se contraditam: a centralidade se afirmar como o primado da identidade sobre a diferença e a alteridade como uma dialética da diferença e da identidade” (MOREIRA, 2007, p. 63-64). Baseando nessa nova relação entre os espaços, para Santos (1997) o que antes era visto como uma dependência regional, de subordinação de umas áreas a outras, não se dá igualmente em toda parte, e a nova centralidade depende da racionalidade concedida pelas ações e pelos objetos. No caso do Brasil, a partir desta nova organização territorial, não cabe mais,

[...] falar em litoral e interior, ou simplesmente em cidade e não cidade, ou urbano e não urbano. Há espaços marcados pela ciência, pela tecnologia, pela informação, por essa mencionada carga de racionalidade; e há os outros espaços. Todavia, essa racionalidade sistêmica não se dá de maneira total, absoluta e homogênea, pois, nas áreas assim transformadas, permanecem zonas onde ela é menor ou inexistente. (SANTOS, 1997, p. 53)

A racionalidade sistêmica consiste na conformidade de ter uma visão do todo, de modo a permitir a análise ou a interferência. E, para Santos (1997), não se pode igualar os fenômenos, pois cada espaço tem suas especificidades. Independentemente do tamanho dos

locais, para Lacoste (1980), os fenômenos devem se levar em consideração para controlar, dominar e atravessar. Nesse contexto, as representações escalares podem ser vistos,

Entre cada um dos níveis de representação os quais é eficaz separar sistematicamente pelo pensamento, encontra-se uma espécie de hiato que corresponde à brusca mudança de escala, à passagem de uma ordem de grandeza a outra. Importa sublinhar que as intersecções que se pode observar em um dado nível, entre conjuntos de uma dada ordem de grandeza, não correspondem necessariamente às intersecções que se pode observar em um outro nível de representação, entre conjuntos de uma outra ordem de grandeza. Não é o mesmo fenômeno, a mesma porção da "realidade" que se considera nos diferentes níveis da análise espacial. (LACOSTE, 1980, s. p.)

Ao remeter a ideia de proporção, o autor assevera a necessidade de escalas, tendo cuidado ao passar de uma grandeza para outra, ou seja, ter cuidado ao relacionar fenômenos territoriais mundiais com os ocorridos nas unidades federativas, nos municípios, por exemplo. Sendo assim, para Castro (2000),

A escala é na realidade, a medida de que confere visibilidade ao fenômeno. Ela não define, portanto, o nível de análise, nem pode ser confundida com ele, estas são noções independentes conceitual e empiricamente. Em síntese, a escala só é um problema epistemológico enquanto definidora de espaços de pertinência da medida dos fenômenos, porque enquanto medida de proporção ela é um problema matemático. Ao definir *a priori* as ordens de grandeza significativa para análise, Lacoste aprisionou o conceito de escala e transformou-o numa fórmula previa, aliás já bastante utilizada, para recortar o espaço geográfico. Sua reflexão sobre escala, apesar de oportuna e importante, introduziu um truísmo, ou seja, o tamanho na relação entre o território e a sua representação cartográfica. (CASTRO, 2000, p.123)

Vale ressaltar que Castro dialoga com vários autores a respeito do conceito de escala e em primazia ilustra a abordagem voltada para a cartografia, com base meramente matemática, objetivando tratar sobre a relação com a geografia, a epistemologia e a apreensão da realidade. Enfatiza que ainda existe uma dualidade implícita no objeto de estudo geográfico, ou seja, o fenômeno e o recorte espacial ao qual esse dá sentido. No decorrer das discussões a autora traz elementos que, conceitualmente,

[...] a escala introduz o problema da polimorfia do espaço, sendo o jogo de escalas um jogo de relações entre fenômeno de amplitude e natureza diversas. A flexibilidade espacial institui, portanto, uma dupla questão: a da pertinência das relações como sendo também definida pela pertinência da medida na sua relação com o seu espaço de referência. (CASTRO, 2000, p.138)

Em consonância a questão teórica do conceito de escala, Lacoste (1980) discute que não se pode pensar o espaço somente analisando os problemas no quadro local, mas sim os articulando aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas, o que implica na noção de rede, em diferentes tamanhos espaciais. Sobre isso Castro (2000) corrobora com Lacoste e enfatiza como o problema fundamental na busca de compreensão da articulação de fenômenos em diferentes escalas, visto que existem os fatores sociais e estes são necessariamente relacionais. Uma vez que ao dimensionar a escala da pesquisa dele levam-se em consideração vários fatores sociais, pois a realidade se diferencia de cada um dos níveis da pesquisa e conseqüentemente nos níveis de concepção.

Ao abordar a importância de entender o fenômeno da interligação dos espaços, através das redes, em diferentes escalas, parte-se do entendimento da redefinição territorial a nível mundial, para entender as redefinições do território nacional, em particular as alterações no território municipal e intermunicipal. A partir dessa abordagem conceitual na próxima seção será abordado os desdobramentos das redefinições territoriais por meio das representações dos conflitos de demarcação dos limites e fronteiras.

3 REPRESENTAÇÃO ESPACIAL E DELIMITAÇÃO MUNICIPAL

O mapa é a própria expressão da verdade de que todo fenômeno obedece ao princípio de organizar-se no espaço. (MOREIRA, 2007, p.68)

Nessa seção serão abordados inicialmente os princípios da aplicação das Geotecnologias aplicadas na gestão de inconsistências de limites intermunicipais um dos maiores problemas na gestão territorial apontado, no Brasil, e particularmente, na Bahia. Segue uma abordagem do histórico e evolução dos limites territoriais baianos, que evidencia problemas de delimitação espacial, nas escalas municipais, fechando com a evolução territorial envolvendo os municípios, *locus* do tratado empírico da pesquisa.

3.1 Geotecnologias aplicadas na gestão de inconsistências de limites intermunicipais

Não é possível discutir a evolução territorial brasileira, sem o auxílio dos mecanismos de representação espacial, além dos aspectos jurídicos sobre a formação do território nacional em suas escalas: federal, estadual e municipal. Sendo assim, esse tópico pretende fazer uma prévia análise a respeito da utilização da cartografia e das geotecnologias para conciliar os litígios judiciais no que tange criação, desmembramento e alteração municipal. O viés analítico sobre os critérios de delimitação, parte do princípio que, até certo ponto da história, eram marcados por elementos componentes da paisagem, tais como rios, alinhamentos de serras, cruzamento de vias como Pontos de Amarração (PA) e atualmente com os avanços tecnológicos os pontos de amarração com maior precisão pautada no princípio do georeferenciamento.

As novas tecnologias de comunicação e de processamento de dados contribuíram para que a sociedade se torne globalizada, ou seja, o mundo deixa de ser limitado e incógnito e passa a ser conhecido, a partir do uso das inovações técnicas de transporte e de comunicação.

Segundo Rosa (2005) as geotecnologias são o conjunto de tecnologias para coleta, processamento, análise e oferta de informações com referência geográfica. As geotecnologias são compostas por soluções em *hardware*, *software* e *peopleware* que juntos constituem poderosas ferramentas para tomada de decisões. Associado ao geoprocessamento que é segundo Rosa e Brito (1996) o conjunto de técnicas relacionadas a coleta, tratamento e responsável por qualquer tipo de processamento de dados georreferenciados, ou seja, dados com as coordenadas de seu posicionamento no globo.

Cita-se como geotecnologia os Sistemas de Informação Geográfica – SIG, que são responsáveis pelo processamento dos dados gráficos e não gráficos com ênfase em análises espaciais e modelagens de superfícies; cartografia digital, sensoriamento remoto, sistema de posicionamento global, topografia, utilização de *drones*. Ressalta-se que as geotecnologias são ferramentas utilizadas no geoprocessamento de imagens com aplicação ligada à gestão municipal, meio ambiente, planejamento estratégico de negócios, agronegócios, serviços públicos de saneamento, energia elétrica e telecomunicações.

Diante desse cenário de comunicação e representação espacial, o mapa, segundo Moreira (2007) é a melhor representação do olhar geográfico, pois acaba se caracterizando como documento oficial para efeito de domínio territorial. Raffestin (1993, p. 167) explica que o mapa como representação gráfica é um “[...] instrumento ideal para definir, delimitar e demarcar fronteiras. [...] No fundo trata-se da passagem de uma representação ‘vaga’ para uma representação ‘clara’, inscrita no território”. Desta forma através desse aprimoramento tecnológico surge novos mecanismo de se estudar o espaço, social e economicamente, estabelecendo limites e áreas de controle e relações sociais.

Valendo-se do histórico da cartografia que, na antiguidade, tinha um teor artístico sem se preocupar com as formas ou com a mensagem a ser transmitida, mas ao passar dos séculos as técnicas foram se aprimorando, permitindo dar mais credibilidade e confiabilidade aos mapas, e logicamente representam a divisão territorial vigente. Com a evolução da linguagem cartográfica,

Diversas áreas do conhecimento utilizam-se do mapeamento para representar e analisar a distribuição territorial de objetos e fenômenos, contudo, o mapeamento é atividade compreendida principalmente pela Geografia e pela Cartografia. Com a diversificação e ampliação dos conteúdos e técnicas de mapeamento, a Cartografia conquistou status de disciplina independente, o que resultou na especialização das atribuições do mapa e do mapeamento na Geografia e na Cartografia. (GIRAIDI, 2009, p. 45)

A partir do avanço tecnológico, ocorreu um aprimoramento da questão organizacional do território, na qual o Sistema Cartográfico Nacional, produzido pelo IBGE junto a Diretoria de Serviço Geográfico do Exército, adotou um sistema de projeção cartográfica a Universal Transversa de Mercator (UTM), Decreto Federal de nº 243/1967. Esse é um sistema de coordenadas geodésicas foi desenvolvido durante a Segunda Guerra Mundial permite o posicionamento de qualquer ponto sobre a superfície da terra.

Para o IBGE, o sistema utilizado para demarcação territorial remete ao uso de coordenadas geodésicas que marca a localização precisa de qualquer ponto na superfície da

terra. O sistema de coordenadas é, assim, o melhor mecanismo para delimitação, uma vez que os Pontos de Amarração apoiadas por trabalho de campo, posiciona os limites a partir dos componentes da paisagem, já citados, quando das fronteiras naturais, e cruzamento de seguimento de retas quando das fronteiras “secas”.

Diante dessa premissa evolutiva, o IMESC (2011, p.27), conclui que “a tecnologia evoluiu entre o ontem e o hoje, quando trabalhos de topografia eram indispensáveis na delimitação de áreas; hoje, o geoprocessamento com imagens de satélites, GPS e outros instrumentos somam com a topografia tornando o estudo mais completo e mais rápido”. Dito de outra forma, a representação espacial evoluiu mediante o processo de elaboração de novas técnicas e conhecimentos cartográficos muito específicos.

Particularizando a questão, quando se trata de cartografia, o Estado da Bahia sempre apresentou problemas com a representação de limite. Oliveira et al. (2014) destaca que

[...] embora leis fossem criadas, principalmente no início da década de sessenta, que estabeleciam critérios para a cartografia do Estado, amparadas pela legislação federal, particularmente do Conselho Nacional de Geografia. Embora tenha estes requisitos, a cartografia dos municípios ficou dependente do poder central e das decisões da Assembleia Legislativa conforme se vê mais adiante. (OLIVEIRA et al., 2014, s. p.)

Dessa forma, os autores entendem que os avanços das geotecnologias e a disponibilidade de informações possibilitam maior confiabilidade e rapidez nas delimitações espaciais, a destacar facilitam demarcações de limites políticos administrativos, facilitando a resolução de conflitos envolvendo de fronteiras e limites. Nesse caso, Oliveira et al. (2014, s.p.) mencionam que “a cartografia é ferramenta indispensável, principalmente, nos momentos de contestações de áreas em divisas litigiosas”. Completa admitindo que tais problemas jurídicos a respeito de disputas territoriais envolvem negociações políticas, questões identitárias, permeado a noção de pertencimento entre outras questões que não poderia ser esquecida pela cartografia.

Quando se fala em conceito de território este se relaciona à noção de poder, e apoia se no campo da representação espacial, a cartografia por si só, se apresenta uma ferramenta de manutenção deste poder. Dessa forma a representação gráfica dos limites é de extrema importância para a resolução de conflitos. Contudo segundo Borges et al.,

[...] mesmo com a disseminação dessas tecnologias nas atividades de mapeamento e cadastro, são muito escassos, no Brasil, estudos aplicados na gestão de inconsistências de limites municipais. Muitos limites foram descritos pela última vez na década de 1950, usando uma linguagem coloquial que delimita as fronteiras

fazendo referências a acidentes geográficos. Nos dias atuais, ocorrem problemas causados pelas descaracterizações desses acidentes por ação da urbanização, da mineração e de outros fatores que modificam severamente a paisagem geográfica. (BORGES et al., 2015, p. 80)

Segundo Abreu e Castogiovani (2010, p. 546) “A comunicação cartográfica tem a sua importância na era da Informação. Novos desafios são apresentados como na criação de novos produtos para melhorar a eficácia no processo de transmissão das informações e consequentemente no melhor entendimento da comunicação”.

Neste sentido, atualmente, é possível destacar a crescente importância da informação geográfica, pois cada vez mais utilizada para diversos fins e domínios de aplicação, em campos distintos. As informações georreferenciadas, permitem a correlação com várias áreas, para representar o espaço. Nessa conjuntura os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) são utilizados, principalmente instrumentos de modelação de problemas, análise e simulação de cenários, estando presentes em grande parte dos serviços do setor público e privado. A utilização de ferramentas da Geotecnologia surge, então, como uma alternativa eficiente que proporciona resultados eficientes, que possibilita uma representação computacional do espaço.

Sobre as geotecnologias como o Sensoriamento Remoto, Geoestatística e Geoprocessamento, Oliveira et al.(2014, s.p) destaca que “[...] são ferramentas consagradas nos estudos cartográficos, pois adaptam as informações da superfície da Terra mediante a uma aproximação dos meios bióticos e abióticos. Estas tecnologias possibilitam a extração de dados espacialmente georreferenciados, necessários a construção de modelos da realidade”.

Ainda nesse contexto de representação espacial, existe a cartografia temática que, segundo o IBGE (1999) é a representação das informações geográficas referentes a um ou vários fenômenos (físicos ou sociais) de todo o planeta ou de uma parte dele. As bases cartográficas permanecem, mas são inseridas informações que permitiram representar o fenômeno estudado, ou seja, também são levados em consideração aspectos qualitativos, lineares, dinâmicos, ordenados, além dos quantitativos. E nessa era globalizada, associada com o advento do avanço das técnicas de aquisição, manipulação, armazenamento de dados para representação de informações da superfície terrestre, como o uso de imagens de satélite e de softwares que permitem a digitalização dos dados.

Esse ramo de diagnóstico da cartografia será utilizado posteriormente no delinear das discussões para exemplificar a complexidade de representação espacial, em detrimento aos diversos conflitos que envolvem aspectos sociais e naturais. Em se tratando de mapeamento de limites Borges (2015) aborda que

[...] existem indeterminações relacionadas à produção cartográfica que serve de base para o mapeamento dos limites. As bases cartográficas podem ter sido geradas em diferentes tipos de Sistemas Geodésicos, o que pode causar distorções e incompatibilidades nas análises subsequentes. Alterações nos limites trazem implicações econômico-financeiras para os municípios, portanto foi examinada também a questão econômica envolvida na região de estudo a fim de avaliar as possíveis perdas advindas de modificação dos limites. (BORGES et al., 2015, p.80)

No Plano mais técnico, observa-se que a implementação de um Sistema de Informações Geográficas, com uso de geotecnologias, deve segundo Oliveira et al. (2014),

[...] apoiar os municípios no amparo das discussões, ainda que seja dever dos mesmos e responsabilidade do Estado. Importa, no âmbito da discussão sobre os limites municipais da região manter as informações geográficas capazes de dar suporte as decisões que careçam de informações espaciais visando uma melhor gestão que implica em melhoria da cidadania e sentimento de pertencimento municipal. Os desdobramentos do projeto do SIG deverão abranger os municípios, utilizando softwares livres, de fácil aplicação para manter uma cartografia atualizada em conformidade com a legislação vigente. (OLIVEIRA et al., 2014, s. p.)

Oliveira et al. destacam as vantagens das geotecnologias para a tomada de decisões e recuperação de informações, mas no que diz respeito a estudos disponíveis que tratam especificamente sobre a delimitação de fronteiras municipais e os que tangenciam a temática, que acabam por discutir apenas para o planejamento territorial e ou ambiental, mesmo utilizando as geotecnologias, o que marca uma lacuna nas discussões acadêmicas.

Partindo desse olhar sobre a aplicação das geotecnologias para resolução dos problemas limítrofes, nos próximos tópicos remetem ao histórico dos conflitos na Bahia especificamente no recorte do estudo serão representados os conflitos fazendo uso das geotecnologias na aquisição e tratamento de dados afim de obter maior precisão técnica na análise dos desdobramentos das modificações espaciais.

3.2 Histórico e evolução dos limites territoriais na Bahia

No que diz respeito ao Estado baiano muito se pode discutir acerca da redefinição territorial. A delimitação das novas divisas municipais é um trabalho realizado em conjunto pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Comissão de Divisão Territorial e Emancipação da Assembleia Legislativa da Bahia e sustenta-se no cumprimento da Lei nº 12.507/2011.

A evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia se deu de forma lenta e gradual no decorrer de quatro primeiros séculos, sofrendo brusca transformação na segunda

metade do século XX. Diante disso, a SEI divulgou um breve histórico sobre a evolução territorial e administrativa do Estado Bahia, destacando alterações durante os séculos fazendo menção a quatro marcos históricos específicos com grande marco na história territorial, tratados a seguir.

No século XIX, destacou-se no ano de 1827 dada a proximidade da Independência do Brasil e porque, na fase de outorgamento da Constituição brasileira em 1824 que, no seu art 2º facultava às províncias a “subdividirem seus territórios como bem lhes provesse”. Destaca, ainda, o ano de 1889 por ser da Proclamação da República e pela criação da 1ª Lei Orgânica dos municípios. No século XX distingue o ano de 1940 por ser o ano da reorganização da divisão territorial e administrativa do país, com advento do Estado Novo. E completando 500 anos de ocupação destaca o ano de 2000 para demonstrar a situação vigente no fim do século.

Segundo a SEI (2001) o formato e a área atuais do Estado da Bahia, na prática, foram definidos com a criação da capitania da Bahia de Todos os Santos, no final do século XVIII e, posteriormente, com a incorporação da comarca do Rio São Francisco. A ocupação efetiva, porém, deu-se na segunda metade do século XX e levou há um adentramento no território, com a abertura de novas rotas, gerando novas dinâmicas como espaço e conflitos de interesses pelo controle do território.

No período das capitanias, ocorreu a divisão e doação de lotes menores pela Coroa a beneficiários, as chamadas sesmarias, que se caracterizam por terras que deveriam ser cultivadas sujeitas ao pagamento impostos. Contudo, a prática administrativa de capitanias hereditárias não funcionou, durando até o ano de 1759, em que foi extinta pelo Marquês de Pombal. Apenas duas capitanias, a de São Vicente e a de Pernambuco obtiveram êxito. O fracasso justifica-se pelo fato de serem uma grande extensão territorial para administrar, associado a falta de recursos econômicos e os constantes ataques dos povos indígenas.

O momento culminante da diplomacia envolvendo as fronteiras do Brasil Colônia, que assegurou a atual configuração, foi o Tratado de Madrid firmado no dia 13 de Janeiro de 1750. Entre João V de Portugal e Fernando VI da Espanha para definir os limites entre as respectivas colônias sul-americanas, atualizando as definições inicialmente demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas (1494) posteriormente pelo Tratado Provisional de Lisboa em meados dos anos de 1700 e pelo 2º Tratado de Utrecht (1715). O Tratado de Madrid definiu fronteiras bem próximas das atuais. Durante os séculos XVIII e XIX, vários outros tratados surgiram, modificando as fronteiras brasileiras.

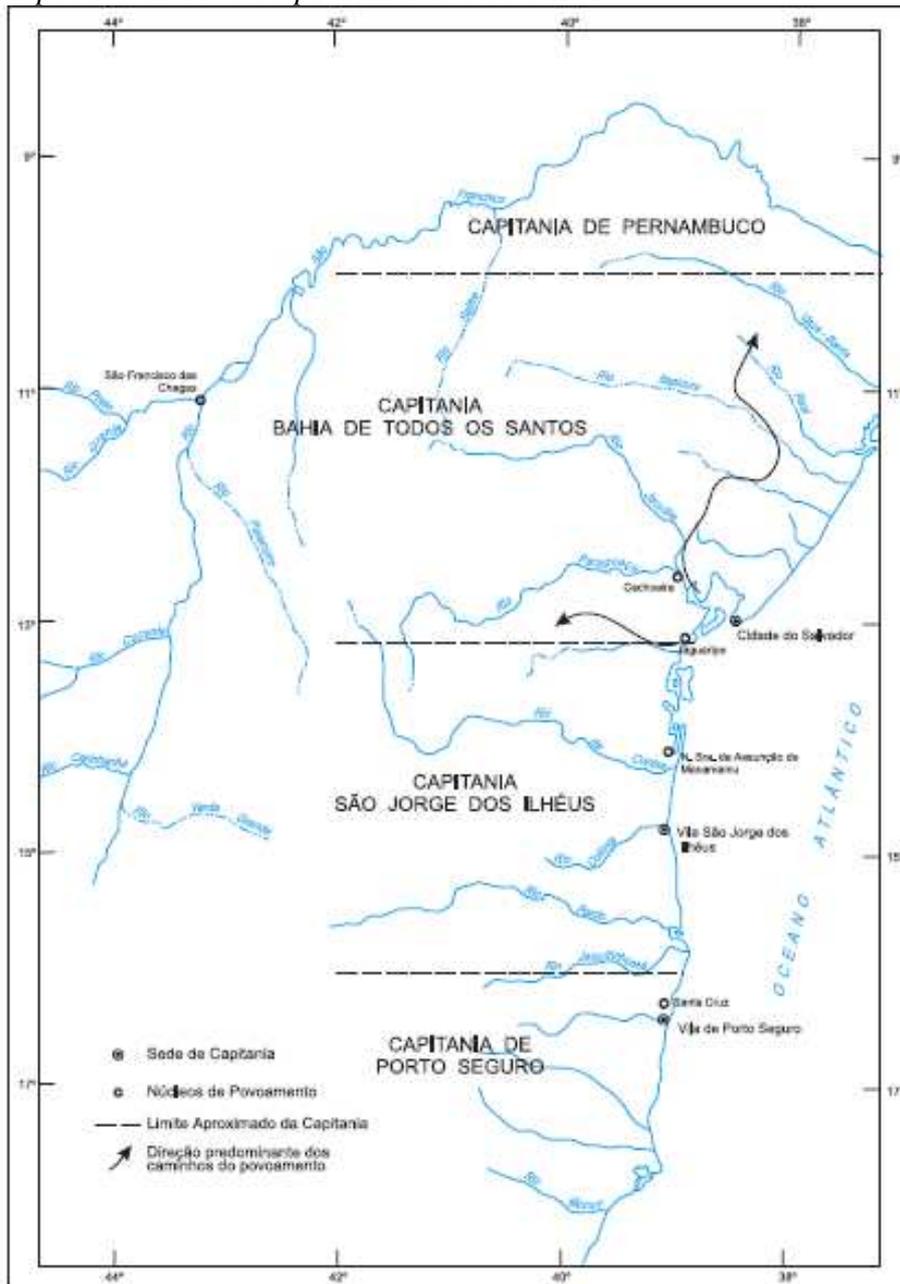
A SEI aponta que, no século XVII, havia uma tendência para a consolidação dos movimentos de ocupação iniciados no século anterior, visto o esforço da Coroa portuguesa

para ocupar o território ao assumir novas direções para o sertão e para o sul, que foi prejudicado, inicialmente, pela invasão holandesa, em 1624. Essa dificuldade de adentrar o território, justifica o fato de o recôncavo se tornar mais rico, associado

[...] aos plantios de fumo e cana-de-açúcar, nas bacias dos rios que vertiam suas águas para a baía, como o Rio Sergipe do Conde, e para o Oceano Atlântico, a exemplo dos rios Joanes, Jacuípe, Pojuca, Subaúma e Sauípe [...]. Os rios Joanes, Jacuípe e Pojuca também foram explorados por membros da família Garcia D'Ávila que avançaram em suas conquistas como importantes criadores de gado, chegando a formar uma grande propriedade ao longo do século XVII. (SEI, 2001, p.35)

É possível visualizar os rios Joanes, Jacuípe, Pojuca, Subaúma e Sauípe no Mapa 2, em que traz os primeiros núcleos de povoamento do território brasileiro no século XVI com destaque para a influência da hidrografia no povoamento brasileiro. O Brasil, em razão da vasta extensão territorial e com a predominância do clima úmido, apresenta uma extensa e densa rede hidrográfica, na qual, os rios proporcionavam a sobrevivência da população local, pois, em seus variados tamanhos, era utilizado para o abastecimento, irrigação, lazer, pesca, geração de energia, em algumas localidades pode ser utilizada como acessível para transporte, bem como, o padrão de drenagem guiavam os caminhos de descobrimento de novos territórios.

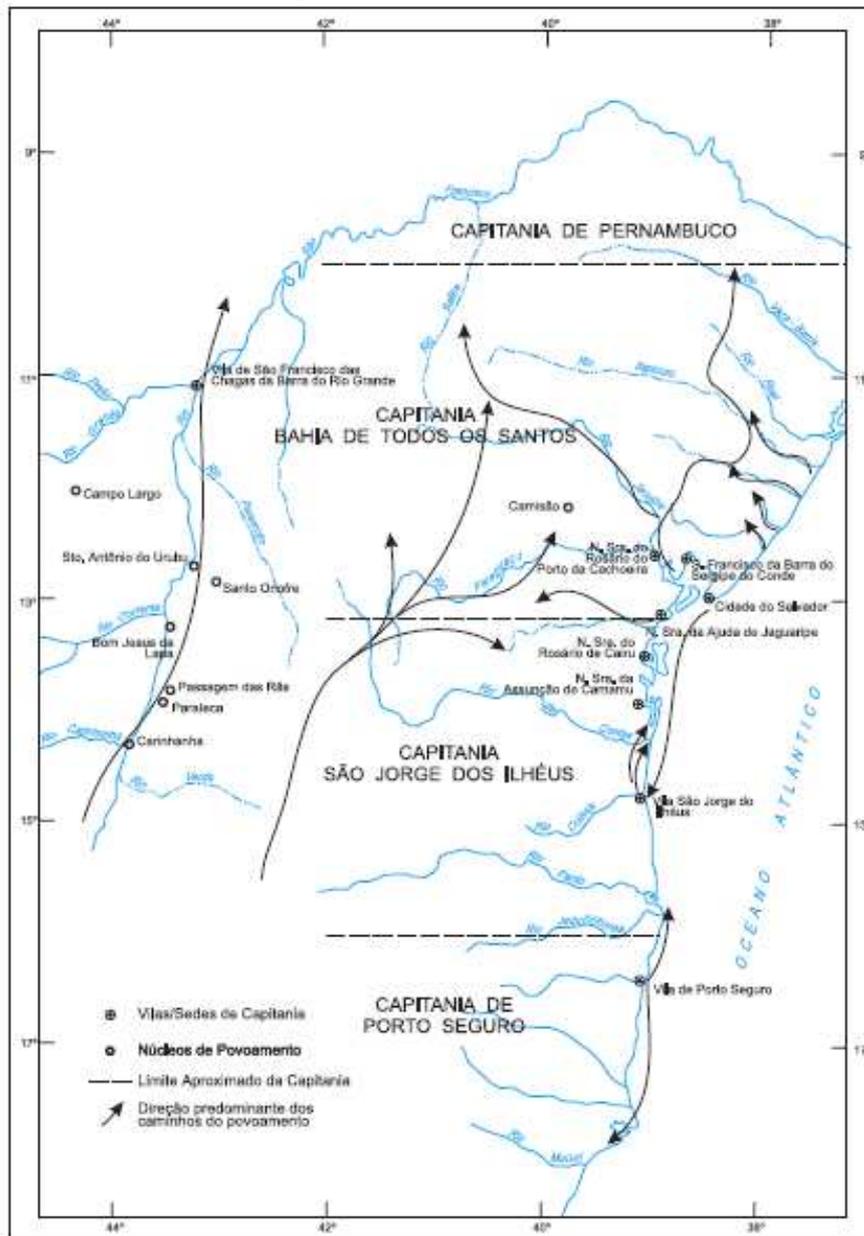
Mapas 3-Caminhos do povoamento século XVI



Fonte: Reconstituição cartográfica com base na bibliografia utilizada
 Base: Mapa Divisão Político-Administrativa- Estado Bahia, SEI, 2000.

A SEI (2001) menciona, ainda, que foi comum às capitânicas da Bahia de Todos os Santos e São Jorge dos Ilhéus o povoamento das nascentes dos rios paralelos que correm perpendiculares à costa. Na capitania da Baía de todos os Santos, deu continuidade à ocupação iniciada no século anterior nos rios Real, Itapicuru e Inhambupe. Enquanto que na São Jorge dos Ilhéus, o processo que havia sido deflagrado no Rio Jiquiriçá com a concessão de sesmarias fortaleceu no Jaguaripe e ampliou para o Aratuípe, seu afluente, buscando uma aproximação com a sede da capitania localizada um pouco mais ao sul, ilustrada no Mapa 4.

Mapas 4-- Caminhos do povoamento século XVII



Fonte: Reconstituição cartográfica com base na bibliografia utilizada
 Base: Mapa Divisão Político-Administrativa- Estado Bahia, SEI, 2000.

Ao final do século XVIII, no entorno de 1775, registrado no Mapa 5, mostram as 36 vilas existentes. Nesse período as capitanias Porto Seguro, Bahia de Todos os Santos, São Jorge dos Ilhéus, Peroassu ou Paraguaçu, e Itaparica/ Tamarandiva já haviam sido revertidas para a Coroa, por compra, indenização ou confisco, passando, de fato, daí por diante, a denominarem-se Capitania da Bahia. Segundo a SEI “a nova capitania limitava-se ao norte, com a capitania de Pernambuco; ao sul, com a do Espírito Santo; a oeste, com a de Goiás, e a sudoeste, com a de Minas Gerais. De fato, haviam sido criadas 37, destas Barcelos havia sido extinta, em 1758, mesmo ano de criação”. (SEI, 2000, p.42)

Com a evolução da ocupação do território, no fim do século XIX o estado da Bahia constituía-se de 121 municípios, sendo que 23 passaram a existir a partir de 1889, disposto no Mapa 7.

Mapas 7-- Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia 1889



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2004)

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2001)

Avançando na evolução do território, o Estado baiano apresentava, em 1940, um retrato semelhante ao século XIX, com parcas, e quanto à expansão da ocupação não foi diferente, conforme ilustrado no Mapa 8.

Mapas 8- Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia-1940



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2001)

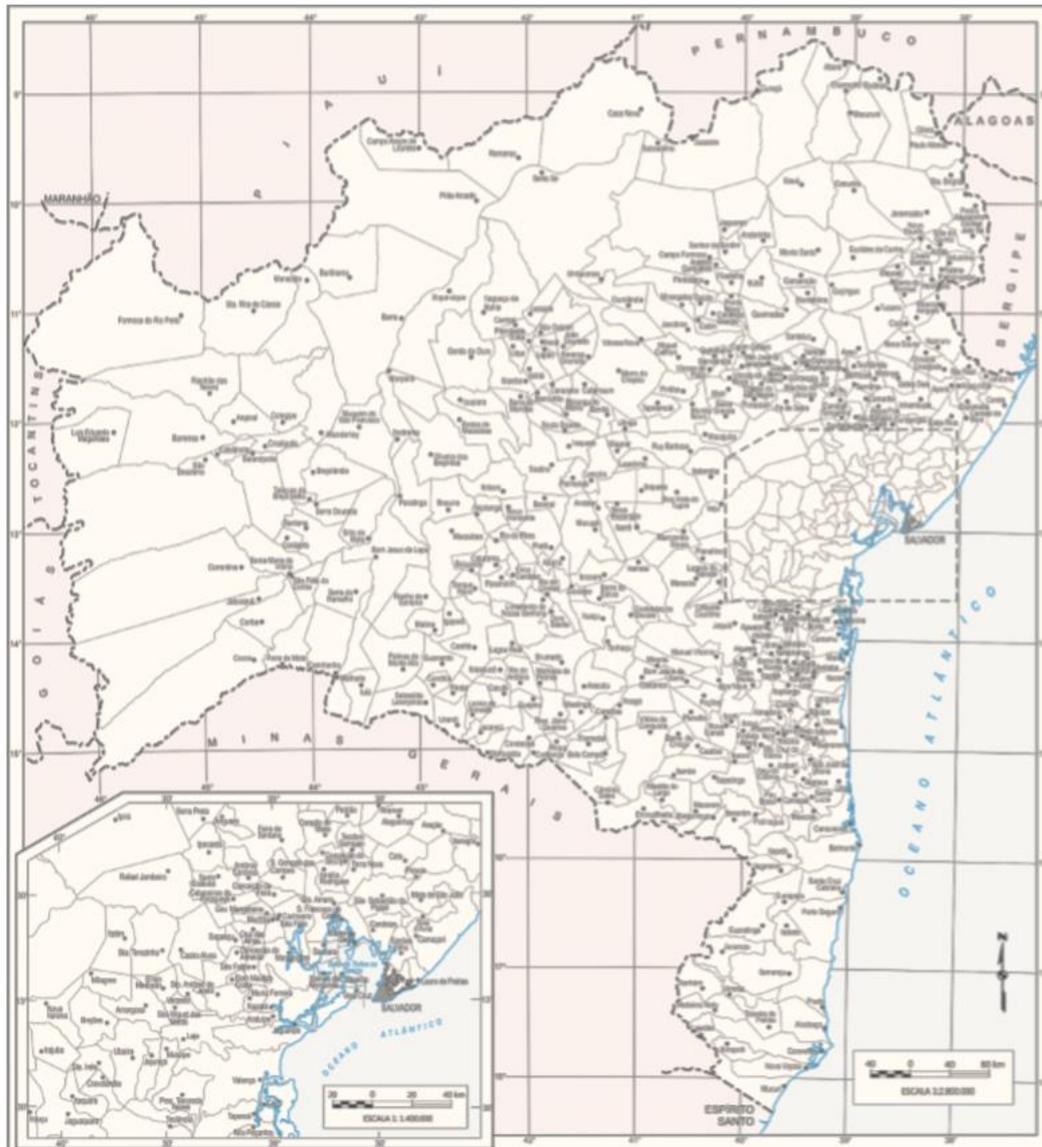
Poucas emancipações ocorreram no período, e poucas mudanças nos limites, pois, o

[...] ano de 1931 que foi marcado pela extinção de 25 municípios e o Decreto nº 7.479, de 8 de julho de 1931, foi responsável por essa reviravolta. Desse modo, 15 foram anexados a territórios de outros municípios e restaurados em 1933. Os dez restantes esperaram um pouco mais para voltar à condição inicial de sede de município. Outros municípios, todavia, a despeito de criados anteriormente, constam apenas no mapeamento de 1940. No total, foram criados 164 e extintos 14 municípios. (SEI, 2001, p.56)

Na ordem cronológica, em 1953, ocorreu um momento de destaque no qual ocorre a redefinição dos municípios baianos, uma vez que este aspecto viabiliza a construção desta seção cuja objetivo é compreender a formação territorial brasileira para analisar alguns casos

de municípios baianos específicos (Caculé, Caetité, Ibiassucê, Lícínio de Almeida e Pindaí). A composição municipal do Estado no ano de 2000, após quinhentos anos de ocupação territorial, cujas mudanças resultaram na atual representação, perceptível no Mapa 9.

Mapas 9- Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia-2000



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2001)

Para além dos limites internos, apresentados, existe também o problema com o limite externo, ou seja, as divisas com outros Estados federados, em contrapartida o problema que guia a discussão trata o limite interior, consequentemente que resultará na nova definição dos limites dos municípios.

A SEI (2001) salienta que os limites resultantes de novas repartições no interior da capitania, da província ou do Estado continuavam imprecisos. Os problemas criados não

foram resolvidos e os desdobramentos podem ser percebidos na leitura das próprias leis de criação referentes às vilas no passado e aos municípios depois de proclamada a República. Como consequência desse processo de indefinição, o estado da Bahia apresenta problemas de limite com os estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Piauí. Salvam-se, tão somente, os limites representados pelos rios São Francisco, na divisa com os estados de Pernambuco e de Alagoas, com seus afluentes Carinhanha e Verde Grande, no limite com Minas Gerais, e pelo Rio Real com Sergipe.

No plano da ordenação territorial, destaca-se a nova regionalização por Territórios de Identidade. Esta regionalização é aqui tratada, uma vez que, é identificada no preâmbulo da legislação que redefine os limites municípios.

Atualmente, o Governo do Estado da Bahia através do Decreto nº 12.354 de 25 de agosto de 2010, confere no art. 105, inciso V, da Constituição Estadual e decretada no artigo primeiro à instituição do Programa Territórios de Identidade. Tendo como finalidade colaborar com a promoção do desenvolvimento econômico e social dos Territórios de Identidade da Bahia, em consonância com os programas e ações dos governos federal, estadual e municipal.

Dessa forma, foram levados em consideração o sentimento de pertencimento da população e a teia de relações sociais e econômicas, na delimitação territorial. Tal fato deveria gerar a construção de políticas de planejamento mais ligadas aos anseios da população (BAHIA, 2008). No primeiro inciso da lei destaca que Território de Identidade consiste no agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, é reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial.

Os territórios de identidade aparecem bem definidos em outro importante instrumento para entender a nova política de desenvolvimento regional do estado da Bahia, o Plano Plurianual 2008/2011. Os territórios de identidade que foram elencados pelo governo do estado da Bahia guardam como principais características as disparidades socioeconômicas.

Outro ponto importante a ser notado é que embora se afirme seguidamente que os territórios foram criados a partir de elementos sociais e econômicos, suas nomenclaturas remetem, em linhas gerais, a características físicas e/ou de localização, nos fazendo recordar da geografia lablachiana do início do século XX. (SOUZA, 2008, p. 128)

Faz-se aqui um paralelo, e essa divisão tem sido questionada, pois não foram levados efetivamente critério de pertencimento com o território, muitos municípios não apresentam identidades semelhantes aos outros membros dos territórios de identidades. Cita-se o caso do Território de Identidade de Vitória da Conquista que recentemente trocou de nomenclatura para Território de Identidade do Sudoeste Baiano, visto que o nome generaliza as características do território e os municípios vizinhos a Vitória da Conquista, não apresentam a mesma dinâmica socioeconômica e cultural do município.

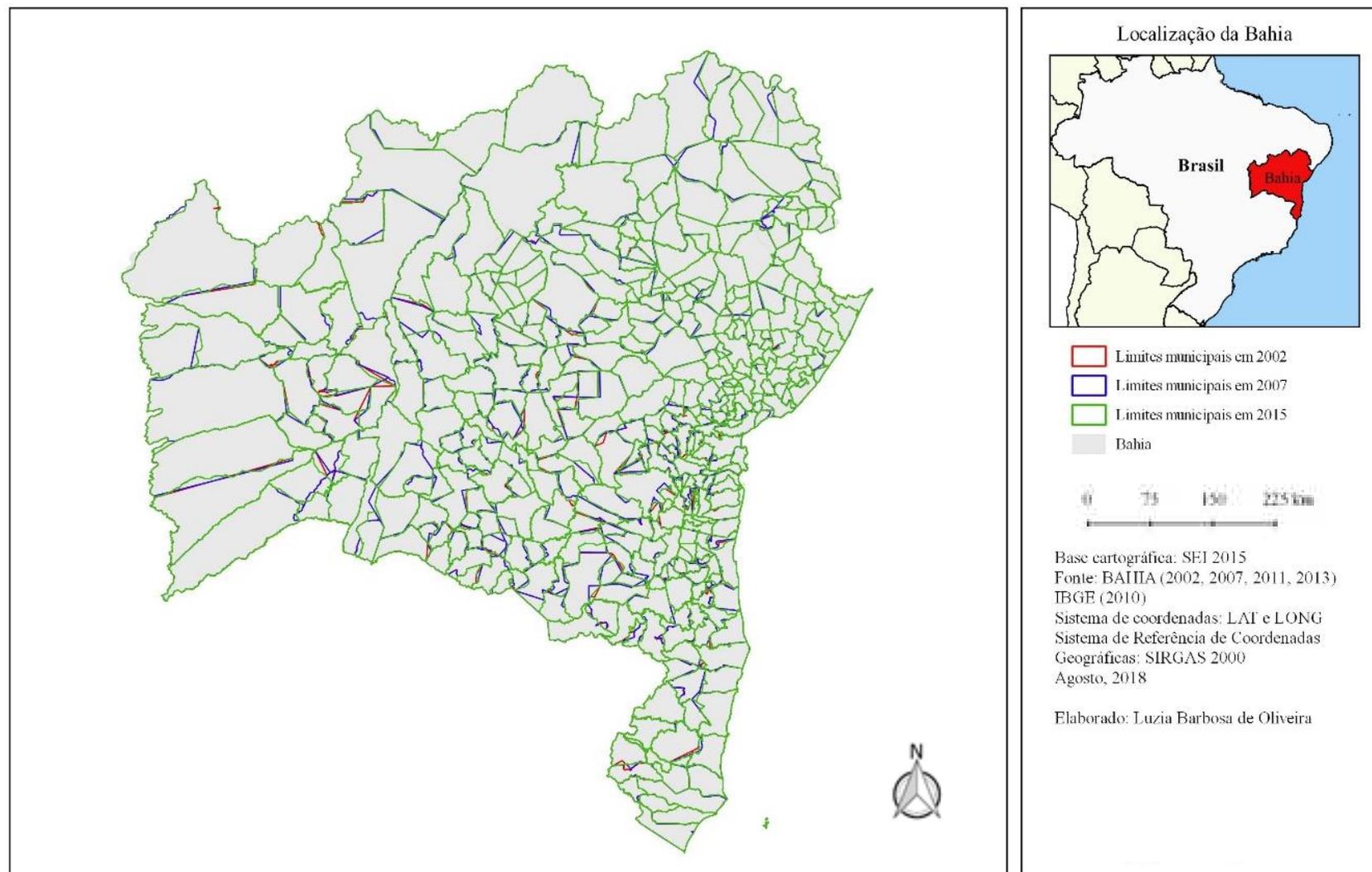
Das abordagens acima, parte-se para os conflitos territoriais nos municípios baianos em face das disputas e inconsistências observadas. A primeira vez que os limites dos municípios baianos foram redefinidos por uma lei geral foi em 1953, quando o Estado tinha apenas 150 municípios. A legislação previa que deveriam ser realizadas revisões territoriais a cada cinco anos, ocorrendo revisões relativas às emancipações que resultaram em mapas e que apresentavam problemas limítrofes até a aprovação da Lei 12.057, em janeiro de 2011 e outras leis que atualizam os limites municipais, uma vez que esta lei é para o território mais a sudeste do Estado. O Mapa 10 mostra o panorama das divisas municipais representado pelos anos de 2002, 2007 e 2015, o que evidencia tantos as mudanças nos limites quanto os conflitos e disputas latentes.

A lei estabeleceu o atual processo de atualização sistemática das divisas intermunicipais, que era reclamada há muito pelos municípios, órgãos do Estado e o IBGE. A gravidade dos problemas de divisas municipais é apontada pelo órgão estatal ao apontar que,

Quanto aos limites intermunicipais, esta questão é tão ou mais grave. Do total de 417 municípios, em cerca de 70% foram identificados problemas relacionados à redação das leis de criação, principalmente pela indefinição de pontos, marcos inexistentes e localidades desconhecidas, ensejando a ocupação indevida de municípios limítrofes. (SEI, 2011, p.116)

Diante dessa nova reordenação dos limites dos municípios, foi um marco emblemático, uma vez que há muito se reclamava por uma nova configuração territorial dos municípios que garantisse os limites com segurança, ainda que questionados no seu processo. Tais questionamentos se dão em razão dos processos de redefinição não seguir os processos legais como a consulta aos munícipes através de plebiscito, conforme Oliveira et al. (2014).

Mapas 10 - Evolução dos conflitos territoriais na Bahia: 2002 a 2015



Fonte: SEI (2015) BAHIA (2002,2007, 2011, 2013) IBGE (2010)

Elaboração: OLIVEIRA, L. B

3.3 Evolução e conflitos territoriais na área de estudo

Uma vez feita a evolução da divisão municipal no Estado da Bahia, busca-se particularizar o histórico da evolução da divisão municipal tangenciando os conflitos de limites da área de estudo. Sobre a indefinição dos limites intermunicipais a pesquisa busca analisar o caso de Caetité, Caculé, Ibiassucê, Licínio de Almeida e Pindaí, visto que ocorreu uma redefinição das fronteiras territoriais.

No histórico evolutivo, em 1720, esta região fez parte da antiga Vila de São Antônio de Jacobina, hoje denominada apenas por Jacobina, surgida da capitania da Bahia de Todos os Santos (1534). Em 1810, devido a sua influência regional e pelo interesse econômico de Barrões e senhores escravagista deu origem a Vila Nova do Príncipe e Santana do Caetité, foi elevada à categoria de cidade em 1867 e desde 1889 ficou conhecida como Caetité e desse território, originaram-se 47 municípios. A partir do século XIX começaram as emancipações, em que destaca-se de Vitória da Conquista, ocorrida em 1840. Em sequência, no século XX, Caculé se emancipa no ano de 1919, a partir da década de 1950, como é possível vê no Quadro 4, 33 municípios se emancipam, só no ano de 1962 ocorreram 15 emancipações.

No plano da evolução histórica da área da pesquisa, na década 1880, ocorreu o desmembramento de Urandi e em 1989 houve o desmembramento de Jacaraci. Nos primeiros anos da década de mil e novecentos, especificamente em 1909, Caculé também adquiri status para a emancipação. Como foi abordado, o atual município de Caetité teve sua origem relacionada à vila de Santo Antônio da Jacobina, atual Jacobina, com o seu desmembrado no ano 1810. Na sua evolução territorial em 1827, era, ainda, denominada como Vila Nova do Príncipe e Santana do Caetité e em 1889 sua nomenclatura foi reduzida para Caetité. Na sequência o município de Caculé se desmembrou de Caetité no ano de 1919. Ocorre, emancipação dos municípios de Pindaí desmembrado de Urandi; Licínio de Almeida desmembrado de Urandi e Jacaraci e Ibiassucê desmembrado de Caculé, uma vez que ambos foram desmembrados no ano de 1962.

Em 13 de fevereiro de 1962 o município de Pindaí foi desmembrado de Urandi, com o nome de Pindaí, por Lei Estadual nº 1.863, de 11/01/1963, passou a denominar-se Ouro Branco, não tendo sido concretizada, permanecendo a denominação anterior (DOE-Ba, 13/02/1962; 11/01/1963). O município de Licínio de Almeida apresenta uma distinção dos demais, por ter sido desmembrado a partir do território de dois municípios, Jacaraci e Urandi pela Lei Estadual de nº 1.670, de 1/04/1962. (DOE-Ba, 14/04/1962). Por fim, o município de Ibiassucê se emancipou de Caculé em 18/07/1962.

Quadro 4- Processo histórico evolutivo de emancipação dos municípios a partir da Capitania de Todos os Santos – BA

| Séc. | Ano | Território/Municípios | Observações sobre a criação do território municipal |
|--------------------|----------------|--|--|
| XVI | 1534 | Capitania da Bahia de Todos os Santos | Um dos 15 fragmentos de território controlados por donatários da Coroa Portuguesa |
| XVIII | 1720 | Vila de São Antônio de Jacobina | Com a descoberta de minas ouro pelos bandeirantes e início das explorações pela carta régia de 5 de agosto de 1720 criou-se "capital do ouro", atual Jacobina |
| | 1724 (1745) | Vila das Minas de Rio de Contas | Originaram-se dois municípios Rio de Contas e o de Livramento de Nossa Senhora. Nossa Senhora do Livramento foi criada por carta régia de 9/2/1724, com o nome de Vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas. Foi extinta no ano de 1745 e criou-se o município de Rio de Contas por carta régia de 2/10/1745. |
| XIX | 1810 | Vila Nova do Príncipe e Santana do Caetité | Elevada à categoria de cidade em 1867 e adquire o nome de Caetité em 1889 |
| | 1832 | Macaúbas | Oriunda da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima |
| | 1840 | Vitória da Conquista | Desmembrou-se da Vila Nova do Príncipe e Santana do Caetité |
| | | Palmas de Monte Alto | Desmembrado de Macaúbas |
| | 1960 | Condeúba | Desmembrado de Caetité, antes denominado Santo Antônio da Barra |
| | 1877 | Brumado | Desmembrado de Bom Jesus dos Meiras |
| | 1880 | Boa Nova | Desmembrado de Vitória da Conquista |
| | | Jacaraci | Criado da Vila Nova do Príncipe e Santana do Caetité |
| | | Poções | Extinta e restituída em 1923 |
| | 1889 | Urandi | Criado de Caetité |
| Bom Jesus da Serra | | Desmembrado de Poções | |
| XX | 1919 | Caculé | Desmembrado de Caetité |
| | | Guanambi (termo indígena para Beija-Flor) | O distrito Bela Flor emancipou de Palmas de Monte Alto e alterou seu nome |
| | 1921 | Livramento de Nossa Senhora | Foi criado em 1724, foi extinto em 1745, e restaurado |
| | | Macarani | Criado de Vitória da Conquista após mudança da sede Encruzilhada para Macarani |
| | 1927 | Itagiba | Emancipa-se de Vitória da Conquista |
| | | Itambé | Emancipa-se de Vitória da Conquista |
| | 1952 | Dário Meira | Emancipa-se de Macarani |
| | | Encruzilhada | Emancipa-se de Macarani |
| Ibicuí | | Emancipa-se de Poções | |
| Iguaí | | Emancipa-se de Poções | |

| | | | |
|------------|------------------------|--------------------------|--|
| XX | 1953 | Itapetinga | Emancipa-se de Itambé |
| | | Tremedal | Emancipou de Condeúba |
| | | Igaporã (1958) | Emancipou de Caetité, mas em 1958 foi extinta, retornando em 1960. |
| | 1961 | Caatiba | Emancipa-se de Vitória da Conquista; |
| | | Cordeiros de Condeúba | Emancipa-se de Condeúba |
| | | Maiquinique | Emancipa-se de Macarani |
| | | Mortugaba | Emancipa-se de Jacaraci (Data imprecisa) |
| | | Nova Canaã | Emancipa-se de Poções |
| | 1962 | Presidente Jânio Quadros | Emancipa-se de Vitória da Conquista |
| | | Anagé | Emancipa-se de Vitória da Conquista |
| | | Aracatu | Emancipa-se de Brumado |
| | | Barra do Choça | Emancipa-se de Vitória da Conquista |
| | | Belo Campo | Emancipa-se de Vitória da Conquista |
| | | Candiba | Emancipa-se de Guanambi |
| | | Cândido Sales | Emancipa-se de Vitória da Conquista |
| | | Licínio de Almeida | Emancipa-se de Jacaraci e Urandi pela Lei Estadual nº 1670, de 12/4/1962 |
| | | Malhada de Pedras | Emancipa-se de Brumado |
| | | Ibiassucê | Emancipa-se de Caculé |
| | | Manoel Vitorino | Emancipa-se de Boa Nova |
| | | Mirante | Emancipa-se de Boa Nova |
| | | Pindaí | Emancipa-se de Urandi, passou a chamar-se Ouro Branco, mas retornou a Pindaí |
| | | Piripá | Emancipa-se de Condeúba |
| | | Planalto | Emancipa-se de Boa Nova de Poções |
| | | Rio do Antônio | Emancipa-se de Caculé |
| | 1985 | Guajerú | Emancipa-se de Condeúba |
| | | 1989 | Ribeirão do Largo |
| | Caraíbas | | Emancipa-se de Tremedal |
| Lagoa Real | Emancipa-se de Caetité | | |
| Caetanos | Emancipa-se de Poções | | |

Fonte: Adaptado da SEI (2001)

Para esclarecimento sobre alguns termos utilizados a respeito da classificação dos tipos de localidades brasileiras existem definições adotadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o uso dos símbolos convencionais na Resolução do Presidente, de 1988, número 007/89, de 04.01.1989

- **Localidade** é todo lugar do Território Nacional onde exista um aglomerado permanente de habitantes.

- **Cidade** é uma localidade com o mesmo nome do Município a que pertence (sede municipal) onde está sediada a Prefeitura, excluído os municípios das capitais.

- **Vila** é uma localidade com o nome do distrito a que pertence (sede distrital) e onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais.

- **Aglomerado Rural** é uma localidade situada em área não definida legalmente como urbana. Caracterizada por um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis ou disposta ao longo de uma via de comunicação.

- **Propriedade rural** todo lugar em que se encontre a sede de propriedade rural, excluídas aquelas já classificadas como núcleos.

- **Local** todo lugar que não se enquadre em nenhum dos tipos referidos nos artigos anteriores e que possua nome pelo qual seja conhecido.

- **Povoado** pode ser entendido como uma localidade com característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e corresponde ao Aglomerado sem caráter privado ou empresarial, ou que não está vinculado a um único proprietário do solo, e cujos moradores exercem atividades econômicas, quer primárias, terciárias ou, mesmo, secundárias, na própria localidade ou fora dela.

Sobre a divisão territorial do país, no que tange à pesquisa, o Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938 que implica em promover a delimitação uniforme das circunscrições territoriais.

Art. 2º Os municípios compreenderão um ou mais distritos, formando área contínua. Quando se fizer necessário, os distritos se subdividirão em zonas com numeração ordinal.

Parágrafo único. Essas zonas poderão ter ainda denominações especiais.

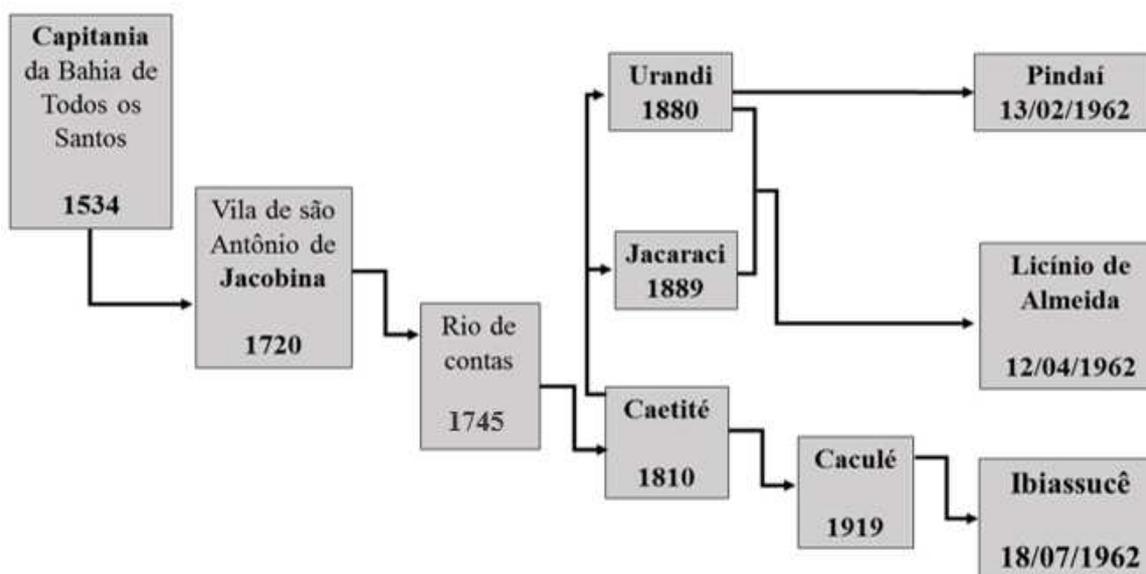
Art. 3º A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome.

Art. 4º O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá, a categoria de vila.

Parágrafo único. No mesmo distrito não haverá mais de uma vila.

A Figura 4 traz os municípios organizados segundo a ordem estadual, com seus municípios de origem, bem como as leis de criação e as vigentes.

Figura 4- Processo histórico evolutivo de emancipação dos municípios estudados



Fonte: Adaptado da SEI (2001)

A sequência da figura mostra a evolução desde a capitania da Baía de Todos os Santos, até o ano de 1962, quando da emancipação dos municípios em estudo. O fato de Rio de Contas fazer parte do processo evolutivo se dá em razão de que, em 1724, passou a pertencer à Vila de Minas do Rio de Contas, emancipada de Jacobina; em 1754, foi o arraial elevado à freguesia. E no final do século XVIII e começo do XIX, a população se mobilizou, comprando, à Coroa Portuguesa, o direito de tornar-se vila, emancipando-se finalmente de Rio de Contas em 5 de abril de 1810, sendo elevada a cidade em 1867.

No decorrer da reconstituição cartográfica a SEI (2001) constatou incongruências, em vários municípios principalmente quanto à lei de criação que consta que o desmembramento ocorreu a partir do território de um ou mais municípios, embora os documentos retratem ser originário somente de um único município. Cita-se, por exemplo, o município de Licínio de Almeida, desmembrado de parte dos municípios de Urandi e Jacaraci. E assim vice versa, ou seja, a lei pode dizer que o município foi criado com território de um município, mas tudo leva a entender que fora feita a partir de vários municípios.

A fim de um delineamento jurídico sobre o desmembramento dos municípios, o Quadro 5, traz uma síntese das leis de criação e emancipação, destacando os municípios de origem, bem como as leis de criação bem como as leis vigentes e data de publicação no diário Oficial do Estado.

Quadro 5– Municípios e suas Leis de criação

| Nº de Ordem | Município | Município de Origem | Lei de Criação | Lei Vigente (Lei Estadual) | Data da Lei Vigente |
|-------------|--------------------|-----------------------|-------------------------------------|----------------------------|---------------------|
| | | | Espécie / nº / data | Espécie / nº / data | Publicação D.O. |
| 62 | Caculé | Caetité | Lei Estadual, 1.365 de 14/8/1919 | 628 de 30/12/1953 | 10/02/1954 |
| 65 | Caetité | Jacobina | Lei Estadual, 995 de 26/02/1810 | 628 de 30/12/1953 | 10/02/1954 |
| 147 | Ibiassucê | Caculé | Lei Estadual, 1.724 de 18/07/1962 | 1.724 de 18/07/1962 | 25/07/1962 |
| 233 | Licínio de Almeida | Jacaraci/Urundi | Lei Estadual, 1.670 de 12/04/1962 | 1.670 de 12/4/1962 | 14/04/1962 |
| 300 | Pindaí | Urundi | Lei Estadual, 1.617 de 13/02/1962 | 1.617 de 13/02/1962 | 20/02/1962 |
| 208 | Jacobina | Originário Cap.B.T.S. | Carta Régia de 05/08/1720 | 628 de 30/12/1953 | 14/02/1954 |
| 207 | Jacaraci | Caetité | Lei Provincial, 1.958 de 07/06/1880 | 628 de 30/12/1953 | 14/02/1954 |
| 402 | Urundi | Caetité | Lei Provincial, 2661 de 08/07/1889 | 628 de 30/12/1953 | 19/02/1954 |

Fonte: SEI, 2003

Convém observar que os municípios de Urundi e Jacaraci constam no quadro para estabelecer uma linha cronológica visto que, por Lei provincial na década de 1880, os mesmos são oriundos do município de Caetité, cujo desmembrado se deu a partir da Vila de Jacobina, e está da Capitania da Bahia de todos os Santos na forma de carta régia.

Dentro do cenário jurídico, como foi citada anteriormente, a lei que atualiza os municípios em questão, refere-se à Lei Estadual nº 12.057 de 2011. Contudo conforme Oliveira et al. (2014) a respeito da resolução dos problemas fronteiriços nos municípios era prática comum da Assembleia Legislativa desmembrar os municípios, criando as leis, sem refazer as leis dos municípios que deram origem aos recém-criados. Gerando uma superposição dos Pontos de Amarração que delimitavam os municípios e conflitos que se arrastara por décadas. O autor ainda destaca que antigamente as questões de fronteiras municipais ficavam a mercê dos municípios fecharem acordos de sessão de territórios sem a devida alteração legal.

Sobre o aspecto histórico de Caetité, segundo site oficial do município, foram encontrados registros em sítios arqueológicos de mais de 6 mil anos, que motivaram a criação do Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB), que tem vestígios núcleos de povoados antigos. Com mais de dois séculos de emancipação, a cidade foi polo cultural da região sertaneja da Bahia e foi, ainda, pioneira na educação regional, com a primeira escola normal do sertão baiano. No que se refere ao território do município é composto pela sede e

por quatro distritos, com as seguintes distâncias desta: Brejinho das Ametistas, a 24 km; Caldeiras, a 60 km; Maniaçu, a 28 km; Pajeú, a 26 km. Além disso, alguns povoados de maior importância se destacam, como Anguá, Campinas, Juazeiro, Santa Luzia e Umbuzeiro.

Nas terras que hoje integram o Município de Caculé existiu primeiro a Fazenda Jacaré, de propriedade de Dona Rosa Prates: estendiam-se elas de Jacaré, povoado do distrito de Ibiassucê, até os atuais limites do distrito de Caculé. O distrito foi criado com a denominação de Caculé, pela lei provincial nº 2039, de 23-07-1880, subordinado ao município de Caetité. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Caculé, figura no município de Caetité. Elevada à categoria de vila com a denominação de Caculé, pela estadual nº 1365, de 14-08-1919, desmembrada de Caetité.

Nos quadros de Apuração do recenseamento geral em 1920, a vila é constituída de 3 distritos: Caculé, Rio Antônio e São Sebastião. Pela lei estadual nº 2207, de 09-08-1929, é criado o distrito de Ibitira e anexado ao município de Caculé. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de quatro distritos: Caculé, Ibitira, Rio do Antônio e São Sebastião do Caetité.

Pelo decreto estadual nº 11089, de 30-11-1938, o distrito de São Sebastião tomou a denominação de Ibiassucê. Em divisão territorial datada de 1-7-1950, o município é constituído de quatro distritos: Caculé, Ibiassucê (ex-São Sebastião), Ibitira e Rio do Antônio. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-7-1960. Pela lei estadual nº 1724, de 18-07-1962, desmembra do município de Caculé o distrito de Ibiassucê. Elevado à categoria de município.

Inicialmente, com a criação do município de Ibiassucê, a maioria da população vivia na zona rural, conservando, até hoje, a mesma realidade. Atualmente, o município cresceu e ganhou uma nova configuração espacial, bem como ocorreu desenvolvimento econômico do núcleo urbano e melhorias as comunidades rurais. Como o município não contava com hospital, muitas gestantes se deslocavam para outros municípios para realizarem seus partos, na maioria das vezes iam para Caetité ou Caculé. As crianças nascidas até 1996, ano de inauguração do Hospital Municipal São Sebastião (HMSS) eram registradas com a naturalidade da cidade de nascimento, não tendo Ibiassucê como sua naturalidade oficial, mas mantêm residência no município.

Até 1962 o atual território de Ibiassucê ainda integrava o município de Caculé. Nessas terras, desenvolveu-se a fazenda Lagoa do Cisco, propriedade de Anselmo Cruz Prates, Sebastião Figueiredo Cardoso e das famílias Lima, proprietária da Casa Grande (primeira edificação do sítio e onde se celebrava as missas, inicialmente) e Gonçalves de Aguiar. Logo

surgiram as primeiras casas e edificou-se a capela de São Sebastião. Formou-se o povoado São Sebastião do Cisco, situada à margem do Rio das Antas ou Jacaré e da Lagoa do Tamboril.

A sociedade local baseava-se na economia escravagista, utilizando-se de mão de obra forçada para a construção das primeiras edificações, para a produção agrícola e para as tarefas caseiras. Dada à fertilidade de suas terras, foram chegando famílias e o lugarejo transformou-se em povoado. Inicialmente, pertenceu ao município de Caetité e, depois, com a emancipação política de Caculé, passou a se integrar àquele município, adquirindo a condição de distrito.

A denominação do vilarejo foi alterada para São Sebastião em 1920, depois para São Sebastião do Caetité em 1933 e voltando a São Sebastião, em 1938, para, finalmente, ser nomeado Ibiassucê, topônimo definido pelo Decreto Estadual nº 141, de 1943. Contudo, era ainda distrito de Caculé. O povoado evoluiu lentamente e a população ansiava pela sua emancipação política, que só veio a ocorrer em 1962, com o então governador da Bahia Coronel Juracy Magalhães, desmembrando a vila do município de Caculé e conseguindo sua municipalização.

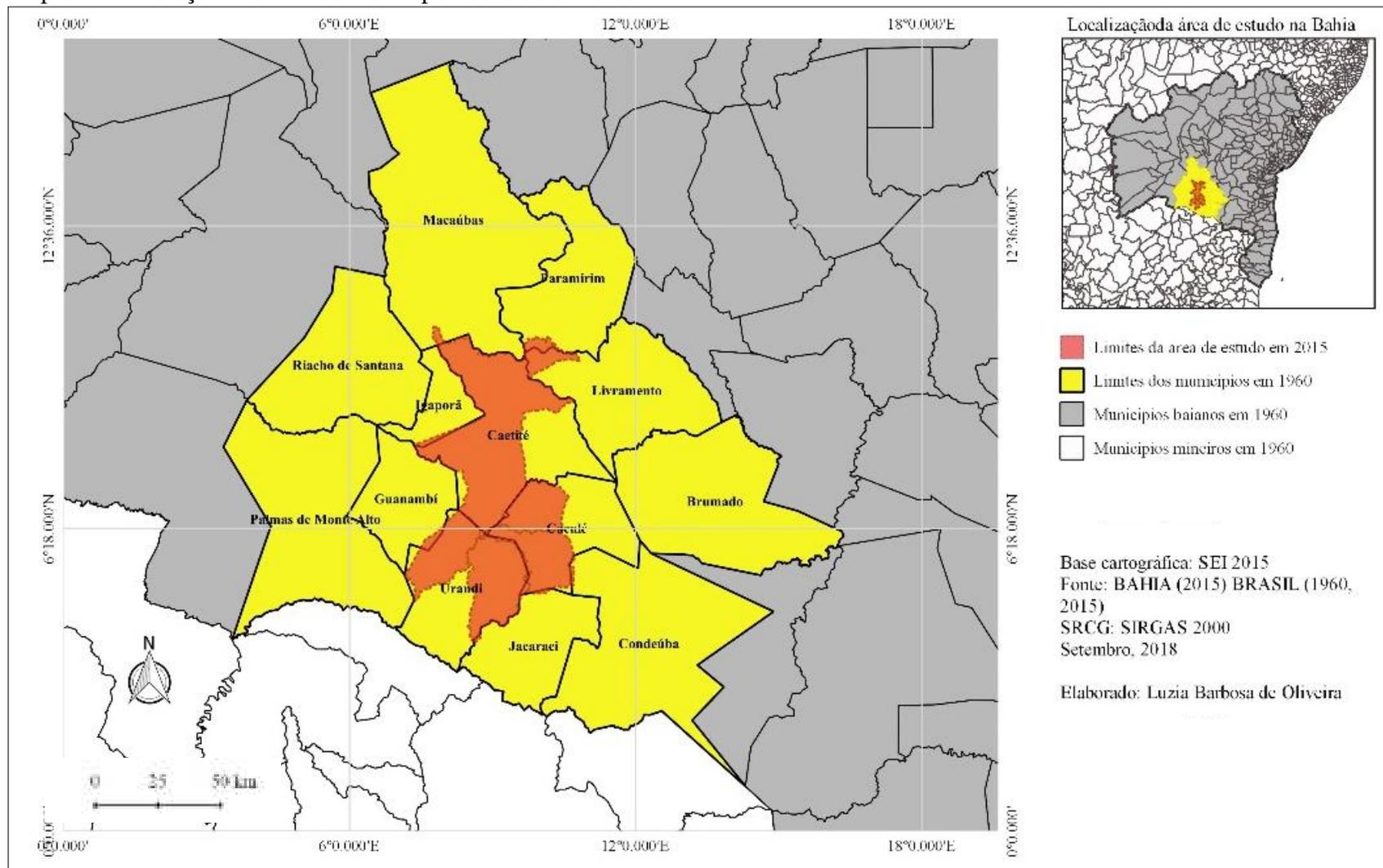
Em Licínio de Almeida, segundo site oficial do município, as primeiras povoações ocorridas no território pertencem ao município, datam da década de 1930. Ocupando as terras da fazenda Gado Bravo do Sr. Ernesto Soares, onde as primeiras edificações do arraial eram próximas de uma lagoa existente no lugar devido ao fácil acesso a água e por concentrar as principais atividades produtivas da fazenda. Com o advento da construção da Rede Ferroviária Federal S/A, na década de 1940, o arraial Gado Bravo passa a ter um fluxo maior de pessoas, e com isso, surgem mais edificações, tendo uma rápida aglomeração transformando em um grande arruado de casas que serviam de base para os trabalhadores da ferrovia. Nesse rápido crescimento o arraial transformou-se num povoado e logo em seguida chegava à categoria de Vila.

Em 1953, pela lei Estadual nº. 628 o povoado de Gado Bravo foi elevado ao status de Distrito, passando a se chamar Licínio de Almeida em homenagem a um engenheiro que trabalhou na construção da estrada de ferro. Com o passar do tempo, esse distrito cresceu e alguns políticos da época almejavam a sua emancipação política. Finalmente em 12 de abril de 1962, através da Lei Estadual nº. 1670 D.O de 14 de abril de 1962 criou-se o município de Licínio de Almeida, que hoje conta com uma vila (Duas Passagens), um Distrito (Tauápe) e um povoado (Jurema), além de quatro bairros e um número significativo de comunidades rurais.

Pindaí tem sua história vinculada ao Município de Urandi. Segundo o IBGE, em 1900 era um simples povoado logo elevado a distrito de Umburanas com o nome de São João da Gameleira. No ano de 1918, passou a distrito de Urandi que 1945 recebeu o nome de Pindaí, pois São João da Gameleira coincidia com o nome de outro município baiano. No dia 13 de fevereiro de 1962 criou-se o município desmembrado de Urandi, sob a lei estadual nº 1.617, publicada no diário oficial do dia 20 de fevereiro deste mesmo ano e em 7 de abril de 1963 foi instalado como independente. No ano de 1965, foi apresentado na câmara municipal um projeto que modificaria o nome de Pindaí para Ouro Branco, em vista da grande produção de algodão que é a cultura de maior destaque na região. Apesar de ter havido aprovação unânime por parte dos vereadores o nome não se oficializou, pois existia no estado da Bahia outro município com a mesma denominação.

No que se refere a problemas fronteiriços a análise histórica e jurídica contribui para o entendimento das discordâncias envolvendo as disputas por território. No sentido, o próximo tópico parte-se para questões específicas em lócus de estudo, em que será feita uma abordagem cartográfica envolvendo os principais conflitos territoriais. A evolução dos desmembramentos marca o processo de formação territorial dos municípios no recente tempo para a pesquisa. Assim, particularizam-se as análises com ênfase nos municípios em questão para fundamentar as discussões sobre os aspectos sociais, abordados nas seções seguintes. Para tanto, o Mapa 11, traz a evolução dos municípios estudados tendo como base os limites em 1960.

Mapas 11- Evolução dos limites municipais da área de estudo



Fonte: SEI 2015, BAHIA (2015) e BRASIL (1960).

4 RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E IMPLICAÇÕES SOCIAIS

*“Quero falar
Do meu sertão
Meu sertãozinho
Desprezado como o que
Peço a atenção
De toda gente
Prá minha terra
Terra do meu bem querer”*

*Trecho da música **Sertão Sofredor**, Luiz Gonzaga.*

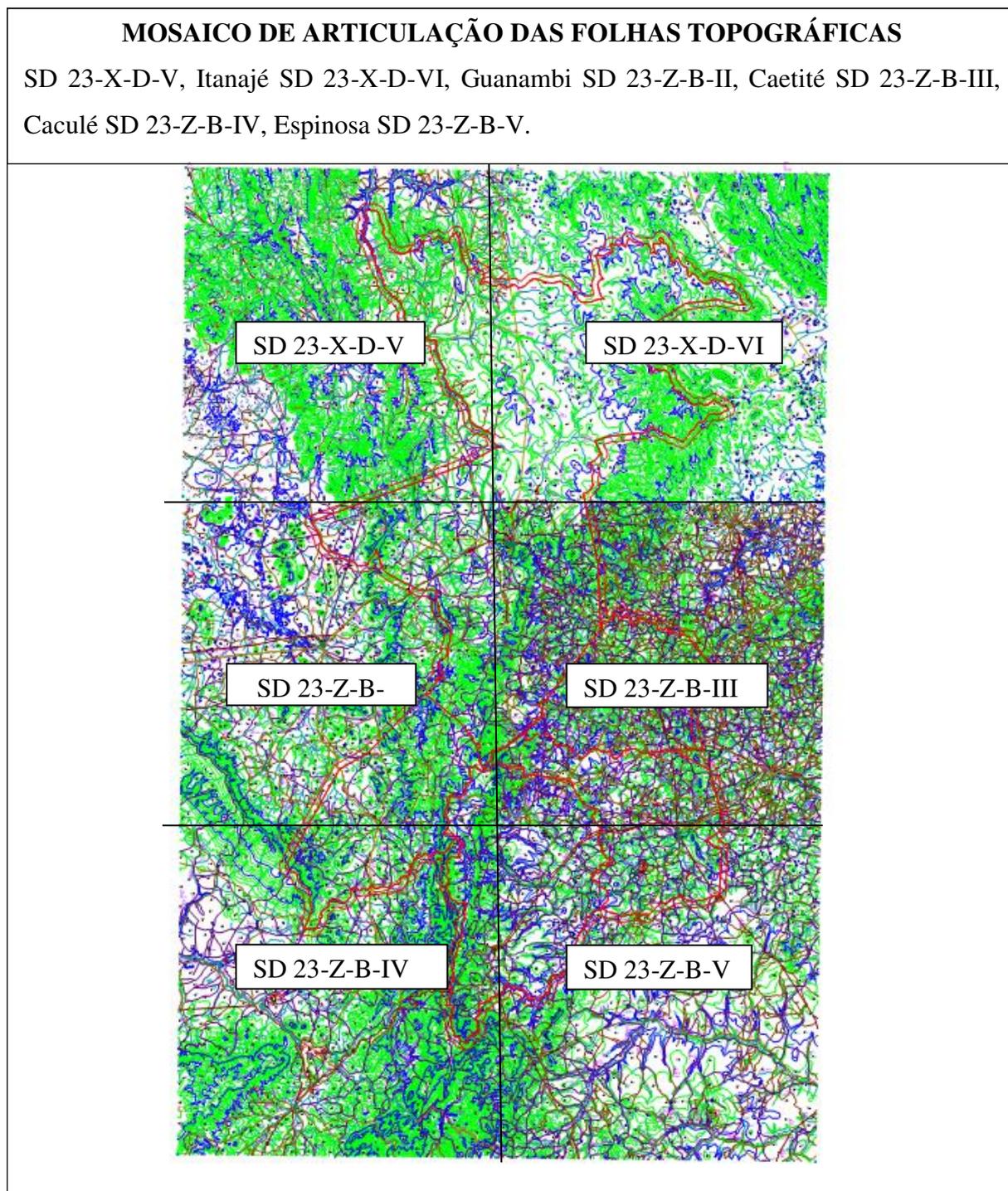
Essa seção traz as relações de pertencimento e centralidades estabelecidas entre os limites dos municípios baianos de Caculé, Caetité, Ibiassucê, Licínio de Almeida e Pindaí por meio a representação cartográfica. Aborda a discussão sobre disputas territoriais envolvendo os municípios supracitados. Consistiu-se de um estudo de campo com aplicação de questionários, com a amostragem calculada com base no Modelo de Triola (1998). Os dados coletados possibilitaram ter impressões sobre as noções de pertencimento, este envolvendo o vínculo espacial e os processos de territorialização.

4.1 Reconfiguração e disputas territoriais dos municípios - aspectos metodológicos

Tratar a questão de redefinição de territórios é uma ação emblemática, pois envolve vários agentes da sociedade e, conseqüentemente, a representação envolve interesses diversos. Sendo assim, esse tópico, valendo-se das prerrogativas analisadas nas seções anteriores, traz em uma abordagem cartográfica, apresentando representações espaciais dos limites na Bahia até chegar ao foco da pesquisa.

No campo metodológico, para o desenvolvimento do trabalho cartográfico de gabinete, e na elaboração do projeto cartográfico, inicialmente foram importadas seis cartas topográficas na escala 1:100 000 no software AutocadMap resultando na composição do mosaico e importado os limites dos municípios, que foram ajustados no software Mapviwer 8,6 em que foi possível fazer um recorte da área a ser estudada. Foi utilizado o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000). A Figura 5 mostra o mosaico das cartas topográficas e os elementos que a compõe.

Figura - 5- Articulação das folhas e Mosaicamento das Cartas utilizadas para a base cartográfica



Fonte: IBGE/SEI, (2007 e 2015).

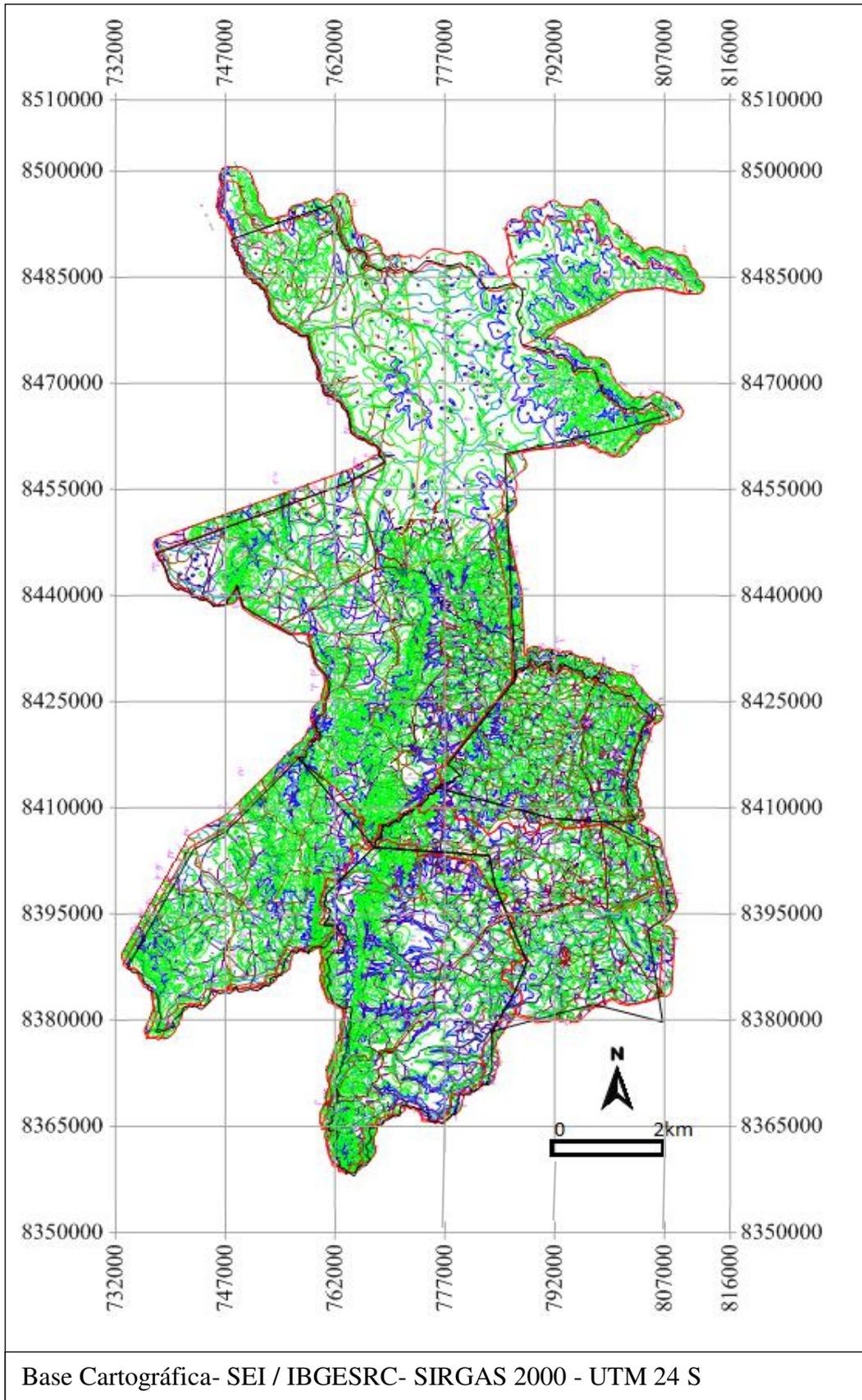
No plano metodológico foram encontradas dificuldades, como a incompatibilidade de bases cartográficas por diferença de georeferenciamento e escalas, seja pelo Sistema de Referência de Coordenadas (SRC) ou o European Petroleum Survey Group (EPSG) ou datum diferentes, dificultando a sobreposição, causando problemas de topologia na base da área da pesquisa. Uma vez ajustada à base cartográfica por método manual, mantendo o georeferenciamento foi feito o recorte sobre o limite oficial e para efeito de recorte da área de estudo, sem perdas das informações do limite dos rios, foi feito um *buffer*² de 550 metros além do limite oficial, para fazer o recorte usado na pesquisa.

A construção do *buffer* remete a ideia já discutida de fronteiras como o intervalo do território dos municípios e os territórios que vão além, dos quais se tem a possibilidade de circulação. Como destaca Pires (2013, p.31) “é importante compreender que os limites são objetos de uma forma de controle e uso do espaço, imerso em relações assimétricas de poder e que estão intimamente ligados ao conceito de território. Razão pela qual eles são tão disputados e ganham uma atenção especial”. Ao destacar a influência de um poder no controle do território, na perspectiva analítica, ao travessar o limite intermunicipal, controlada por um poder para outro território com controle distinto, novas relações são construídas, o que pode fortalecer a tessitura de nós estabelecidas no território e sua interação com o espaço, através da circulação e comunicação, como também pode levar a conflitos.

O Mapa 12 mostra a faixa territorial além do limite oficial feito a partir do recorte dos cinco municípios analisados pela metodologia do *buffer*. Esse mapa serviu de base para construção de vários outros que levam a compreensão da modificação espacial. Uma vez que permite observar o perfil topográfico na área estudada apresenta diversidades que marcam a produção espacial, em termos dos aspectos físicos, a paisagem da área de estudo apresenta feições de altimetrias elevadas, com variação entre a elevação de 581 metros de altitude na comunidade do Garrote-Ibiassucê à elevação de 975 metros de altitude na fazenda de Lagoa dos Criolos-Caetité. Em relação aos aspectos sociais envolvendo o uso e ocupação das terras, o ser humano, enquanto ser social é agente de modificações no meio ambiente, em consonância com a produção espacial. As ações antrópicas com a natureza desde os primórdios estabeleceram uma convivência com os aspectos naturais como o relevo, estabelecendo distintas formas de uso e ocupação das terras.

²*Buffer* pode ser considerada como uma área cuja criação se dá a partir de um ponto de referência até uma determinada distância, também chamadas de zonas tampão. É considerada uma técnica importante para delimitar área de influência. (SANTOS, 2010)

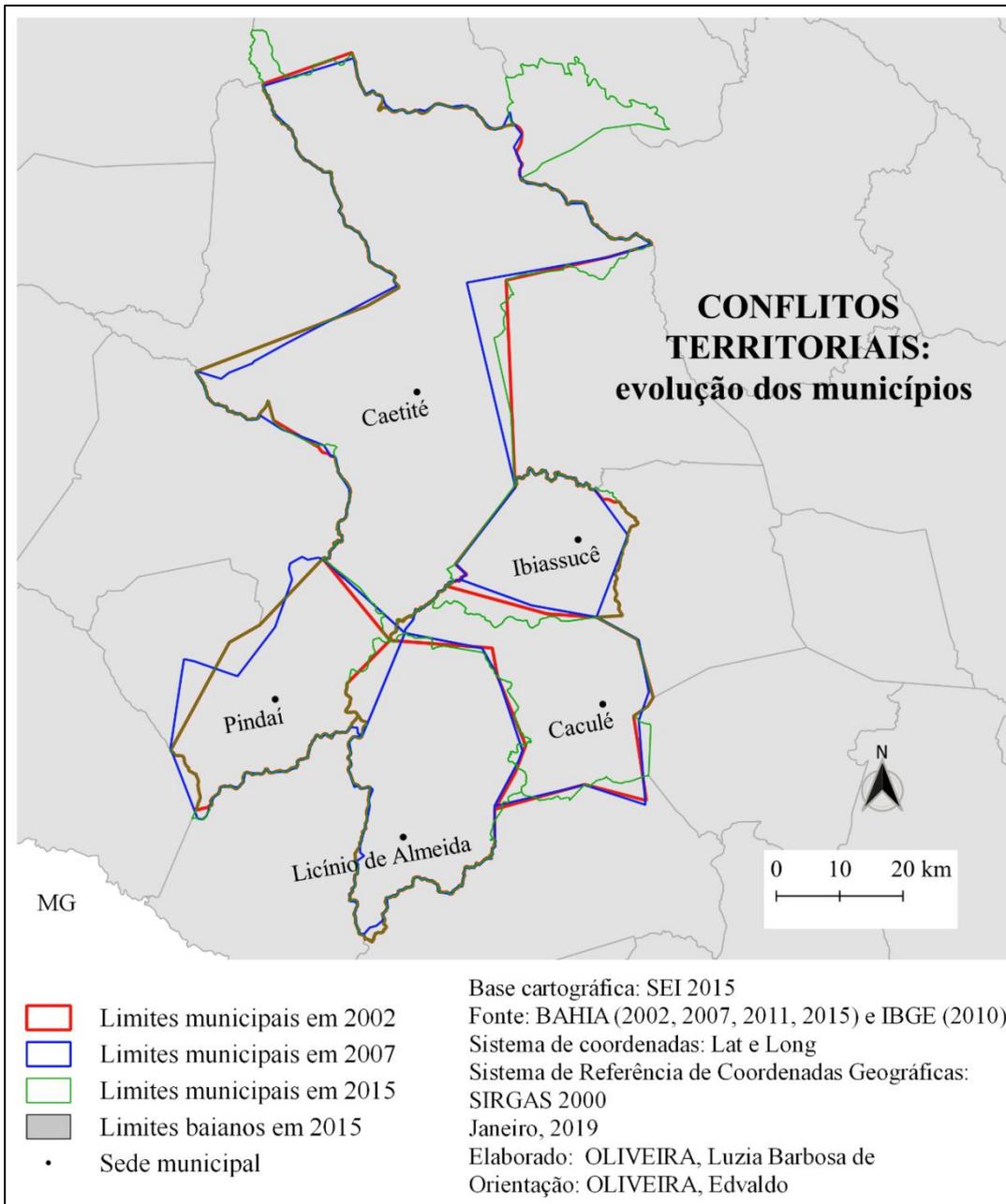
Mapas 12– Mapa topográfico base dos municípios da pesquisa



Fonte: IBGE/SEI, (2007 e 2015).

A partir mapa topográfico base foi construído o Mapa 13, que traz a evolução dos limites territoriais dos municípios apresentados, com ênfase nos limites municipais entre os anos de 2002, 2007 e 2015.

Mapas 13 - Evolução dos limites territoriais da área de estudo entre 2002 a 2015



Fonte: SEI (2015) BAHIA (2002,2007, 2011, 2015) IBGE (2010).

Elaboração: OLIVEIRA, Luzia Barbosa de. 2019.

Quanto ao limite jurídico, a linha oficial de delimitação gera uma sobreposição de domínios administrativos e de fronteira, na perspectiva simbólica que, segundo Luquini

(2015), estabelecerá novas dinâmicas territoriais e novos significados. Nesse caso os agentes sociais vão criar,

[...] vínculos culturais e históricos com o lugar que habita, principalmente, quando nele nasce, constrói sua história de vida, sua identidade, estabelece suas relações sociais e laços afetivos, finca raízes na sua terra natal. Assim, as imprecisões dessas linhas demarcatórias que definem o raio de ação político-administrativa do poder local provocam, por vezes, incertezas na população quanto ao território que ela ocupa e a sua territorialidade. (LUQUINI, 2015, p.107)

Já no campo dos conflitos limítrofes, os principais conflitos envolvendo a divisa de Caculé com Ibiassucê e a divisa de Caetité com Paramirim. Em ambos os casos, existe uma relutância na aceitação de pertencer a um determinado município, uma dificuldade em definir sua identidade territorial.

No caso de Ibiassucê segundo a Lei Estadual nº 12.608 de 27 de dezembro de 2012, Art. 1º, § 8º - Os limites do Município de Ibiassucê, estabelecidos na forma da Lei nº 1.724, de 18 de julho de 1962, ficam atualizados, passando a vigorar com a seguinte redação:

III - com o Município de Caculé - começa no ponto no alto do morro do Cabeludo ou Tapera (coordenadas -14° 22' 39,40"; -42° 13' 53,31"), daí em reta, sentido sudoeste, até o ponto na estrada Guará-Tapera (coordenadas -14° 22' 58,59"; -42° 16' 13,82"), daí em reta, sentido oeste, até o centro do barramento do açude do Jacu (coordenadas -14° 22' 57,82"; -42° 16' 53,59"), daí alcança o divisor de águas entre as localidades de Caldeirão e Catriogongo, segue pelo mesmo, passando pelo alto do Careta (coordenadas -14° 22' 38,04"; -42° 21' 3,71") e pelo divisor de águas do alto da localidade de Olhos D'Água dos Porcos ou dos Anjos até encontrar a estrada da barragem do açude da Cana (coordenadas -14° 22' 28,93"; -42° 23' 42,72"), segue por esta estrada, sentido oeste, passando pelo barramento do açude da Cana, até o centro do barramento do açude do Cipó (coordenadas -14° 22' 14,07"; -42° 25' 6,17"), daí em reta, sentido nordeste, até o ponto de coordenadas -14° 21' 53,80"; -42° 24' 57,48", situado a nordeste da localidade de Cipó, na estrada Cipó-Lagoa dos Patos, daí em reta, sentido noroeste, até o entroncamento da estrada Mandu- Lagoa Rasa (coordenadas -14° 21' 30,18"; -42° 25' 25,71"), no divisor de águas do riacho Taquari e do córrego Jequitaí, segue por este divisor, sentido oeste, até encontrar a foz do segundo afluente da margem direita do riacho Taquari (coordenadas -14° 21' 53,70"; -42° 27' 50,36"), no riacho Taquari, desce por este até sua foz no riacho da Faca (-14° 21' 6,97"; -42° 27' 39,99"); (DOE - BA em 28 dez 2012)

A lei atualizou o município de Ibiassucê, em 2011, diferentemente da Lei de criação nº 1.724 de 18 de julho de 1962 que dizia no Art. 1º que os limites municipais de Ibiassucê com o município de Caculé “Começa no ponto mais alto do Morro Cabeludo; daí em reta ao marco no lugar Catriangono e finalmente em reta ao marco da Fazenda Capivara”. Como os limites geográficos dos municípios, devem ser preferencialmente estabelecidos por acidentes físicos,

naturais e/ou artificiais, os elementos de delimitação municipal continuam os mesmos com as devidas coordenadas geodésicas: uma ponte sobre o rio; a foz do riacho; divisor de águas das sub-bacias; riacho; ponto no alto do morro; estrada; açude; barragem; barramento do açude; entroncamento da estrada; córrego; afluente da margem direita do riacho e o centro da lagoa. Essa lei veio a atualizar e corrigir os limites. Contudo, não ocorreu diálogo entre as comunidades que permaneceram sem conhecimento das alterações nos limites.

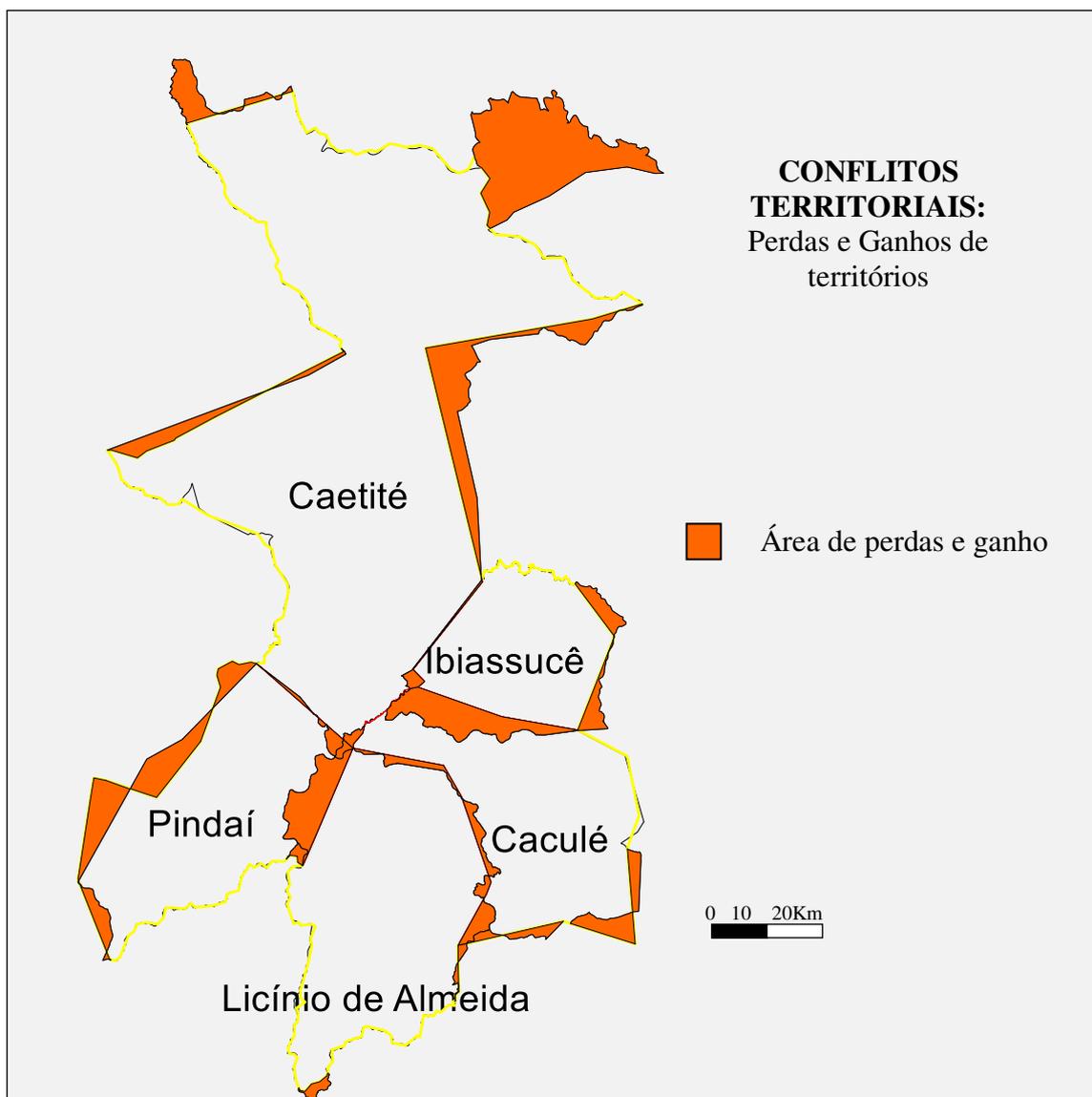
No caso de Caetité, segundo informações oficiais da prefeitura, ocorreram reuniões para a reorganização territorial. Na Lei Estadual nº 12608 de 27/12/2012, no 2º Os limites do Município de Caetité, estabelecidos na forma da Lei nº 628, de 30 de dezembro de 1953, ficam atualizados, passando a vigorar com a seguinte redação:

II - com o Município de Paramirim - começa no ponto na localidade Capão (coordenadas -13° 37 34,85"; - 42° 21 30,10"), na estrada Lagoa de Dentro - Tanque Novo, segue por esta até o ponto na localidade Baixa dos Cardosos (coordenadas -13° 37 26,03"; - 42° 20 07,08"), continua pela mesma estrada até o entroncamento com a estrada Cercado-Porteira Grande (coordenadas - 13° 36 41,03"; -42° 20 18,07"), continua pela mesma estrada até cruzar com a estrada Cercado-Paramirim, na localidade Lagoa de Dentro (coordenadas - 13° 36 57,06"; -42° 18 52,74"), segue pelo divisor de águas da serra do Barreiro até o ponto na localidade Salinas, na estrada Salinas-Cercado (coordenadas -13° 36 36,65"; -42° 16 47,48"), continua pela borda oriental das serras do Barreiro, do Junco e da Quixaba até alcançar o ponto de interseção com a reta, de direção oeste-leste, que parte da bifurcação da estrada Lagedo do Ourouca-Pau ferro (coordenadas -13° 42 02,74"; -42° 07 36,84"), daí em reta, sentido oeste, até a referida bifurcação (coordenadas - 13° 42 04,09"; -42° 08 12,80"), daí em reta ao ponto na estrada Vereda dos Macedos-Lajedão (coordenadas -13° 41 35,71", -42° 10 14,86"), daí em reta em direção ao ponto na estrada Umbaúba-Livramento de Nossa Senhora, na bifurcação para a fazenda da Vargem Grande até cruzar com o divisor de águas dos riachos da baixa da Vereda do Sal e baixa da Vereda dos Macêdos (coordenadas -13° 41 42,47"; -42° 11 05,00"); (DOE - BA em 28 dez 2012)

A redação dos limites é do ponto de vista cartográfico, um avanço de representação espacial e, no aspecto de gestão administrativa, facilita o controle territorial. Entretanto, no aspecto social os conflitos (re) aparecem, com algumas divergências, principalmente envolvendo oferta de serviços, em detrimento da distância para os referidos núcleos urbanos. A representação do espaço como lócus de análise, permite entender as relações e conflitos quando se refere as pendências por divisas territoriais. A partir da elaboração do mapa de evolução dos limites territoriais da área de estudo, foi possível isolar as áreas que sofreram alteração e os locais que foram influenciados por essa modificação espacial. Dessa forma, pode-se observar o cartograma na Figura 6, as áreas de perdas e ganhos nos conflitos municipais entre os anos de 2007 e 2015, acarretando alterações anteriores.

No plano metodológico dos conflitos territoriais, optou-se por trabalhar numa perspectiva de perdas e ganhos de áreas territoriais dos municípios. A partir do cartograma é possível ter noção da área em quilômetros quadrados de cada município. Dessa forma, foram destacados dezesseis municípios, sendo os municípios de Caculé, Caetité, Ibiassucê, Licínio de Almeida e Pindaí, foco do estudo, e os onze municípios limítrofes (Candiba, Guajerú, Guanambi, Igaporã, Jacaraci, Lagoa Real Paramirim, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanque Novo e Urandi).

Figura 6- Cartograma de Perdas e Ganhos



Fonte: Bases Cartográficas - SEI, 2007 e 2015

Observa-se que algumas áreas resíduais, abrangendo pequenas faixas territoriais próximas aos rios não foram calculadas, pois apresenta mínima influência de valores, abaixo

de 1km² e foram desprezados para os cálculos, com pouco impacto nos conflitos territoriais. A Tabela 1 apresenta um panorama das perdas e ganhos de cada município e os desdobramentos no seu território atual. No caso, Paramirim, Pindaí, Caculé e Lagoa Real tiveram perdas significativas que ultrapassam 100 km² enquanto que Guanambi, Ibiassucê, Sebastião das Laranjeiras e Urandi não tiveram perdas.

Tabela 1 Perdas e ganhos territoriais com base os limites de 2007 e os de 2015

| Municípios envolvidos | Perdas km² | Ganhos km² |
|------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Caculé | 113 | 36 |
| Caetité | 17 | 379 |
| Candiba | 36 | 37 |
| Guajerú | 10 | 0 |
| Guanambi | 0 | 13 |
| Ibiassucê | 0 | 103 |
| Igaporã | 26 | 5 |
| Jacaraci | 12 | 24 |
| Lagoa Real | 100 | 0 |
| Licínio De Almeida | 11 | 82 |
| Paramirim | 216 | 0 |
| Pindaí | 135 | 38 |
| Rio Do Antônio | 28 | 0 |
| Sebastião Laranjeiras | 0 | 13 |
| Tanque Novo | 30 | 1 |
| Urandi | 0 | 3 |

Fonte: Calculados no Mapviwer com base nos dados cartográficos na BAHIA (2007) e SEI (2015)

Através da análise dos valores dessa tabela é possível vislumbrar a alteração no espaço municipal e como a representação espacial permitiu descortinar os fenômenos que levam a conflitos por limites municipais que afetam no cotidiano da população, da gestão administrativa e econômica municipal. Em um panorama geral, no Quadro 6, é possível destacar as principais áreas de conflitos territorial e suas motivações.

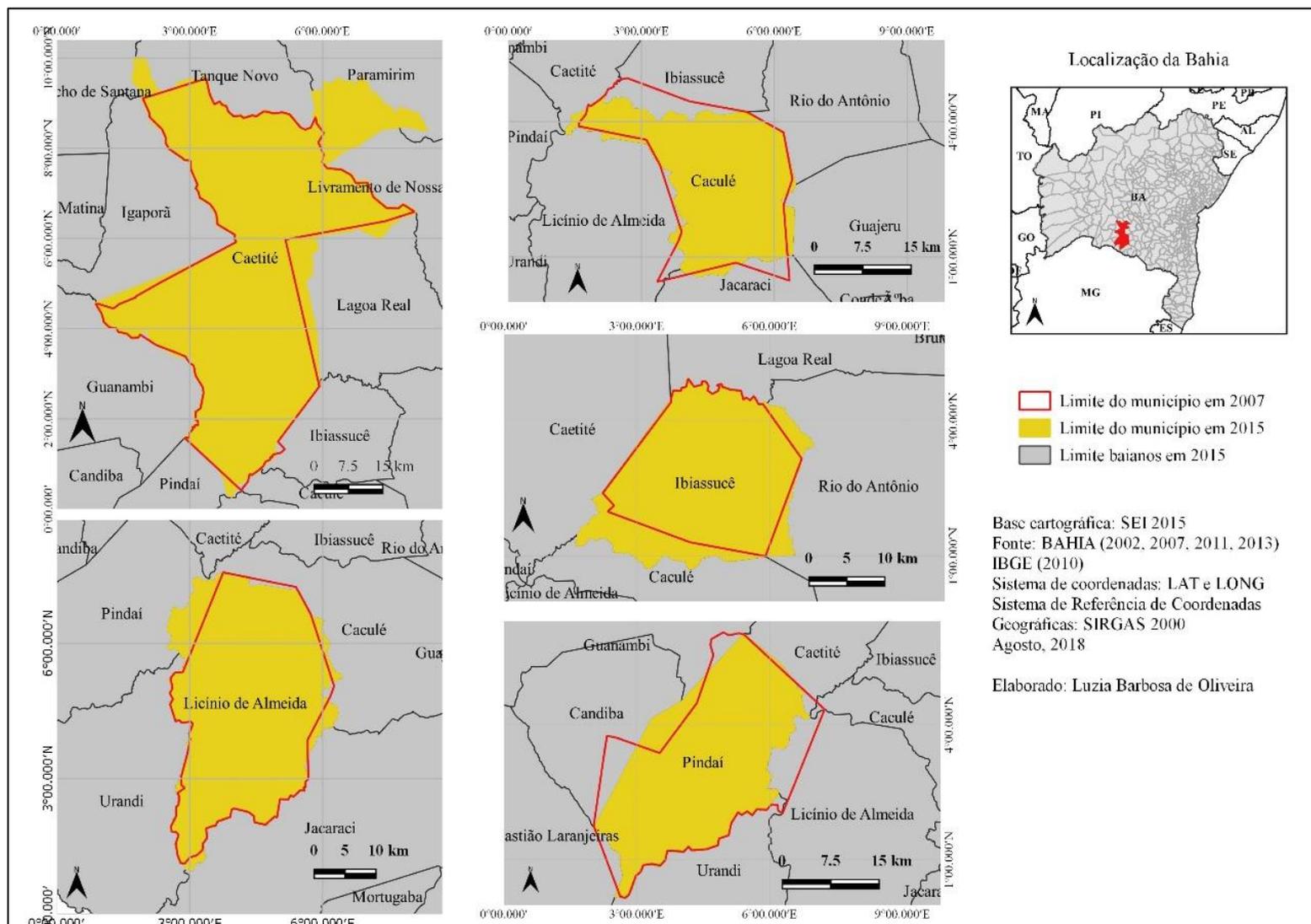
Quadro 6- Principais conflitos e as motivações encontradas nos limites municipais

| Fronteiras conflitantes | Natureza do conflito | Motivações |
|--------------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| Caetité x Paramirim | Político-administrativo | Área/população |
| Caetité x Lagoa Real | Recurso Mineral | Jazida de Urânio |
| Caetité x Pindaí | Recurso mineral | Jazida de minério de ferro |
| Caculé x Ibiassucê | Político-administrativo | Área/população |

Fonte: Pesquisa de campo, dezembro 2018.

Para verificação da configuração geral dos conflitos por territórios o Figura 7 mostra um mosaico síntese das mudanças ocorridas. Para as inferências sobre as perdas e ganho, fez-se o isolamento dos municípios da área da pesquisa.

Figura 7- Mosaico de mapas com limites municipais em 2007 e 2015



Fonte: SEI (2015) BAHIA (2002,2007, 2011, 2013) IBGE (2010).
 Elaboração: OLIVEIRA, Luzia Barbosa de (2019).

Os valores de perdas e ganhos territoriais, mencionados anteriormente, calculados com base nos dados cartográficos dos anos de 2007 e 2015, apresentados na tabela 1, pode-se destacar que os municípios que obtiveram maior ganho territorial foram Caetité e Ibiassucê. Em contrapartida o município de Paramirim foi um dos que mais perderam território seguido de Pindaí, Caculé e Lagoa Real. Com o ganho de território existe perda ou ganho de população influenciando assim os cálculos para obtenção o Fundo de Participação dos Municípios. O Quadro 7 mostra os principais perdas e ganhos com destaque para Caetité, ao norte da área da pesquisa.

Quadro 7- Principais perdas e ganhos territoriais encontrados na pesquisa

| PERDAS | Km² | GANHOS | Km² |
|---|-----------------------|---|-----------------------|
| Paramirim para Caetité | 216 | Caetité de Paramirim, Tanque Novo, Pindaí, Lagoa Real e Igaporã | 379 |
| Pindaí para Caetité, Candiba e Guanambi | 135 | Ibiassucê de Caculé e Rio do Antônio | 103 |
| Caculé para Ibiassucê e Jacaraci | 113 | Licínio de Almeida | 82 |
| Lagoa Real para Caetité | 100 | Pindaí de Candiba | 38 |

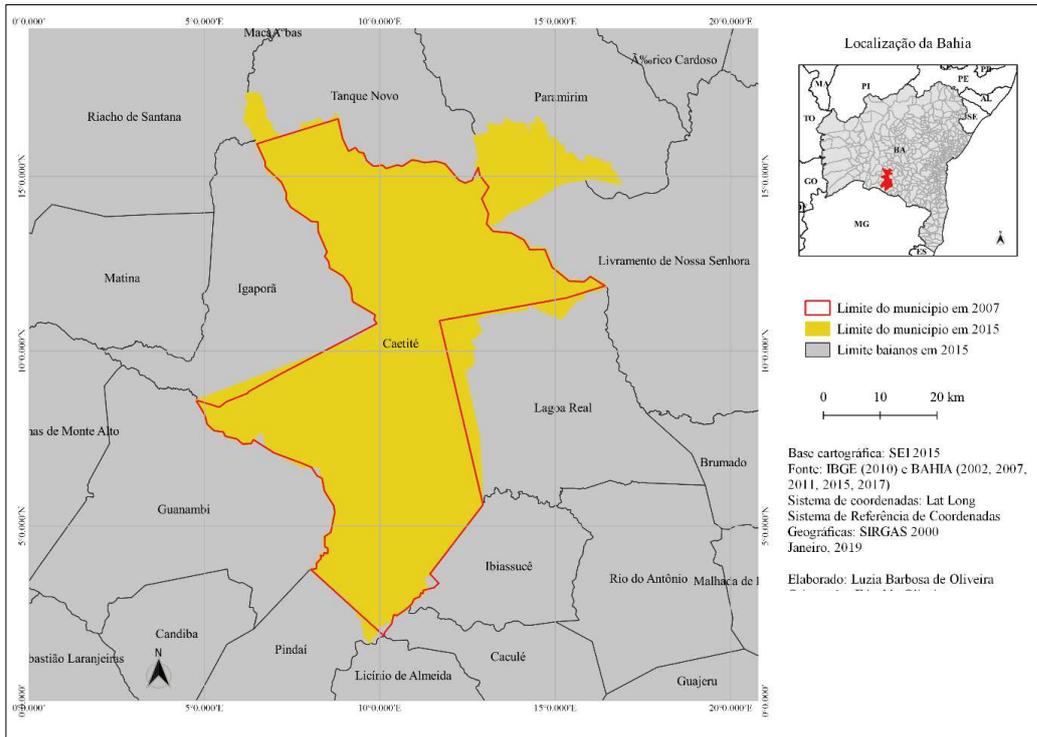
Fonte: Calculados no Mapviver com base de dados da BAHIA (2007) e SEI (2015)

As análises a seguir apresentam aspectos das perdas e ganhos com algumas inferências sobre cada município.

O município de Caetité tem como seus limítrofes dez municípios, sendo eles: Riacho de Santana, Igaporã, Guanambi, Tanque Novo, Paramirim, Livramento de Nossa Senhora, Lagoa Real, Ibiassucê, Pindaí, Caculé e Licínio de Almeida, apresentado no Mapa 14. Diante dos limites atuais, contrapostos com os limites municipais no ano de 2007 e 2012, as áreas de maior conflito são as que fazem divisa com Paramirim, Tanque Novo e Lagoa Real. Ocorrem problemas de conflitos, de menor proporção, com Igaporã, pois o distrito, de Pajeú dos Ventos, se localiza encravada no limite entre os dois municípios e com Pindaí que a área em litígio abriga um complexo de exploração.

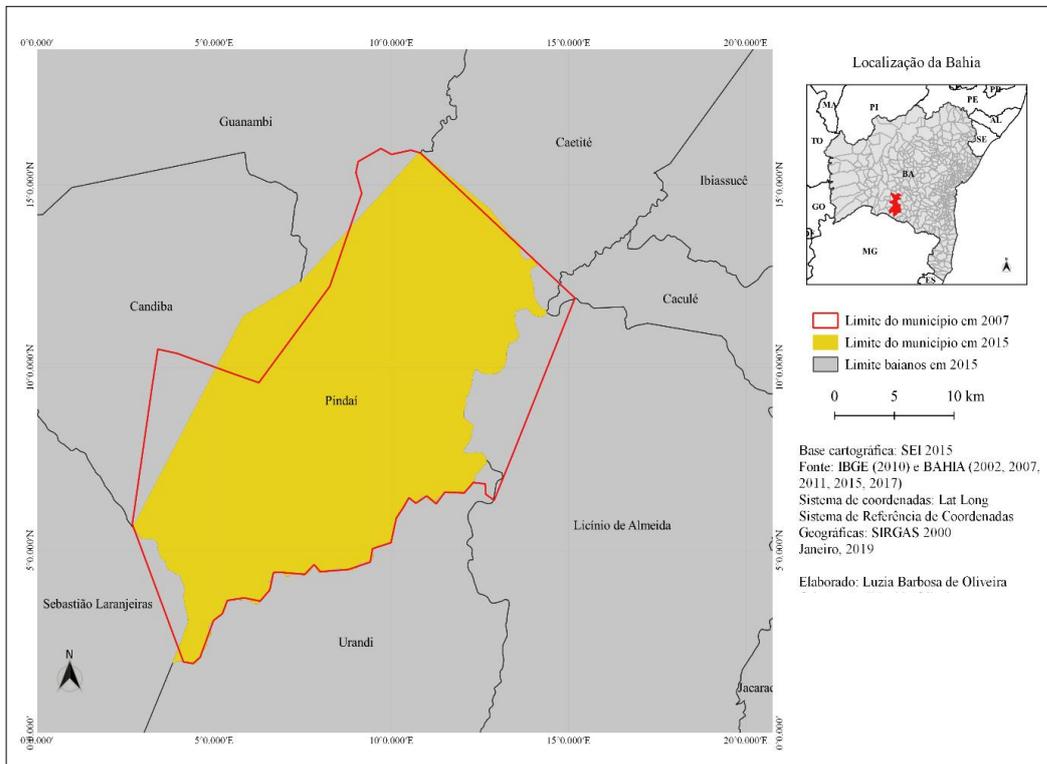
Pindaí faz divisa com sete municípios, dos quais perdeu território para Candiba, Guanambi, Licínio de Almeida e Caetité. O Mapa 15, destacando a área do município de Pindaí e aparece o segundo como o município com maior perda territorial seguido de Paramirim.. Nas áreas de limites com Candiba, ocorreu uma compensação territorial, na qual, foi perdido parte do território e uma parte foi cedida em outra área. De fato, existem áreas que, pormenor que seja, que tem maior potencial econômico, é disputado, ou seja, não é a quantidade de área e sim o benefício que ela trará ao município.

Mapas 14- Alteração territorial do Município de Caetité entre 2007 a 2015



Fonte: SEI (2015) BAHIA (2002,2007, 2011, 2013, 2015, 2017) IBGE (2010).
 Elaboração: OLIVEIRA, Luzia Barbosa de. 2019

Mapas 15- Alteração territorial do Município de Pindaí entre 2007 a 2015

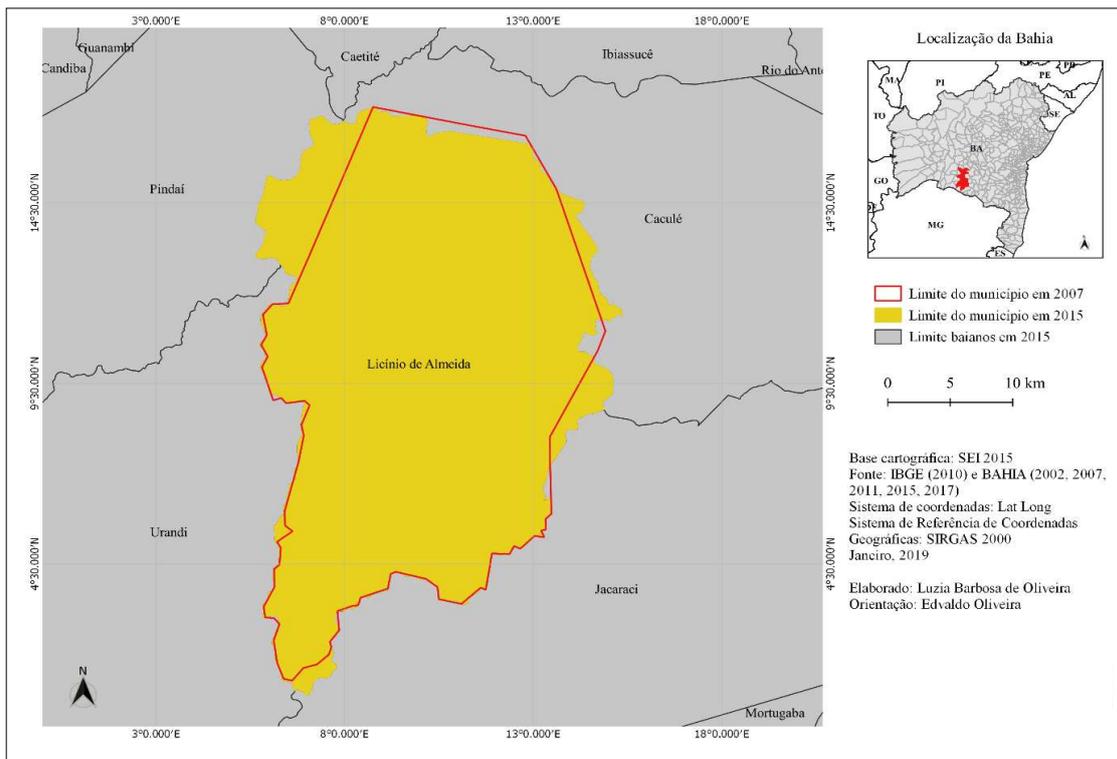


Fonte: SEI (2015) BAHIA (2002,2007, 2011, 2013, 2015, 2017) IBGE (2010).

Elaboração: OLIVEIRA, Luzia Barbosa de. 2019

No caso de Licínio de Almeida, a área adquirida de Pindaí é pouco habitado devido o relevo apresentar taxas altimetrias elevadas. Com a aquisição dessas áreas, Licínio de Almeida apenas tangencia seu limite com Caetité. Como ilustrado no Mapa 16, continua tendo Caculé, Pindaí, Urandi e Jacaraci como municípios limítrofes. A reorganização os limites do município com Caculé e Jacaraci deixaram de ser por fronteiras secas passando a privilegiar as fronteiras naturais devidamente georreferenciadas.

Mapas 16- Alteração territorial do Município de Licínio de Almeida entre 2007 a 2015



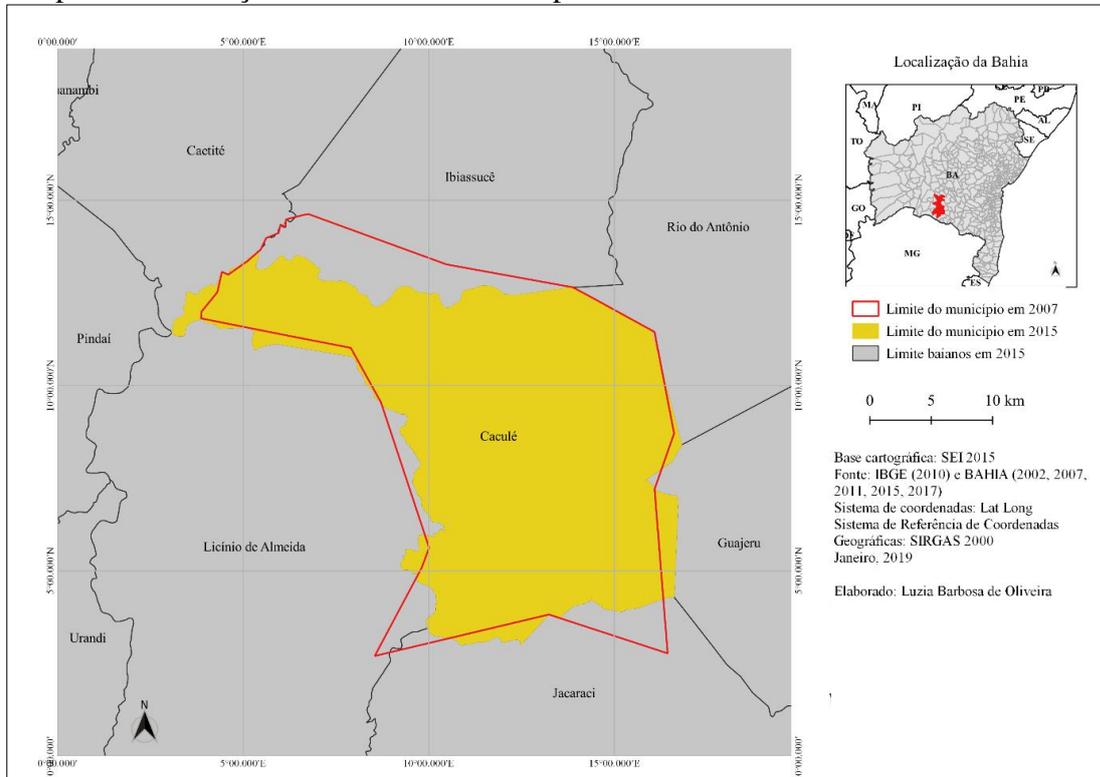
Fonte: SEI (2015) BAHIA (2002, 2007, 2011, 2013, 2015, 2017) IBGE (2010).

Elaboração: OLIVEIRA, Luzia Barbosa de. 2019

O município de Caculé apresenta perda territorial de Caculé consiste 113 km² com a maior para o município de Ibiassucê. A análise conjunta destes dois municípios se dá em razão da dinâmica populacional no contexto das perdas e ganhos. Apesar da perda territorial, conforme o Mapa 17, Caculé ainda apresenta uma população de mais de vinte e três mil habitantes. Enquanto a população de Ibiassucê demonstrou uma queda para menos de dez mil habitantes conforme consulta no Censo 2010. A essa questão pode ser associado o fato de nas áreas adquiridas pelo município de Ibiassucê não possuía um grande contingente populacional.

O mapa mostra, ainda, perda de território na divisa com Jacaraci e Licínio de Almeida, embora tenha adquirido uma faixa territorial de Guajerú. Porém a perda de maior significância tenha sido com o município de Ibiassucê, na qual ocorreram litígios judiciais por território.

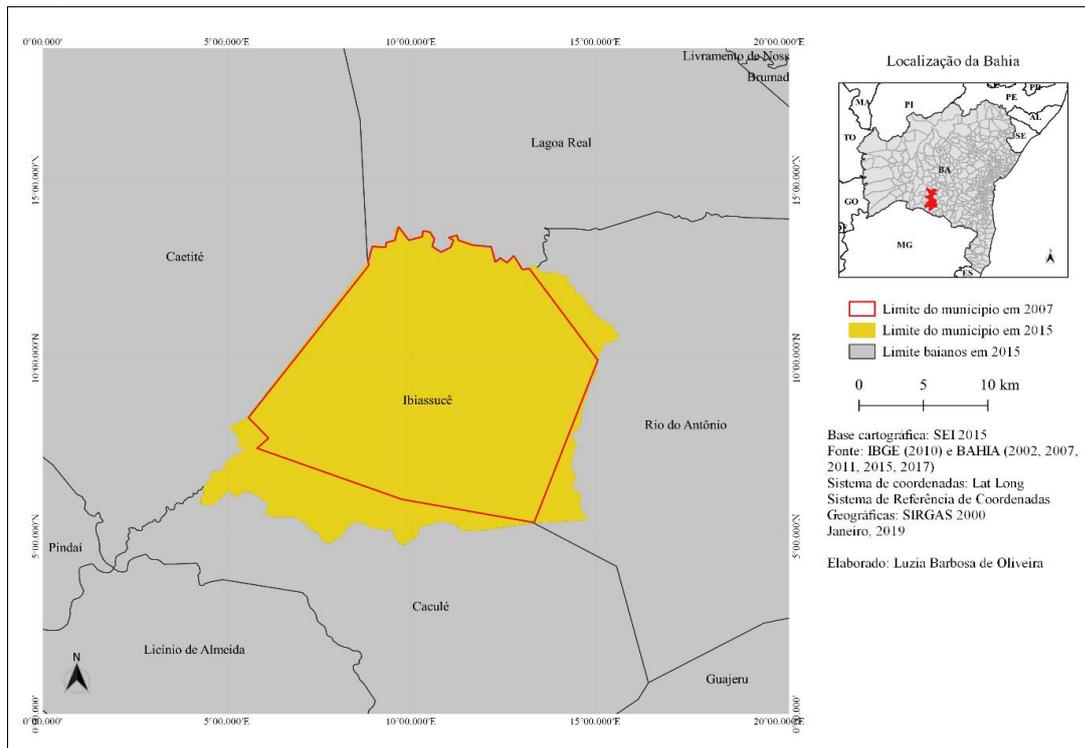
Mapas 17- Alteração territorial do Município de Caculé entre 2007 a 2015



Fonte: SEI (2015) BAHIA (2002,2007, 2011, 2013, 2015, 2017) IBGE (2010).
Elaboração: OLIVEIRA, Luzia Barbosa de. 2019

O município de Ibiassucê acabou adquirindo área considerável do território de Caculé, que engloba várias comunidades rurais, representado Mapa 18.

Mapas 18- Alteração territorial do Município de Ibiassucê entre 2007 a 2015



Fonte: SEI (2015) BAHIA (2002,2007, 2011, 2013, 2015, 2017) IBGE (2010).
 Elaboração: OLIVEIRA, Luzia Barbosa de. 2019

Mesmo com o ganho territorial na organização das divisas intermunicipais dispostas na lei nº 12.608 de 27 de dezembro de 2012, a cidade de Ibiassucê ainda não disponibiliza de uma oferta de serviços para que ocorra um crescimento populacional no município.

4.2 Reconfiguração territorial e implicações sócio econômicas-aspectos metodológicos

Dada a complexidade dos conflitos territoriais e por razões metodológicas, foi dividido em cinco zonas de análises conforme Mapa 19 e ratificadas no Quadro 6, para efeito de entendimento espacial.

Na primeira zona, foram aplicados seis questionários, na comunidade Garrote de Ibiassucê que faz divisa com Rio do Antônio. Em sequência, a segunda zona nomeada de Jabuticaba, por ser a comunidade mais próxima da divisa, foram aplicados quinze questionários nas comunidades Jabuticaba, Massagano, Catriogongo, Lagoa dos Patos, Caretas, Fazenda Mocambo, Cipó, Barragem da Cana na divisa entre Ibiassucê com Caculé. Na terceira zona, foram aplicados cinco questionários no distrito de Várzea Grande, cujo limite corta a cidade dividindo Caculé com Licínio de Almeida.

Na quarta zona, valendo-se da lógica de proximidade fronteirística utilizou-se a Comunidade de Cerrado para nomenclatura da zona. Nesta localidade foram aplicados sete questionários analisando a fazenda de Lagoa dos Criolos e as comunidades de Vereda dos Caíres e Cercados, próximos à divisa de Caetité com Paramirim.

Por fim, na quinta e última zona foram aplicados doze questionários no distrito de Tanque e na comunidade Bela Vista do Tanque que fazem divisa de Pindaí com Guanambi e Candiba. O quadro 8 mostra o zonemanto para e execução dos trabalhos de campo aontando a lliocalidade principal, o município pertencente e o município em conflito de limites.

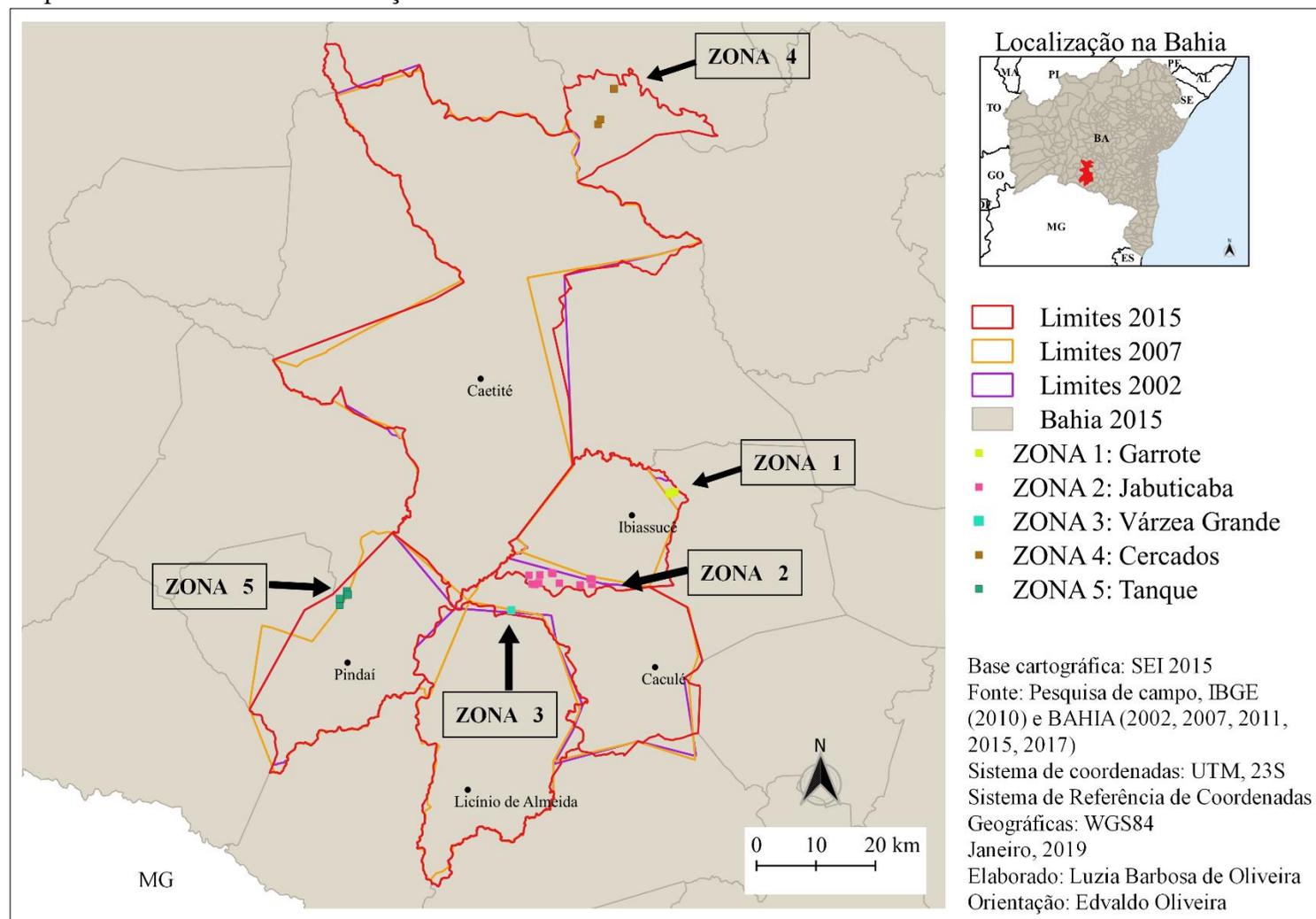
Quadro 8- Zoneamento das áreas pesquisadas

| ZONA | Localidade | Município | Conflito |
|-------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| ZONA 1 | Garrote | Ibiassucê | Rio do Antônio |
| ZONA 2 | Jabuticaba | Caculé | Ibiassucê |
| ZONA 3 | Várzea Grande | Licínio de Almeida | Caculé |
| ZONA 4 | Cerrados | Caetité | Paramirim |
| ZONA 5 | Tanque | Pindaí | Candiba /Guanambi |

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Segue as análises pontuais dos conflitos, por zona e localidades.

Mapas 19- Zoneamento e localização das famílias entrevistadas



Fonte: Pesquisa de campo e Bases de Dados: SEI (2015), IBGE (2010), BAHIA (2002, 2007, 2011, 2015, 2017).

Elaboração: OLIVEIRA, Luzia Barbosa de (2019).

ZONA 1 – Ibiassucê versus Rio do Antônio

A ZONA 1, na comunidade de Garrote encontra-se atualmente sobre controle administrativo do município de Ibiassucê, mas o fragmento territorial pertencia judicialmente ao município de Rio do Antônio em 2007, ano de referência comparativa da pesquisa. Na prática, entretanto, não existe um acesso da comunidade até a sede de Rio do Antônio, visto que o relevo é acidentado e as estradas existentes são longínquas, inviabilizando a logística de deslocamento.

A via asfaltada que vai até a sede do município de Rio do Antônio se dá pela rodovia BA 030 indo pelo Município de Malhada de Pedras e/ou pela BA 617 em direção à Caculé, depois do morro do Cabeludo conrtada por uma estrada sem pavimentação, que acaba por ser o acesso principal devido a menor distância. O núcleo urbano da sede é menor que o distrito de Ibitira que fica na rodovia (BA 030), apresentando características rurais com poucas ruas, a praça central da igreja, alguns estabelecimentos comerciais diversos e casas afastadas.

4.2.1 ZONA 2 – Caculé versus Ibiassucê

Na ZONA 2, do ponto de vista numérico, encontra-se a maior parte de perdas territoriais do município e Caculé. Como abordado, na tabela 01, Ibiassucê teve um ganho expressivo de cerca de 103 km² ao seu território. Em contraposição, dentro dessa área existem localidades que acreditam pertencer ao município de Caculé, como a comunidade de Barragem da Cana e a de Cipó, sendo que, nessa última, foi encontrada uma peculiaridade: metade dos moradores se considera caculeense e a outra metade ibiassuceense. Os outros entrevistados das demais comunidades acreditam pertencer ao município de Ibiassucê.

A questão que permeia os litígios nessa localidade remete à titulação das terras. As escrituras antigas pertencem a um município, quando na realidade a divisa sofreu uma alteração. Os cartórios regionais perpetuam as localidades descritas nos documentos oficiais. Um entrevistado relatou uma situação complicada quando foi vender uma posse que estava entre os dois municípios e, no momento de registrar a escritura, no cartório não souberam como registrar a posse, gerando a dúvida a qual município a posse pertencia.

Convém observar a lógica de acesso das estradas nessa zona, pois estas sempre existiram, mas, atualmente, são acessíveis e amplas, devido ao alargamento das vias pelas empresas envolvidas na construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL. Nesse caso, a relação de mobilidade envolvida na região se dá por influência regional ou por serem

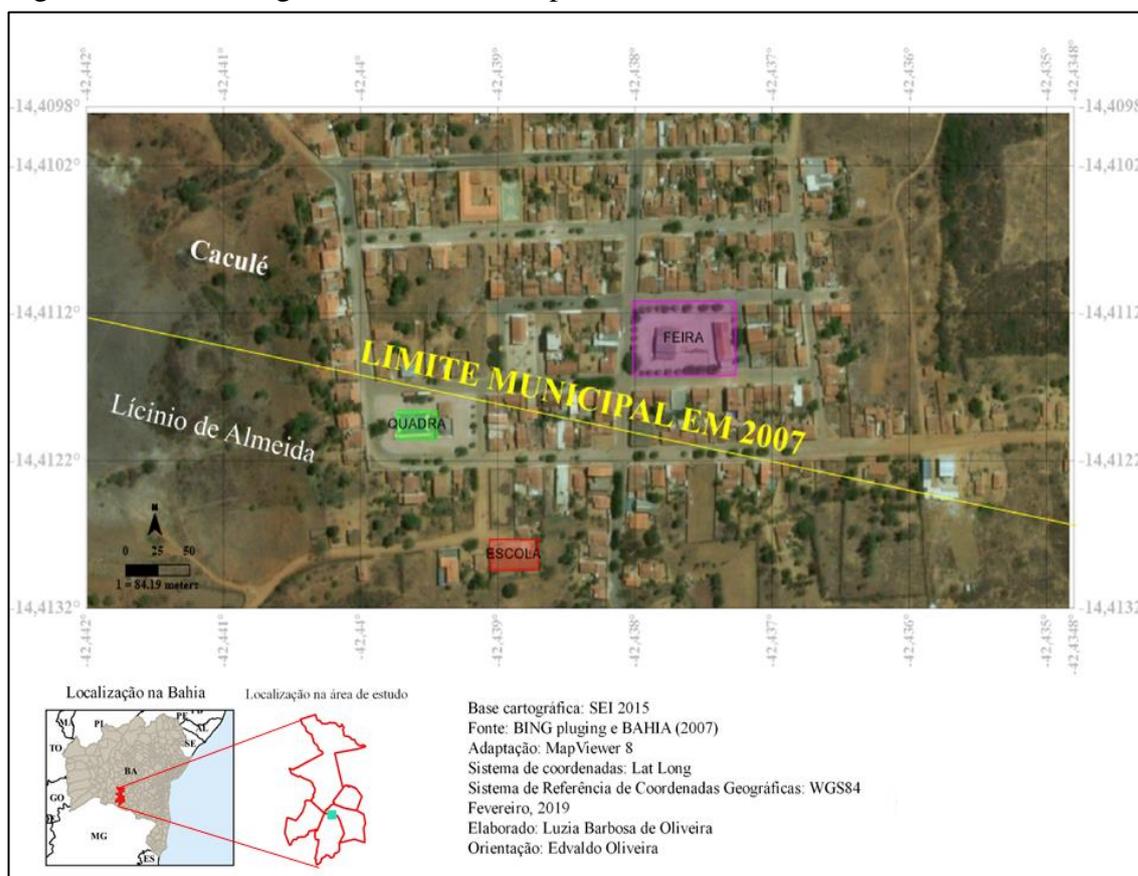
mais perto. A registrar a característica regional de influência aqui apresentada se dá devido na participação nas feiras locais e as atividades culturais.

A feira de maior destaque regional, principalmente para essa região, é a do distrito de Várzea Grande, visto que vários agricultores locais e das cidades circunvizinhas frequentam com finalidade de compras e vendas. No quesito compras, a sede de Caculé também apresenta grande variedade de mercadorias e serviços, incentivando o deslocamento do fluxo de pessoas para a cidade, bem como sucinta a sensação de pertencimento.

4.2.2 ZONA 3 – Licínio de Almeida versus Caculé

Nessa direção, adentra-se no contexto da zona três na localidade de Várzea Grande que, apesar de apresentar uma mínima porcentagem de perdas e ganhos territoriais, o distrito está envolvido em um grande dilema de administrativo, visto que é, literalmente, dividido ao meio, fazendo divisa com Licínio de Almeida, conforme Figura 8.

Figura 8- Carta imagem de limite municipal da localidade de Várzea Grande em 2007



Fonte: SEI 2007

Elaboração: OLIVEIRA, Luzia Barbosa de. 2019

É possível visualizar na carta imagem, o limite oficial em 2007 divide a comunidade entre os dois municípios, a Escola Municipal Laudelino José da Silva se encontra no município de Licínio de Almeida, destaque para o local de realização da feira, tão famosa, no centro do local e as casas visitas ficam próximas à quadra e a escola.

Esse fato se deve pela utilização de “fronteiras secas para delimitação territorial realizada no ano de 2007, embora no aspecto de efetivo exercício é administrado por Caculé. Ressalta-se que em 2012 as divisas foram atualizadas e a localidade retornou oficialmente ao controle de Caculé. A divisa de Caculé com Licínio de Almeida apresenta um aspecto de fluxo reverso da zona anterior, devido a relação de preferência popular ao realizarem suas compras. Ademais, a respeito da comercialização das mercadorias e locomoção das pessoas que moram em Licínio de Almeida, estas preferem ir para o distrito de Várzea Grande - Caculé por ser mais próximo.

Ao serem questionados se conheciam os limites, alguns entrevistados alegaram que a escola municipal era o marco divisor, sendo que todas as casas próximas pertenciam a Licínio de Almeida. Quando comparado com as bases cartográficas disponíveis, é possível notar que até a quadra poliesportiva pertenceu ao município de Licínio de Almeida no ano de 2007, posteriormente em 2011. A Lei Estadual nº 12.057 sanciona uma correção com uma nova delimitação territorial. A partir dessa correção, os novos limites utilizaram fronteiras naturais para contornar o distrito, voltando à totalidade administrativa para Caculé.

4.2.3 ZONA 4 – Caetité versus Paramirim

Na ZONA 4, destacam as comunidades de Lagoa dos Criolos, Vereda dos Caíres e Cercados, pertencentes atualmente a Caetité. É nesse segmento de comunidades o maior conflito em relação aos limítrofes à identidade e ao pertencimento. Ao tempo que o município de Caetité passou por diversos processos de redefinição territorial desde sua emancipação em 1810 até os dias atuais. A organização territorial atual de Caetité possui três dos seus cinco distritos próximos às áreas de divisas municipais. Destaca-se que na divisa de Caetité com Paramirim apresenta uma discordância popular e uma bipolaridade de sentimento de pertencimento.

Caetité incorpora a maior quantidade de áreas territoriais, segundo os cálculos da pesquisa, cuja administração era feita pelo município, porém localizadas nos municípios de Paramirim, Tanque Novo e Livramento. Com a redefinição territorial, passou a abranger mais 14 comunidades rurais, que são: Cercado, Vereda dos Cais, Paiol, Bacamarte, Lajedo de

Orouca, Vargem do Sal, Baixão, Gerais da Pindobeira, Baixa do Cardoso, Riacho de Pinto, Sambaíba, Alagadiço, Barrinha dos Cais e Buracão dos Magalhães. A maioria dessas comunidades passou a pertencer ao distrito de Maniaçu. Segundo imprensa local, como o Caetfest a:

[...] redefinição dos limites de Caetité é uma reivindicação do Município através da Gerência de Desenvolvimento Rural, desde 2009, com a realização de inúmeras reuniões com os órgãos competentes e a população envolvida no processo, com abaixo-assinados, visitas às comunidades, dentre outras ações que vieram a ser contempladas pela Lei Nº 12.057 de 11/01/2011. [...] Caetité aumentou a sua população de 47.515 (Censo de 2010) para 52.166 habitantes, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, publicadas no Diário Oficial da União em 29/08/2013. (GUINTÃO, 2013, s. p.)

Em relação à oferta de serviços, muitos habitantes, no que tange aos aspectos legais de documentação, se dirigem à Caetité. Contudo, em se tratando de saúde, compras e vendas, frequentam o município de Paramirim. Na comunidade de Cercados, por exemplo, muitos entrevistados reclamam da distância entre a comunidade até Caetité, sendo que até Paramirim é mais perto. Entretanto, uma moradora relatou que em Cercados, na época do censo populacional, chegaram a ir recenseadores dos dois municípios, tanto de Caetité quanto de Paramirim.

No trecho com a divisa de Lagoa Real existe uma dualidade no que se refere à exploração de minérios de urânio, pois a empresa das Indústrias Nucleares Brasileiras (INB) tem sede em Caetité e suas jazidas ficam na divisa, sendo uma parte em Caetité e a outra em Lagoa Real, ficando os *royalties* divididos entre os dois. Destaca-se, também, que na divisa com Pindaí, conflitos enfrentados voltam-se para o uso da água e a exploração de minérios de ferro.

4.2.4 ZONA 5 - Pindaí versus Candiba/Guanambi

Por último, a ZONA 5, na comunidade Tanque, do município de Pindaí, que faz divisa com Guanambi, Urandi, Candiba, Caetité e Licínio de Almeida. Inicialmente, no processo histórico, Pindaí era distrito de Urandi e, em 1962, conseguiu a emancipação política. Peculiaridade esta que causou uma modificação nos limites estabelecidos na Lei de Criação de Ibiassucê ocorrida meses antes, ratificando que faria divisa com Urandi devido à inexistência de Pindaí enquanto município, antes apenas como distrito.

A observação que se faz entre a divisa com Candiba, na qual o município de Pindaí perde parte do seu território, mas ocorre uma compensação territorial. Pindaí foi um dos municípios que mais perdeu em território, tanto para Candiba quanto para Licínio de Almeida e Caetité. O trabalho de campo mostrou que a população não tem conhecimento sobre as disputas, bem como o sentimento de pertencimento se mantém inalterado, e esses acreditam pertencer a Pindaí.

O principal fator marcante na região se encontra na divisa de Pindaí com Caetité, uma vez que, nas audiências públicas para o reordenamento territorial, Caetité acabou ganhando território de Pindaí, justamente o território com a concentração de minérios de ferro. Nesse sentido, pressupõe que a gestão administrativa do município de Pindaí não tinha conhecimento sobre a área e nos momentos de reuniões para a reorganização territorial não questionaram a posse do território.

Ocorreram, posteriormente, discussões populares e na câmara de vereadores de Pindaí, sobre a perda do território com potencial de mineração. A vertente analítica se refere ao fato do controle administrativo pertencer a Caetité e este ficará com os bônus (arrecadação das taxas sobre a comercialização CEFEM) e as riquezas da exploração, enquanto o município de Pindaí ficara com os passivos (impactos) ambientais.

Esse fenômeno acarretou ainda o conflito por águas em decorrência da implantação do Projeto de Mineração Pedra de Ferro pela empresa Bahia Mineração nos municípios de Caetité e Pindaí para exploração do minério de ferro. Neste limite entre os municípios ocorreu a retirada de famílias de suas terras e as mais de 212 famílias em conflito por terra e água com a mineradora BAMIM (CPT, 2014, s. p.).

Tal aspecto da construção do projeto sugere, no contexto da pesquisa, a ocorrência de impacto ambiental, como a extinção das nascentes, fauna e flora local, além de promover o deslocamento de algumas pessoas das suas comunidades de origem, influenciando, assim, as comunidades locais e, conseqüentemente, os processos de (des) territorialização do espaço. Ressalta-se que uma parcela da área de construção fica próxima, se não adentrar, as áreas de perdas e ganhos entre Licínio de Almeida com Pindaí.

Essas questões foram abordadas por dois moradores que responderam os questionários de pré-teste. Um dos entrevistados, presidente de associação local, convivendo constantemente com as reclamações da população. Outra entrevistada relatou como foi drástica a realocação das suas terras e como influenciou na rotina de vida, visto que sua sobrevivência se dava com a plantação de hortaliças devido a abundância de água no local e

na atual residência existe uma escassez. Segundo Oliveira e Costa (2016), o dilema enfrentado volta-se, para a permanência nos territórios e preservação das águas impactadas pela empresa.

Em distância das especificidades de cada zona, faz-se um paralelo da pesquisa a respeito das áreas de divisa entre Ibiassucê e Lagoa Real, visto que essa área, por apresentar fronteiras naturais como elemento divisor é bem caracterizada. Contudo, existem conflitos limítrofes no quesito administrativo. As comunidades Comboio, Poço da Pedra, Lagoa do Miguel, Pancadão e Fonte Telha destacaram que existe uma dificuldade de acesso à sede do município, no caso Lagoa Real, e, por estarem no meio da divisa, acabam não sendo resguardadas por nenhum dos municípios e assistência básica é afetada, recorrem aos dois municípios, mas as distancias são grandes.

A partir daí muitos munícipes optam por se deslocarem à sede do município de Ibiassucê para realizarem suas compras, trabalho e, em muitos casos, usufruem do serviço de educacional ofertado, entre outras demandas. Inclusive, existe um convênio entre Ibiassucê com Lagoa Real, na qual o município de Ibiassucê oferece transporte escolar para os alunos da comunidade de Pancadão irem até a sede e atendimento dos casos emergenciais no hospital local.

O padrão de mobilidade espacial demonstrou ser um dos fatores do processo de territorialização, ocupação/expansão territorial e utilização do espaço, ou o não uso. Isso indica que a mobilidade, observada na pesquisa, pode ser coerente com a teoria de fixos e fluxos estabelecida por Santos (1988, p.77) ao abordar que os fixos “[...] são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa de homens” enquanto que os fluxos “[...] são o movimento, a circulação e assim eles dão, também a explicação dos fenômenos da distribuição do consumo”. De acordo com Santos (1988), as relações de fluidez e movimentação se dão mediante ao consumo dos produtos, uso serviços e os fixos se dão a partir da oferta de trabalho.

Quando se estuda as questões municipais, permeia a análise dos conceitos de limite e fronteira, na sua polissemia e aproximações. Diante disso, Luquini (2015) discute que os limites jurídicos estabelecidos em leis não são seguidos na prática, visto que as relações sociais, culturais e econômicas possibilitam que as fronteiras sejam ultrapassadas. Dando início a um processo dinâmico de troca de relações, circulação, informações, fluxos constantes e que determinam as características do local.

Nesta direção, o próximo tópico adentrará, subjetivamente, nas relações de pertencimento estabelecidas a partir do ponto de vista dos entrevistados com a intenção de

compreender as relações sociais que ultrapassam os limites legais para os praticados informalmente no processo interação no espaço.

4.3 Identificação e composição social – aspectos metodológicos

No campo da apropriação do espaço, de sua territorialização e de seus desdobramentos no contexto social, a pesquisa, no que tange à sua empiria, implica na construção do procedimento metodológico e sua estrutura na execução, com foco nos resultados para as análises. O desenvolvimento da metodologia obedeceu ao projeto de pesquisa e, seguidamente, ao projeto cartográfico. Os trabalhos de campo, para a coleta de dados junto à população residente, envolveram a aplicação de questionários nas áreas que envolvem conflitos territoriais.

A definição da amostragem a fim de mensurar o espaço amostral condizente com a população residente nas proximidades das áreas limítrofes foi utilizado o Método de Triola (1998), em que se define o universo da população residente, tendo em vista a determinação do tamanho de uma amostra com base na estimativa do valor de um parâmetro populacional. Daí o método de Triola permite a amostra de campo. Para o caso específico da pesquisa adotou-se o princípio de dimensionamento da amostra, segundo Triola em que, o tamanho mínimo da amostra da população nas áreas de perdas e ganhos territoriais, será utilizada a seguinte equação:

$$n = N \cdot n_o / N + n_o \text{ onde,}$$

n = Tamanho mínimo da amostra

N = Tamanho da População

n_o = Aproximação Inicial do tamanho da Amostra (Erro Amostral Tolerável)

Para calcular o erro amostral tolerável será utilizada a seguinte equação:

$$n_o = 1 / E^2 \text{ onde,}$$

E = Erro Amostral Tolerável

Com base na leitura de imagens de satélite via *plugin* do Bing Satélite, no aplicativo QGIS, foi possível contabilizar em torno de 500 residências próximas aos limites dos municípios. Nesse caso, a proposição mínima com base em Triola resultaria na amostragem de 40,8 unidades residenciais. Assim, do universo amostral foram aplicados 45 questionários perfazendo 9% dos imóveis. O total de questionários aplicados remete a 91 questionários nas comunidades próximas aos limites municipais conflitantes.

O questionário semiestruturado, vide apêndice, contém uma parte de identificação e 43 questões compreendidas entre onze tópicos que abrange o pertencimento, as condições sociais das famílias, a moradia, a mobilidade, seguido dos serviços ofertados como educação, economia, comércio, serviços bancários, saúde lazer e, por fim, participação social. No final de cada questionário está contida a matriz de referência com a composição familiar, tendo como intuito destacar os locais de utilização dos serviços.

Cabe ressaltar que foram aplicados três questionários como um pré-teste no dia 14 de setembro em uma Assembleia Popular da Mineração promovida pelo Movimento pela soberania Popular na Mineração-MAM no auditório da Universidade do Estado da Bahia-UNEB que contou com representantes das comunidades de Caetitê, Pindaí, Ibiassucê, Caculé, Lagoa Real o que resultou nos ajustes necessários.

Foram percorridas mais de vinte e quatro comunidades próximas as divisas, (conforme apêndice 1), a saber: Fonte Telha, Comboio, Poço da Pedra, Lagoa do Miguel, Cabeludo, Tapera, Santo Inácio, Garrote, Jabuticaba, Massagano, Catriogongo, Lagoa dos Patos, Caretas, Fazenda Mocambo, Cipó, Barragem da Cana, Várzea Grande, Cristais, Lagoa dos Criolos, Vereda dos Caires, Cercados, Tanque, Bela Vista do Tanque e Pancadão. As localidades visitadas compunham uma grande parte de aglomerados isolado de casas, fazendo 5 áreas urbanizadas (Várzea Grande e Tapera - Caculé; Pancadão - Lagoa Real; Cercados - Caetitê; Tanque - Pindaí) e uma comunidade Quilombola (Santo Inácio).

As análises a seguir abordam, em primeiro plano, a identificação e a composição social de forma mais geral seguido de uma análise em que, por razões metodológicas foi separado em cinco zonas que foram objeto das redefinições de limites e fronteiras, seguidas do pertencimento, gestão administrativa frente aos conflitos e, por fim, a oferta de serviços e a centralidade.

4.4 Relações de pertencimento e territorialidades nas zonas de disputas territoriais

Feitos os esclarecimentos prévios iniciou-se a pesquisa com questionamentos referentes ao pertencimento. A princípio foi indagado aos entrevistados se tinha conhecimento se a localidade em que mora sofreu alterações de divisas ou mudado de município. Para melhor visumbre sobre o pertecimento, análises específicas de cada zona.

4.4.1 Aspectos envolvendo o pertencimento na ZONA 1 – localidade de Garrote

Na ZONA 1, na comunidade de Garrote, conforme o mapa 19, a falta de mobilidade territorial ficou evidente. Em 2002 pertencia ao município de Ibiassucê, em 2007 passa a pertencer a Rio do Antonio e com a nova legislação, em 2015 volta a pertencer a Ibiassucê. Foram questionados se ocorreu alguma modificação do território para outro município. Todos os entrevistados manifestaram não saberem de modificações territoriais na localidade.

Os resultados apontam, nesta Zona, que 67% dos moradores entrevistados afirmaram morar na comunidade de Garrote desde que nasceram e os outros 33% se mudaram há mais de 10 anos para o local. Todos afirmam sempre terem votado no município de Ibiassucê e não a Rio do Antinio, alegando ter sido Ibiassucê o seu município. Nesta zona foi unânime o desconhecimento dos limites anteriores, compreendidos dentre 2007-2015. Apenas um morador manifestou que uma casa mais afastada da comunidade Garrote, tida pelo moradores como marco de divisão entre Ibiassucê e Rio do Antônio, os demais não souberam informar, representada na figura 9.

Figura 9 - A casa da comunidade Garrote, tida como limite entre Ibiassucê e Rio do Antônio



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2018.

Em relação à participação social nas discussões e reivindicações de problemas locais envolvendo conflitância territorial, eles não cobravam esclarecimentos juntos aos representantes políticos. Contudo, em algumas situações, cerca de 33% afirmaram que cobram esclarecimentos dos seus representantes, mas que não são atendidos, enquanto que os demais nem manifestaram.

Para o tema aqui estudado, do ponto de vista subjetivo, questionou-se para os moradores com qual município sentiam mais pertencentes e possuíam maior identificação e afetividade. Todos se sentiram bem atendidos com os serviços ofertados e declararam pertencer no município de Ibiassucê.

Na perspectiva de desdobramento dos conflitos territoriais, a zona 1 foi a que menos teve conflito. As pessoas sempre se sentiram pertencentes a Ibiassucê, até os que migraram de Rio do Antônio se adaptaram bem. Assim, a população recorria, aos serviços prestados por Ibiassucê, que continuou gerindo a localidade com transporte escolar, agente de saúde, entre outros serviços. Os limites foram alterados no ano de 2011 e essa comunidade voltou a ser de Ibiassucê, mas, até os dias atuais, a população não sabe que ocorreu alteração e acredita que o território pertence a Rio do Antônio.

4.4.2 Aspectos envolvendo o pertencimento na ZONA 2- localidade de Jabuticaba

A localidade de Jabuticaba, zona de conflito entre Caculé e Ibiassucê, seu território em 2002 e 2007 pertencia ao município de Caculé e em 2015 passou a pertencer a Ibiassucê.

Questionado se ocorreu alguma modificação do território para outro município, 87% alegaram não terem conhecimento contra 13% que manifestaram ter informação de uma conflitância dos territórios com Caculé.

Nessa localidade ocorre uma inversão no aspecto de naturalidade exposto na primeira zona, visto que 53% se mudaram para o local. Apenas uma família mencionou ter se mudado a menos de um ano. Os demais habitam nas suas respectivas comunidades entre 13 e 35 anos. Aproximadamente 27% continuam a votar no município anterior (Caculé), mas, neste caso, acreditam pertencer a Caculé enquanto os demais votam no município de Ibiassucê.

Sobre o conhecimento dos limites anteriores, compreendidos entre 2007-2015, na medida que 13% dos entrevistados alegaram conhecer os limites antigos e 27% conhecem os atuais, alegando que a Barragem da Cana sempre foi um marco divisor, conforme Figura 10. Aproximadamente, 87% não conheciam os limites e 73% continuam sem conhecer.

Em se tratando da participação popular nas discussões e reivindicações de problemas locais, todos alegaram nunca terem cobrado esclarecimentos, mas que em um período recente, 27%, às vezes cobram esclarecimentos sobre problemas que os afligem e alguns afirmaram conversar com vereadores.

Nada obstante, na zona 2, aos serem indagados sobre a prestação de serviços ofertados e qual município se sentiam mais atendidos, todos alegaram serem atendidos pelos municípios que acreditam pertencer. E o sentimento de pertencimento de 27% dos entrevistados afirmaram ser Caculé e os 73% buscam os mais diversos serviços no município de Ibiassucê.

Dessa forma, 27% da localidade se definem como cidadãos caculeenses, afirmando que lá possui mais formas de serviços como saúde, educação, emprego e comércio forte. Contrapondo aos 73% que se definem cidadãos ibiassuceense, além de destacarem ser mais perto, acreditam na qualidade do ensino e de um hospital que foi destaque na região, mencionam a tranquilidade, as relações de amizade, as terras férteis em decorrência da barragem e do rio que passa próximo.

Figura 10- Barragem da Cana marco divisor de Ibiassucê com Caculé segundo os entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2018.

4.4.3 Aspectos envolvendo o pertencimento na ZONA 3 - localidade de Varzea Grande

Na Zona 3, o entorno do distrito de Várzea Grande pertenceu, até 2002, ao município de Caculé. Em 2007, o distrito é cortado pelo limite de Licínio de Almeida, retornando a partir de 2015 a município de Caculé.

Questionados se ocorreu alguma modificação do território para outro município 60% manifestaram não estarem cientes de alterações, enquanto que 40% afirmaram o contrário, relatando que o distrito estava dividido entre dois municípios. Ao serem questionados se gostavam de residir na comunidade e qual era a motivação, relataram que vivem desde que nasceram. Apenas uma família alegou ter se mudado há cerca de 30 anos para o local e os demais moram na comunidade desde que nasceram.

Sobre o cumprimento dos direitos legais, todos manifestaram votar na própria comunidade, ou seja, no município de Caculé. Vale acrescentar que os moradores da zona três que não votam em Ibiassucê manifestaram votar na escola eleitoral de Várzea Grande.

Diante do conhecimento acerca dos limites municipais anteriores, compreendidos entre 2007-2015, todos manifestaram não conhecer os limites antigos, mas 80% afirmaram conhecer os limites atuais, sendo que fica no colégio municipal (ver na figura 12).

Em relação à participação social nas discussões e reivindicações de problemas locais, os moradores se mostraram indiferentes e nem cobravam e continuam não cobrando qualquer tipo de esclarecimentos aos representantes políticos, alegando recorrerem à Associação Comunitária. Sobre a oferta de serviços pelos municípios, questionou-se onde se sentiam melhor atendidos. Nesta zona, todos alegam que recorrem ao município de Caculé para serem atendidos nos diversos serviços.

Na dimensão territorial, após a reorganização com intuito de perceber as relações de pertencimento foi questionado para os munícipes com qual município se sentiam mais pertencentes e com qual demonstravam maior identificação e afetividade. Todos se denominaram pertencentes à Caculé e mesmo que o limite tenha dividido, literalmente, o distrito em dois, as relações de identidade social sempre foram estabelecidas com Caculé, as pessoas alegaram que a sede de Licínio de Almeida era muito longe e que muitas pessoas que residiam lá saiam para serem atendidas no posto de saúde familiar de Vargem Grande.

4.4.4 Aspectos envolvendo o pertencimento na ZONA 4 – localidade de Cercados

Na ZONA 4, denominado Cercados, na área de conflito entre Caetité e Paramirim, entre 2002 e 2007 pertencia a Paramirim e em 2015 os limites foram deslocados para o município de Caetité. Questionados se ocorreu alguma modificação do território para outro município, 29% alegaram ter conhecimento dos conflitos existentes entre Paramirim e Caetité, enquanto que os demais não souberam informar.

Sobre o conhecimento dos limites anteriores, compreendidos entre 2007-2015, ocorre o contrário do observado nas outras zonas, pois todos conheciam os limites antigos e, atualmente, 43% conhecem os limites atuais e os outros 57% não souberam informar sobre os limites atuais.

Questionados sobre a motivação de permanecer no local, em unanimidade, alegaram viver nas terras desde que nasceram. Existe uma dualidade entre Paramirim e Caetité, na qual 29% optaram por permanecerem com seus títulos eleitorais registrados no município de Paramirim. Tendo em vista a distância, a atual sede municipal de Caetité fica muito distante da comunidade, porém a de Paramirim é bem mais acessível. Entretanto, em relação ao município de Caetité, apontaram a necessidade de melhorias em equipamentos e estruturas.

A respeito da participação social, reivindicações e cobranças de esclarecimentos sobre problemas locais, os moradores da zona se mostraram indiferentes, não cobravam e continuam não cobrando qualquer tipo de esclarecimento aos representantes políticos, alegando recorrerem à associação comunitária.

Nesta zona, existe a dualidade mencionada anteriormente, uma vez que, aos serem indagados dos serviços ofertados em qual município se sentem mais atendidos, 43% dos moradores entrevistados recorrem a Paramirim por ser mais perto e 57% recorrem a Caetité por acreditarem serem mais bem atendidos. O maior problema relativo ao pertencimento foi encontrado nessa zona, pois 71% dos entrevistados afirmaram se sentir pertencentes a Paramirim. Estes entrevistados moram em Cercados, bem próximos aos limites dos entrevistados que moram nas fazendas Lagoa dos Criolos e Veredas dos Caíres, comunidades próximas. Enquanto, os outros 29% dos entrevistados afirmaram pertencer a Caetité.

Tomando como exemplo a distância entre a sede de Caetité até a comunidade de Cercados foram percorridos 62 quilômetros e, segundo moradores, para se deslocarem até Paramirim percorrem aproximadamente 28 quilômetros, que é a metade do trajeto para a sede oficial. Vários moradores mencionaram sentir afetividade pelos dois municípios, pois acabam recorrendo aos dois em diferentes circunstâncias.

4.4.5 Aspectos envolvendo o pertencimento na ZONA 5 – localidade de Tanque

Na ZONA 5, denominado Tanque, na área de conflito entre município de Pindaí entre 2002 e 2007, metade da população da localidade pertencia a Candiba e metade a Guanambi. Na reestruturação dos limites em 2015 foram deslocados para o município de Pindaí. Questionados se ocorreu alguma modificação do território para outro município, apenas um morador, que havia se mudado há alguns anos, manifestou que ocorreu alteração de Pindaí com Urandi, quando na verdade relatou sobre o processo de emancipação e não de alterações recentes. Os demais não manifestaram conhecimento de conflito territorial próximo. Sobre o conhecimento a respeito dos limites municipais anteriores, compreendidos entre 2007-2015, todos alegaram que não conheciam os limites antigos, diante de 28% que afirmam conhecerem os atuais limites em vigor e os outros 72% continuam sem saber sobre os limites territoriais.

Ao serem questionados se gostam de residir na comunidade e qual era a motivação, relatam uma boa adaptação ao lugar, clima, amizades, o que favorece a longa permanência comprovada pelo fato de que 58% dos entrevistados alegarem ter se mudado para o local e viverem entre 11 à 40 anos na localidade e 42% destacaram que nasceram na região de Tanque. Foi possível notar que, apesar das mudanças, muitas vezes envolvendo matrimônios, o tempo vivido nas localidades é grande, promovendo um elo com os costumes locais. Em se tratando do cumprimento dos direitos eleitorais, apenas 8% dos moradores manifestaram se deslocar para votar em Candiba, contrapondo os 92% que votam em Pindaí. Em um relato, o entrevistado mencionou que como era natural de Candiba continuava votando no município, mas que o restante da família votava em Pindaí.

Em relação à participação social nas discussões e reivindicações de problemas locais, os moradores não cobraram esclarecimentos com os representantes do poder público local, contudo, atualmente, 42% alegaram cobrar esclarecimentos e a ajuda, principalmente, quando se trata dos assuntos envolvendo a mineradora. Sobre os serviços ofertados, foi indagado em qual município se sentiam mais atendidos e todos afirmaram recorrer a Pindaí em busca de serviços. A exemplo da oferta de saúde municipal existe um posto de saúde na comunidade, bem como a prefeitura oferece transporte para os alunos estudarem na sede.

O sentimento estabelecido com o território levou todos os entrevistados a declararem pertencer ao município de Pindaí, ressaltando que, apesar das dificuldades, principalmente oferta de trabalho, eles gostam da localidade. Uma moradora destacou ter uma propriedade

em Guanambi, mas que só fica na cidade no período escolar para que os filhos possam estudar, por que prefere ficar na tranquilidade e abundância da zona rural.

4.5 Panorama geral sobre as relações de pertencimento encontradas nas Zonas

Em se tratando do conhecimento sobre as alterações, a prerrogativa feita para iniciar a aplicação dos questionários aos munícipes possibilitou os seguintes resultados: 84% dos entrevistados não souberam informar e manifestaram acreditar que a localidade sempre fez parte do município a que pertencia, ou seja, a localidade sempre pertenceu ao mesmo município, portanto não percebe ou não aceita a mudança. Apenas 16% manifestaram ter ouvido falar de alguma modificação. Destes que alegaram ter conhecimento de alguma alteração, todos apontam que as terras pertenciam ao município que residem atualmente. Em todas as zonas notou-se que nenhum dos entrevistados alegou ter participado de discussões sobre o deslocamento da área para outro território. Ou seja, essas alterações ocorreram e a população fica omissa sem entender os fatos.

Ao serem indagados se conheciam os limites atuais e os antigos do município, muitos alegaram não ter conhecimento de uma modificação, e os que alegaram conhecer os limites informaram pontos subjetivos os quais acreditavam ser um marco divisor, como uma barragem, um sobrado na estrada.

No que se refere ao sentimento de pertencimento, ao serem questionados se gostam de pertencer ao município, 60% dos moradores relataram viver no local desde que nasceram, enquanto 40% relataram ter se mudado para o local e se adaptado bem. Contudo, dessa parcela, é possível notar que alguns habitam o local há mais de 20 anos, em média.

Sobre as seções eleitorais, a curiosidade encontrada no fato de muitas pessoas não modificarem seus títulos e serem atendidas nos dois municípios, como foi o caso de pessoas que frequentam os municípios de Paramirim e Caetité. A respeito dos locais de votação, ressalva-se que os dados a seguir foram com base no membro da família que foi entrevistado. Em algumas famílias notou-se que um dos membros vota em locais diferentes, a saber, acrescenta-se Urandi, Guanambi e Rio do Antônio como locais de votação.

Conclui-se que, a população não conhece a extensão territorial a qual pertencem, e os que afirmam saber relatam marcos imprecisos de suposição popular. Diante da dúvida, recorrerem aos municípios mais próximos e que prestam assistência. Contudo, apesar dessa dúvida, notou-se também a mínima participação social em se tratando de solicitar dos representantes políticos esclarecimentos sobre os problemas que afligem os munícipes.

Notou-se que o público masculino demonstrou maior conhecimento em relação aos limites municipais, fato esse que se justifica pelo fato das vivências no trabalho do campo a atividade predominante nas localidades pesquisadas. O público com maior idade demonstrou maior apego e sentimento de pertença com os locais de origem.

Enquanto que o perfil do público encontrado envolveu casais de idosos, levando a inferir um envelhecimento da população rural a presença de poucos jovens no campo, poucas formas de lazer/entretimento, além da escassez na obtenção de emprego gerando migrações e busca de trabalho explorativos como o corte de cana em outros estados como Mato Grosso, São paulo entre outros locais. Faz-se, contudo um adendo, a destacar que muitos entrevistados moram próximos de suas famílias, mas muitos migraram da região, as casas ficam fechadas, alguns em migração sazonal durante as temporadas de oferta de emprego, em outras regiões, principalmente, para locais de colheita de cana e/ou outra produção.

Ao serem questionados sobre qual serviço não eram atendidos em seu município, em suma maioria a população se manifestou que a maior dificuldade foi relacionada a saúde, na qual só eram atendidos em casos de emergenciais, exames simples como os laboratoriais, tinham que serem agendados, alguns a longo prazo. Os exames envolvendo especialidades clinicas eram realizadados em outros municípios ou acabam pagando em redes particularem em decorrência da demora ou da escassez de vagas.

No quesito participação em associações ou sindicatos, a maioria manifestou participar, os que relataram não participar foram os aposentados. Segundos dados, teve uma que participa dos sindicatos dos profissionais da docencia em Caculé e alguns funcionarios publicos, os demais participam de associações rurais. Evidencia-se o fato da quantidade de associações, contudo mencionaram que algumas não estão em pleno funcionamento. A população se manifestou insatisfeita, clamando o fortalecimento das associações em busca de ações de beneficiamento comunitário.

5 IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E CENTRALIDADE TERRITORIAIS

*Qualquer caminho leva a toda a parte.
Qualquer ponto é o centro do infinito.
E por isso, qualquer que seja a arte
De ir ou ficar, do nosso corpo ou espírito,
Tudo é estático e morto. Só a ilusão
Tem passado e futuro, e nela erramos.
Não ha estrada senão na sensação.*

*Trecho do poema **Qualquer caminho leva a toda a parte** de Fernando Pessoa.*

Essa seção se direcionou a entender como os processos de controle político administrativo implica na dominação territorial como abordado na primeira seção. Para desenvolvimento da seção foram analisadas as respostas dos questionários sobre os aspectos socioeconômicos, entrelaçados as questões de centralidades e fluxos de movimento territorial.

5.1 Gestão administrativa frente às questões de conflito por limites

No caso do Fundo de Participação de renda dos municípios, o que se abstrai é que, o requisito por território, na verdade, implica não somente no espaço, mas nas pessoas residentes, finalidade principal da disputa territorial. Nesse contexto a presente discussão propõe-se analisar as questões envolvendo a gestão pública local, no que tange o seu posicionamento frente aos conflitos por territórios, uma vez que acabam por influenciar na execução de melhoria no município. Como aponta Hissa (2002), limitar é partilhar para governar, em contrapartida, ao estabelecer um limite ou fronteira. Foucher (2009) complementa mencionando que esse controle seria uma tentativa de prover segurança de maximizar o “bem-estar” dos seus em detrimento dos outros.

As áreas de fronteiras são espaços de imensa convivência intercultural e de diferenças sociais, econômicas e políticas, não somente em áreas de fronteiras internacionais, também as intermunicipais. Nessa direção, Martin (1992, p.13) acrescenta “a fronteira é ponto de colisão”, um ponto que divide os territórios, mas não impede o uso pelos diversos atores sociais, ativamente ou não, atitudes que podem causar valorização do território como também sua desvalorização. Foucher (2009, p.41) descreve a fronteira como “aquela linha ‘entre’”, que ao aparecer estabelece o limite. Esse “entre” abordado pelo autor remete a ideia do *buffer*

trabalhada anteriormente, como suscita as discussões de intercambio de relações, a presença da fronteira, a delimitação oficial, é ultrapassada sem que se perda a característica original dos municípios, mas ocorra uma troca de relações socioculturais e dos serviços ofertados.

As disputas criam tensões e novas formas de organização do espaço. Deste modo, Castro afirma que (2005, p.41) “a relação entre a política – expressão e modo de controle de conflitos- e o território – base material e simbólica que se encontram os temas e questões do campo da geografia política”. Quando mencionado o termo político o pensamento popular volta-se apenas para as eleições, quando na verdade como a gênese do conceito de democracia o povo deve a participação de todos na criação das condições estruturais da sua implantação nas discussões.

As funções políticas-administrativas dos municípios brasileiros perpassam por conflitos de interesses até os dias atuais. Surgem das peculiaridades e interesses diversos de cada sociedade. Segundo Castro (2005) qualquer que seja a escala da ação do fenômeno, rural ou urbano, bairro ou cidade, uma unidade da federação ou uma região, quanto mais variada e complexa for a sociedade maior será a diferença entre as necessidades dos grupos sociais e de cada território ocupado.

A administração pública, no Brasil, sofreu profundas mudanças e as configurações sociopolíticas municipais foram fruto do processo político do país. O município só adquiriu autonomia com a Constituição de 1988, passados mais de 30 anos de constituição a administração municipal não se restringem apenas à atuação nas cidades, estende-se a todo o território urbano e rural e em tudo que afeta ao bem-estar da sua comunidade. O princípio da administração pública municipal consiste no dever fazer presente onde estejam os interesses de seus habitantes. A resolução dos conflitos locais é resultante do desempenho do administrador público, e da participação popular de forma direta por meio dos órgãos deliberativos ou de forma indireta, prezando sempre pelo princípio da transparência. Partindo dessa premissa fundamentalista Fávero (2004) em consonância com os estudos de Witold Zmitrowicz (1998), destaca a importância da prestação de serviços públicos de interesses locais, menciona que:

[...] são as obras e serviços da competência municipal todos aqueles que se enquadram nas atividades reconhecidas do município segundo critério da predominância do interesse, como por exemplo, a limpeza pública, o fornecimento de água, a extensão de rede de esgotos, e de iluminação, a prestação de serviços de saúde e de educação fundamental, a assistência social, a execução de obras viárias e de infra-estrutura e todas as demais realizações municipais cuja demanda acaba exigindo cada vez mais constantes e novas atuações. (FÁVERO, 2004, p.63)

As atribuições da Constituição consistem no exercício de poderes pelo Estado e seus agentes, com a finalidade de segundo Medeiros et al. (2013, p. 11) “satisfazer os interesses essenciais da coletividade, também designados como interesses públicos primários, os quais, em última instância, justificam a concessão de poderes às autoridades públicas e igualmente sua submissão a diversas limitações” e “promover a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades estatais mediante tarefas restritivas da vida particular ou prestativas”.

Embora não seja possível gerir um município sem arrecadação de fundos, conforme Fávero (2004) qualquer gestão pública seja da União, Estados e Municípios no Brasil, é financiada por recursos gerados nos municípios, que depois de coletados pelos órgãos públicos formam um conjunto de recurso, a serem partilhados posteriormente, criam o sistema financeiro do estado brasileiro. Esse sistema é formado de Recursos próprios, Recursos de transferências feitas pela União e pelo Estado e Recursos de Empréstimos e financiamentos. Ainda, destaca que é composto por,

A: Recursos de fontes próprias

1) **Tributos:** impostos, taxas e contribuições.

IPTU-Imposto Predial e Território Urbano.

ISS-Imposto Sobre Serviços.

IVVC-Imposto sobre Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos.

ITBI-Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis.

2) **Preços:** preços públicos, tarifa, pedágio, preços semiprivados.

3) **Receita Patrimonial**

4) **Divida Ativa Tributária**

B: Recursos de transferências feitas pela União e pelo Estado- Impostos partilhados

- **IR-**Imposto de Renda.

- **ITR-**Imposto Territorial Rural.

- **IPVA-**Imposto sobre propriedade de Veículos Automotores.

- **ICMS-**Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

- **IPI-**Imposto sobre Produtos Industrializados.

- **FPM-**Fundo de Participação dos Município.

- **EPE-**Fundo de Participação dos Estados.

C. Recursos de Empréstimos e Financiamentos (FAVERO, 2004, p. 65-66)

Esse sistema de arrecadação possibilita a manutenção dos serviços ofertados pelo município, dentre essas formas de arrecadação, o destaque da pesquisa vai para o FPM criando na forma da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, à qual disponha sobre o Sistema Tributário Nacional. Segundo Fávero (2004), os fundos eram mantidos pelos percentuais de distribuição conforme definido pela Emenda Constitucional nº 18. Posteriormente foi recomendado um novo critério para distribuição, pautada em coeficientes individuais de participação para Municípios no artigo 91 da Constituição. Esses coeficientes eram definidos segundo o número de habitantes que cada qual possuía, para efeito de cálculos comparativos

criou-se uma tabela de coeficientes. A criação da tabela inovou no sentido de que os recursos não mais seriam divididos igualmente entre todos os municípios, mais sim possibilitava com que os Municípios que tivessem maior número de habitantes recebessem uma parcela maior do que aqueles que possuíam menos habitantes.

Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), o Banco do Brasil calcula o valor da cota de cada Município, de acordo com os coeficientes definidos pelo TCU e com o valor total do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) fornecido pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN (Brasil, 2008 p.18). Nesse sentido, Tristão (2003) aponta que o repasse feito pela União é de 10% do arrecadado com o IPI e com o IRP. Estes valores foram mantidos na Constituição de 1967. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 o Fundo de Participação dos Municípios passou a ser composto por 22,5% provenientes da arrecadação do IR e 22,5% provenientes da arrecadação do IPI.

Sobre isso, a Lei Federal nº 5.172/1966 estabelece que o montante de “10% pertencem às Capitais; 86,4% pertencem aos Municípios do interior e o restante, 3,6%, constituem o Fundo de Reserva, para distribuição entre os Municípios do interior com mais de 142.633 habitantes, na forma do Decreto-Lei nº 1.881/1981 e da Lei Complementar nº 91/1997, art. 3º.” (BRASIL- TCU, 2008, p. 14). No que se refere ao rateio dos fundos aos municípios, Tristão (2003) menciona que é,

II - Fundo de Participação dos Municípios

Composto por 22,5% do IR e IPI

a) capitais

- 10% dos recursos do FPM assim distribuídos:
 - . Inversamente proporcional à renda per capita
 - . Diretamente proporcional à população
 - . Limites máximos e mínimos de distribuição

b) Municípios não capitais

- 86,4% dos recursos do FPM que são distribuídos segundo o tamanho da população, com limites máximos e mínimos. O Rateio é regressivo e beneficia com maior proporção os municípios com menor população.

c) Municípios não-capitais, com população superior a 156.216 habitantes:

- 3,6% dos recursos do FPM de acordo com os mesmos critérios aplicados aos municípios capitais. (TRISTÃO, 2003, p. 77, grifos do autor)

O TCU utiliza os dados populacionais divulgados pela Fundação IBGE atribui a cada Município um coeficiente individual de participação determinado de acordo com as faixas de habitantes previstas no Decreto-Lei nº 1881/1981. Contudo, o Ato Complementar 35/67 determina que o FPM seja rateado na seguinte proporção: 10% para os municípios capitais e 90% para os demais municípios. Em 1981 foi criado o Fundo de Reserva que destina 4% dos 90% referentes aos municípios não capitais, aos municípios maiores e não-capitais. Os valores

dos coeficientes para municípios do interior, foco principal, variam de 0,6 a 4,0, conforme o quadro 7.

Quadro 7. FPM-Interior- Coeficiente por Faixa de Habitantes

| Faixa de Habitantes | Coeficiente |
|----------------------------|--------------------|
| Até 10.188 | 0,6 |
| De 10.189 a 13.584 | 0,8 |
| De 13.585 a 16.980 | 1,0 |
| De 16.981 a 23.772 | 1,2 |
| De 23.773 a 30.564 | 1,4 |
| De 30.565 a 37.356 | 1,6 |
| De 37.357 a 44.148 | 1,8 |
| De 44.149 a 50.940 | 2,0 |
| De 50.941 a 61.128 | 2,2 |
| De 61.129 a 71.316 | 2,4 |
| De 71.317 a 81.504 | 2,6 |
| De 81.505 a 91.692 | 2,8 |
| De 91.693 a 101.880 | 3,0 |
| De 101.881 a 115.464 | 3,2 |
| De 115.465 a 129.048 | 3,4 |
| De 129.049 a 142.632 | 3,6 |
| De 142.633 a 156.216 | 3,8 |
| Acima de 156.216 | 4,0 |

Fonte: BRASIL. Tribunal de Contas da União. Transferências governamentais constitucionais (2008)

No caso de criação e instalação de novos Municípios, segundo Tribunal de Contas da União, faz a revisão utilizando os dados do IBGE dos coeficientes individuais de participação dos Municípios do Estado, de modo a assegurar recursos do FPM ao Município recém-criado. Contudo, a participação estadual FPM é fixa, mas se o número de participantes aumenta, a quota individual de todos diminui.

Assim, para assegurar recursos do FPM aos novos Municípios de um determinado Estado, as parcelas devidas aos demais Municípios existentes naquele Estado são reduzidas proporcionalmente, não afetando os Municípios de outros Estados (BRASIL, 2008). Inclusive, segundo vários estudiosos sobre a criação e o desmembramento territorial a arrecadação dos fundos possibilita a manutenção de muitos municípios de pequeno porte, principalmente, no interior das regiões. Tanto é que Fávero (2004) acrescenta que,

Dentre vários motivos que levam os municípios a se emanciparem, talvez o mais forte tenha sido a possibilidade de recebimento de receitas provenientes da divisão do bolo tributário brasileiro, em especial o do FPM, cuja distribuição obedece a critérios de rateio objetivando a promoção de equilíbrio sócio-econômico entre estados e municípios. (FAVERO, 2004, p. 68)

Como os repasses municipais se dão em decorrência do número de habitantes, individualizando as questões administrativas, para a área de estudo, é possível notar o padrão de cidades pequenas do interior dependentes dos fundos de FPM. Sobressaindo a essa lógica destaca-se o município de Caetité com os maiores índices populacionais, existem pesquisas para demonstrar que o município possui características de cidade média. Para demonstrar a composição municipal, a Tabela 2 apresenta os dados demográficos dos municípios envolvidos na área de estudo.

Tabela 2 Tabela 2- Censo Demográfico em 2010 e Estimativa Populacional em 2018

| Municípios envolvidos | Censo demográfico em 2010 | População Urbana em 2010 | População Rural em 2010 | Estimativa em 2018 |
|------------------------------|----------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|---------------------------|
| Caculé | 22.236 | 13.309 | 8.927 | 23.045 |
| Caetité | 47.515 | 28.447 | 19.068 | 50.861 |
| Candiba | 13.210 | 7.725 | 5.485 | 14.268 |
| Guajerú | 10.412 | 2.077 | 8.335 | 7.237 |
| Guanambi | 78.833 | 62.565 | 16.268 | 84.014 |
| Ibiassucê | 10.062 | 4.706 | 5.356 | 9.427 |
| Igaporã | 15.205 | 7.864 | 7.341 | 15.630 |
| Jacaraci | 13.651 | 4.923 | 8.728 | 14.834 |
| Lagoa Real | 13.934 | 2.808 | 11.126 | 15.555 |
| Licínio De Almeida | 12.311 | 6.253 | 6.058 | 12.406 |
| Paramirim | 21.001 | 10.905 | 10.096 | 21.518 |
| Pindaí | 15.628 | 4.319 | 11.309 | 16.234 |
| Rio Do Antônio | 14.815 | 5.993 | 8.822 | 15.289 |
| Sebastião Laranjeiras | 10.371 | 4.084 | 6.287 | 16.234 |
| Tanque Novo | 16.128 | 7.317 | 8.811 | 17.285 |
| Urandi | 16.466 | 5.939 | 10.527 | 16.651 |

Fonte: Adaptado do IBGE, Censo Demográfico 2010 e Estimativa da População em 2018 (Elaborado pela SEI/ DIPEQ/ COPESP, com base nos dados enviados pelo Tribunal de Contas da União-TCU).

Faz um adendo a respeito de Caetité que expande sua população de 47.515 (Censo 2010) para uma estimativa de 52.353 habitantes em 2014, em decorrência do ganho de territórios. Um crescimento populacional de 4.838 pessoas, influenciando nos valores populacionais dos municípios de Paramirim, Tanque Novo e Livramento de Nossa Senhora. Os dados de 2010 mostram que a maioria dos munícipes reside no perímetro rural como Pindaí, Lagoa Real, Urandi, Rio do Antônio, Jacaraci, Tanque Novo, Sebastião das Laranjeiras, Guajerú e Ibiassucê. Enquanto que existem exceções de municípios que prevalece com a maioria da população no perímetro urbano. Caetité e Guanambi apresentam o maior

incide populacional, e demonstram papel de influência na região, principalmente Guanambi no quesito saúde e educação.

5.2 Utilização de serviços e centros regionais – e as redes municipais em questão

Em virtude de uma malha sólida de conexões entre os municípios é possível criar uma rede de influência que movimentará a dinâmica de serviços ofertados. Nesse sentido esse tópico traz uma análise dos resultados dos questionamentos sobre os principais serviços ofertados pelos municípios em questão, que são favorecidos pelas dinâmicas de rede, as quais se destacam por apresentar uma centralidade no aspecto de serviços.

Assim, como ponto de referência, o espaço geográfico não é estático, mas uma produção humana continua com um fazer incessante, uma vez que o homem é um agente produtor do espaço, por meio da sua atuação social ao produzir e consumir bens e serviços. Nessa perspectiva, a rede aparece como um instrumento articulador que viabiliza as estratégias de circular e comunicar, por sua vez, faz e desfaz as prisões do espaço, tanto libera como aprisiona, sendo um instrumento, por excelência de poder e controle. A rede como uma invenção social tem a possibilidade de definir a escala das nações, estados e municípios desta mesma sociedade, impondo, a partir da necessidade da circulação e comunicação, facilitando a fluidez de toda ordem. Os fluxos podem ser de diversos modos como: movimentos de pessoas, comerciais e de mercadorias, de capitais e informação.

Segundo Santos (2002, p.262) “a rede é também social e política”, é possível contatar que o sistema de redes se dá através das pessoas, mensagens, dos valores sociais e da cultura. Essa noção, no campo de estudado, permite a interação entre as pessoas, mercadoria, capital e informação sobre o espaço geográfico. Essa interatividade apresenta-se diferenciada, variando segundo a frequência de ocorrência, conforme a distância e direção, caracteriza-se através de vários propósitos e realiza-se por meio de inúmeras maneiras e velocidades pela técnica. O avanço tecnológico também minimiza o papel da distância nas interações espaciais.

A partir dessa lógica de conexão e centralidade optou-se por fazer treze questionamentos específicos a respeito da educação, da saúde, aspectos econômicos como comércio (vendas e compras) e utilização de serviços bancários. Diferente do tópico anterior que abordou as relações de pertencimento separado por zonas, nesse cenário de centralidades, fez-se a opção de separar as discussões por serviços ofertados. Inicialmente trata dos aspectos educacionais, saúde pública, aspectos econômicos (comércio, compras/vendas, feiras e

serviços bancários). Essa escolha permite ter um panorama geral a respeito de serviço, em todas as zonas estudadas.

5.3 Oferta de serviços educacionais

O primeiro serviço a ser discutido se refere à educação. Ao contrário do que era esperado, a quantidade de estudantes se mostrou pequena. Isso demonstra a baixa quantidade de jovens e adolescentes nas comunidades rurais.

A princípio, retomando as análises por zonas, na ZONA 1, localidade de Garrote, no município de Ibiassucê, apenas em 17% dos entrevistados afirmaram ter algum membro na família que era estudante, os mesmos também se manifestaram satisfeitos com a educação oferecida na sede de Ibiassucê, no ensino fundamental II e na comunidade, na modalidade de ensino fundamental I. Os demais 83% entrevistados alguns eram aposentados ou com idade avançada, e outros demonstraram que tinham concluído os estudos. Foram relatados alguns casos, no qual ocorreu abandono da escola em busca de trabalho ou constituir família.

Na ZONA 2, localidade de Jabuticaba, em Ibiassucê, cerca de 80% não estudaram ou nem estavam estudando. Uma senhora registrou que foi alfabetizada no Programa Todos Pela Alfabetização (TOPA) ofertado pelo município de Caculé. Contudo, ocorre uma curiosidade a respeito das unidades de ensino, nesta zona como foi mencionada, apesar de todas as comunidades estarem, atualmente, localizarem em Ibiassucê, cerca de 27% acreditam estarem alocadas no município de Caculé e usufruírem de seus serviços.

Sobre a quantidade de estudantes nesta Zona, apenas 25% afirmaram estarem estudando, destacando o distrito de Várzea Grande, em Caculé, como destino, na Escola Laudelino Jose da Silva. Na mesma proporção destacaram a sede do município de Caculé como destino educacional. Totalizando um total de 50% dos que optam por serem atendidos no município de Caculé.

Os outros 50% afirmaram estarem estudando no município de Ibiassucê, alegando ter ônibus que faz o deslocamento da comunidade até a sede municipal. Em relação ao transporte escolar do município de Caculé, uma moradora relatou que o transporte não passa perto, mas prefere levar o filho até um ponto em que o ônibus passa, não tão distante de sua moradia para ir estudar no distrito de Várzea Grande, por acreditar ser mais perto que a sede de Ibiassucê. Sobre a qualidade educacional, os entrevistados manifestaram estarem satisfeitos com a

educação ofertada em ambos os municípios. Vale destaca na Figura 11 a escola do distrito de Várzea Grande.

Na ZONA 3, de Várzea Grande, no município de Caculé, 20% alegou que estudam, relatando que os filhos estudam na comunidade São Domingues, ainda em Caculé e se revelou bastante satisfeito em relação à educação oferecida, destacou apenas a necessidade de uma melhoria estrutural na unidade escolar.

Figura - 11- Fotográfica da Escola Municipal Laudelino José da Silva



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2018.

Em relação à ZONA 4, a localidade de Cercados no município Caetité, um dos mais conflituosos, aproximadamente 86% manifestaram não ter nenhum membro estudando. Ao tempo que os 14% que afirmaram terem membros que estudam. Afirmaram que o destino para estudarem é o município de Paramirim, destacando estarem satisfeitos com o ensino ofertado.

Todavia foi na ZONA 5 que ocorreu uma divisão a respeito dos destinos escolares, sendo que 50% estudam no próprio município de Pindaí, porém 17% afirmou se deslocarem para estudar em Guanambi, em virtude da oferta de cursos técnicos profissionalizantes.

Ainda nessa localidade 33% confirmaram não estudar e nem ter ninguém em suas residências em período escolar. Dos entrevistados 67% destacaram que fazem uso de serviços educacionais. Do total que fazem uso dos serviços de educação, 50% se manifestam satisfeito

em relação do ensino ofertado enquanto 17% alegaram estarem insatisfeitas. Destaca-se que os que estavam insatisfeitos se referiam ao ensino ofertado no município de Pindaí. Uma mãe relatou que seus filhos estudam na sede, mas em uma unidade da rede particular de ensino, por não acredita nos bons resultados da rede pública disponível.

Vale mencionar que os centros educacionais regionais são os municípios de Caetité e Guanambi, nos quais são ofertados cursos de nível superior na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Centro Universitário Faculdade de Guanambi (UNIFG), além dos cursos técnicos integrados e subsequentes ofertados pelo Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo (CETEP) em Caetité, Centro Estadual de Educação Profissional (CEEP) em Guanambi e o Instituto Federal Baiano-campus Guanambi no distrito de Ceraíma, bem próximo a Zona 5 da pesquisa, cerca de dez quilômetros de distância por estradas não pavimentadas. Existe também oferta de cursos técnicos, ensino superior e Pós-Graduações de instituições privadas na modalidade de ensino à distância (EAD).

5.4 Oferta de serviços de saúde pública

Os serviços de saúde ofertados na região, representa a maior queixa mencionada pelos munícipes. A dificuldade em ter acesso à saúde, se justifica pela distância, em alguns casos, das Unidades de Saúde Familiar (UAB) ou, simplesmente, Posto de Saúde Familiar (PSF) e a pouca quantidade de funcionários.

No cenário encontrado na ZONA 1, na comunidade Garrote, no município de Ibiassucê, todos manifestam ser atendido no Posto de Saúde Familiar Pedrinhas no município de Ibiassucê. 67% se manifestaram satisfeito com a oferta do serviço de saúde, contudo os 33% que afirmaram não estarem satisfeitos relatando dificuldades de agendamento de exames e demora em conseguir fazer certos procedimentos médicos.

Na ZONA 2, na localidade de Jabuticaba, ainda no município de Ibiassucê, 27% dos entrevistados que se sentem pertencentes à Caculé, são atendidos na Unidade de Saúde Familiar de Várzea Grande, deste município e deste montante, 50% alegaram estarem insatisfeito com o serviço, diante das dificuldades de acharem vagas e de poucos dias de atendimento. Em casos de emergência recorrem à sede do município de Caculé. Dos entrevistados 73% são atendidos pelo município de Ibiassucê, na Unidade de Saúde Familiar de Brasilândia e as comunidades de Jabuticaba, Catriogongo, Massangano e Careta são atendidas na Unidade de Saúde Familiar da sede. Dos entrevistados atendidos em Ibiassucê

46% afirmaram estarem insatisfeitos, destacaram a necessidade da construção de um PSF mais próximo.

Na ZONA 3 manifestaram serem atendidos na Unidade de Saúde Familiar de Várzea Grande, no município de Caculé, em foco na Figura 12. Todos manifestaram estarem satisfeito com os serviços, apontam como razoável e atende as necessidades básicas podendo sempre ocorrer melhorias, como reforma e mais dias de atendimento.

Figura 12- Unidade de Saúde da Família de Várzea Grande



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2018.

Na ZONA 4, localidade de Cercados, no município de Caetité, ocorre uma peculiaridade: duplicidade na utilização dos serviços tanto em Caetité como em Paramirim. Segundo os entrevistados, todos alegaram serem atendidos na Unidade de Saúde Familiar de Cercados, destacado na figura 13, ao tempo que 57% também alegaram se deslocarem para Paramirim a fim de serem atendidos principalmente no hospital. Sobre a satisfação com o atendimento, num aspecto geral da zona 87% dos entrevistados se mostram satisfeitos com o atendimento oferecido e os outros 13% alegou estarem insatisfeitos com o atendimento, a insatisfação é referente ao atendimento feito por Paramirim dizendo que faltam médicos.

Na ZONA 5, na localidade de Tanque, no município de Pindaí, todos alegaram serem atendidos na Unidade Familiar do Tanque, ilustrado na Figura 14. Em casos de deslocamento

para Guanambi. Sobre a satisfação com o atendimento, 75% alegaram estarem satisfeitos com o atendimento, contra 25% acreditam que precisaria ocorrer melhorias. Entre os entrevistados teve uma agente comunitária de saúde que destacou a qualidade dos profissionais da unidade de saúde, embora alegue à necessidade de mais investimento por parte da prefeitura.

Figura 13- Unidade de Saúde da Família de Francisco Marcos Santos



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2018.

Figura 14- Unidade de Saúde da Família de Tanque



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2018.

A reorganização dos serviços é colocada como uma das estratégias para viabilizar ações de promoção da saúde, assim como as mudanças na formação e nas atitudes dos

profissionais são requisitos para que as necessidades do indivíduo sejam vistas de uma forma integral.

5.5 Ofertas de serviços voltados para aspectos econômicos e comerciais

No aspecto econômico, foram realizados questionamentos sobre qual era a principal atividade de sustento da família, bem como quais os locais de compra, venda e de serviços bancários. Sobre a atividade econômica, é possível inferir que os entrevistados têm a atividade do campo, principalmente, as voltadas para agricultura familiar, pecuária, artesanato entre outras formas, como a predominante na obtenção de sustento. Embora evidenciem que em virtude das condições sazonais a produção é só para o consumo.

Existe uma parcela significativa de pessoas que exercem atividades pluriatividades, que trabalham no campo e têm outros serviços, como pedreiros, serventes, comerciantes, pecuaristas, e outras atividades de curto tempo como a colheita de cana em outro estado, ressalta-se que essa atividade apesar de voltada ao campo esta vinculada aos empreendimentos agropecuários dedicados à exportação.

Registrou-se um número acentuado de pessoas aposentadas, algumas pessoas com serviços públicos e autônomos como comércio e fretes. Teve casos de moradores relatarem que saem das suas casas para trabalharem nas temporadas de colheita de algumas culturas como a cana e o algodão em outras localidades mais afastadas.

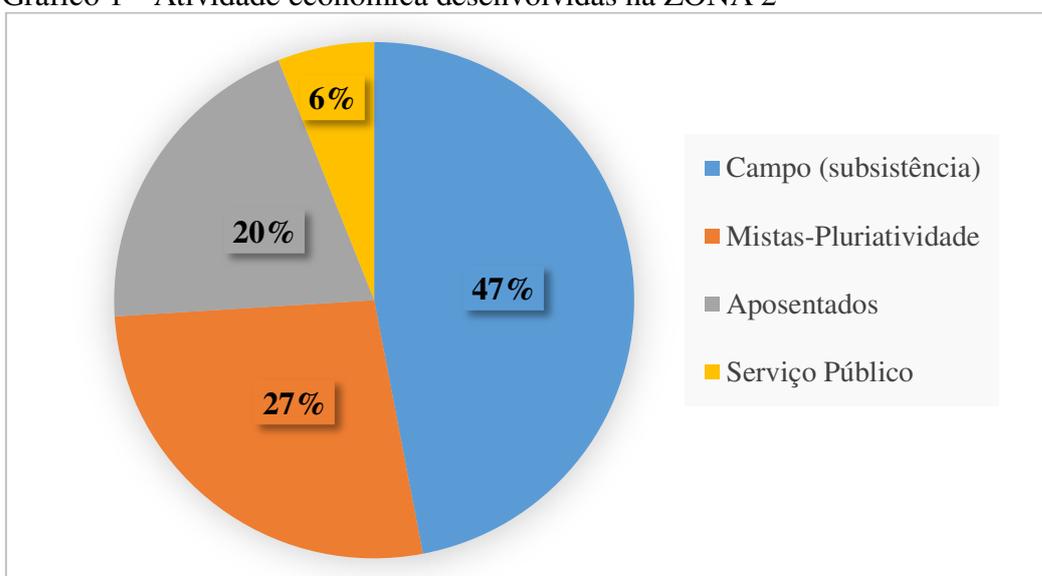
Sobre as compras realizadas e a visita as feiras livres locais, as feiras da sede de Lagoa Real e Licínio de Almeida se destacaram por apresentar baixa frequência regional. Enquanto a feira de Várzea Grande comunidade de Caculé se demonstrou muito popular na região, pois se concentra nas proximidades perto do encontro dos municípios estudados. Nas respostas os municípios também mencionaram as feiras da sede de Ibiassucê, Caculé, Caetité como locais que frequentam.

Na ZONA1, localidade de Garrote, em Ibiassucê, ocorreu uma predominância de pessoas que tem a atividade do campo para obtenção de renda. Embora, um morador tenha destacado que era aposentado mais que continua com agropecuária como fonte de renda. Os entrevistados afirmam que, embora tenham atividade do campo como fonte de renda, nem todos vendem sua produção e ficando para consumo. Apenas 33% manifestaram vender suas produções. Destes, 50% vendem na sede do município de Ibiassucê, e os outros 50% alegaram que vendem sua produção na sede também frequentam a feira de Ibitira, no município de Rio do Antônio. Uma entrevistada que relatou que sua fonte de renda é o plantio e a venda de

hortaliças e temperos na feira livre de Ibitira distrito de Rio do Antônio e na sede de Ibiassucê.

Na ZONA 2, na localidade de Jabuticaba, os valores se assemelham, conforme Gráfico 1, em que 47% dos entrevistados tem atividades voltadas para campo como forma de subsistência. 27% dos entrevistados realizam atividades com pluriatividade, envolvendo produção de biscoitos, bolos e doces. 20% dos entrevistados relataram serem aposentados, mas mesmo assim continuam com algumas práticas de plantação e 6% relataram que vivem de serviço público. Nessa zona percebeu-se um fortalecimento do associativismo, bem como as formas de movimento sociais.

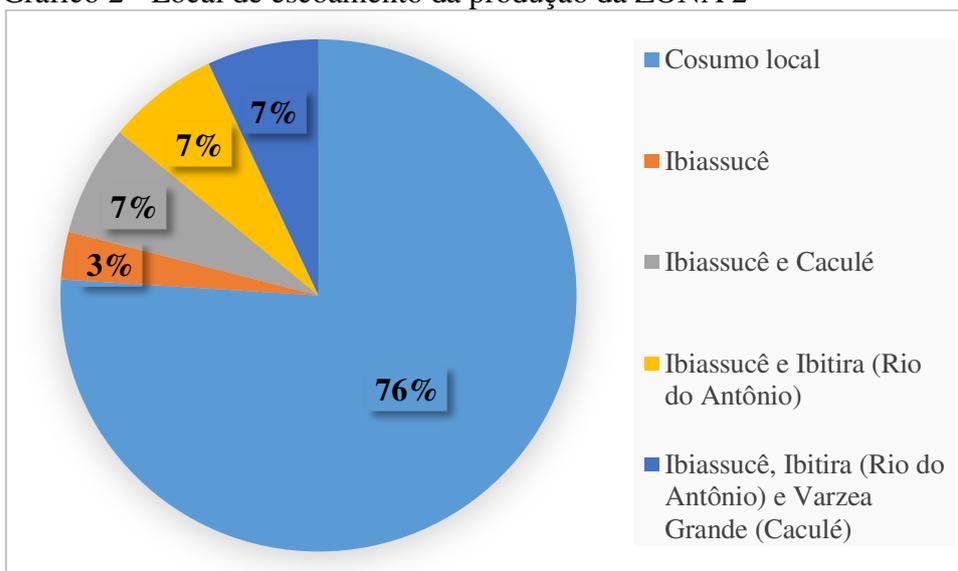
Gráfico 1-- Atividade econômica desenvolvidas na ZONA 2



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro 2018.

A respeito de quem alegou viverem a partir dos frutos do campo ou de alguma criação completando, conforme Gráfico 2, 76% destacaram que a produção é somente para o consumo, 3% vendem na feira da sede em Ibiassucê; 7% optam por levar sua mercadoria para as feiras e mercados tanto em Ibiassucê quanto em Caculé. Outros 7% destinam seus produtos para a sede Ibiassucê e Ibitira (Rio do Antônio), por fim 7% além de Ibiassucê, levam suas mercadorias para o distrito de Várzea Grande, para a sede de Caculé e para Ibitira (Rio do Antônio).

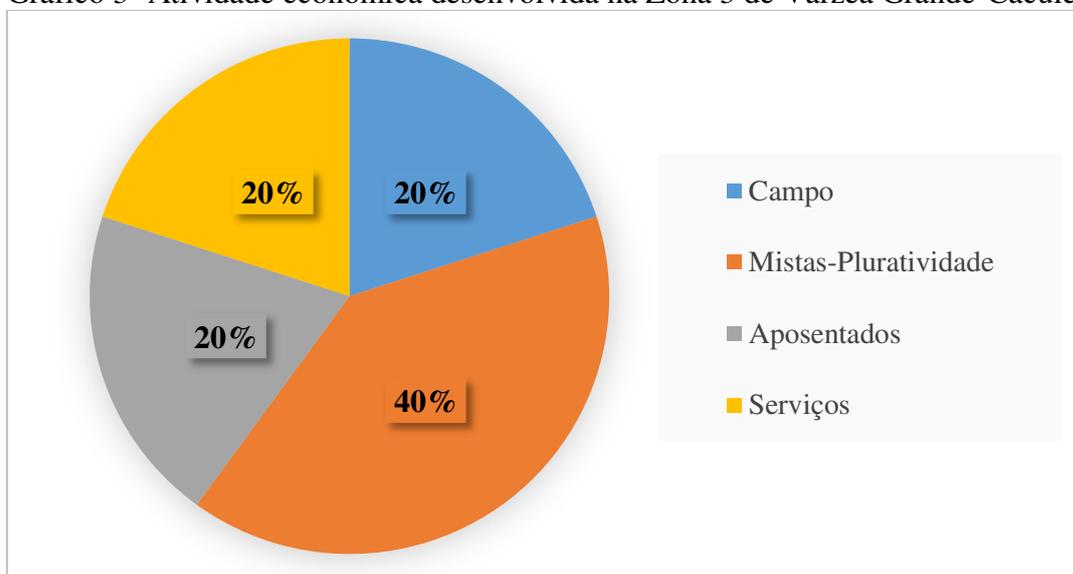
Gráfico 2- Local de escoamento da produção da ZONA 2



Fonte: pesquisa de campo, dezembro de 2018.

Na ZONA 3, na localidade de Várzea Grande, no município de Caculé, apontado no Gráfico 3, 40% admitiram ter atividades mistas de pluriatividade como sustento da família. 20% alegaram ser aposentados e 20% utilizam o campo atividade de subsistência. Outros 20% relataram estarem envolvido com serviços como frete de carro para deslocamento de pessoas, produção, mudanças, comércio e outros artigos. Contudo, todos os que destacaram atividade do campo como fonte de renda. Mencionaram que é voltada apenas para o consumo familiar, mas caso tenha excedente da produção vendem na feira local.

Gráfico 3- Atividade econômica desenvolvida na Zona 3 de Várzea Grande-Caculé

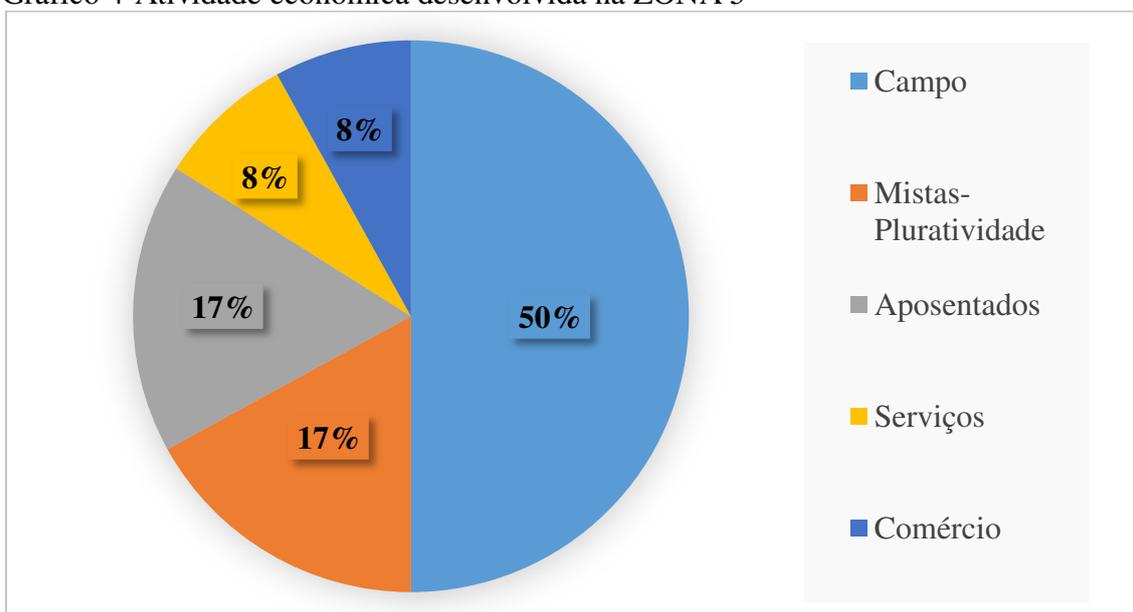


Fonte: Pesquisa de campo, dezembro 2018.

Na ZONA 4, na localidade de Cercados, no município de Caetité, 71% dos entrevistados tinha atividades voltadas para o campo como principal ocupação familiar e os outros 29% relataram ser aposentados, mas continuam fazendo plantação na medida em que as condições climáticas permitem. De todos os que têm envolvimento com suas terras para produção ou criação, 86% afirmaram que a produção é apenas para consumo próprio, porém 14% relataram que em caso de escoamento da produção excedente, se deslocam para o município de Paramirim.

Sobre as atividades de predominância econômica familiar na ZONA 5, na localidade Tanque, no município de Pindaí, os resultados obtidos, demonstrados no Gráfico 4, apontam que 50% dos munícipes voltam-se para atividades corretadas ao campo. Existem também 17% que realizam atividades mistas de pluriatividade e 17% são aposentados. Além disso, teve 8% dos entrevistados afirmaram prestarem serviços como fonte de renda, enquanto 8% dos entrevistados relataram viver a partir do comércio.

Gráfico 4-Atividade econômica desenvolvida na ZONA 5

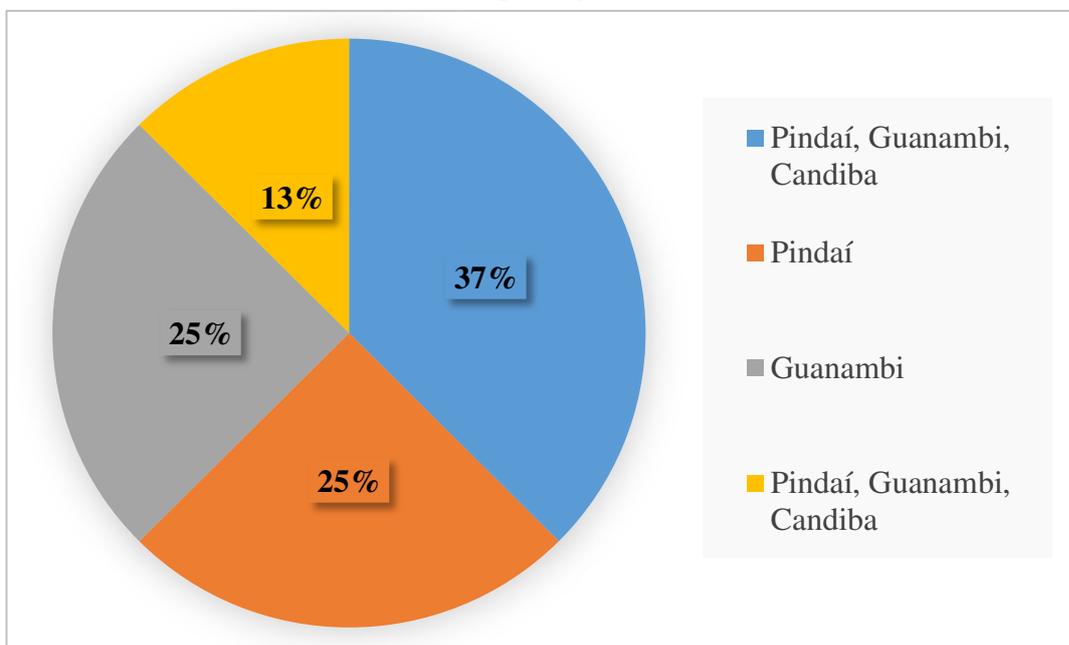


Fonte: Pesquisa de campo, dezembro 2018.

No que diz respeito ao escoamento e venda da produção, o Gráfico 5 mostra que 67% dos entrevistados vendem sua produção e 33% utilizam para consumo subsistência. Dos que vendem sua produção 37,5% destacam que os principais locais de venda são os municípios de Guanambi e a sede de Pindaí, 25% levam apenas para a sede de Pindaí ou vendem na própria comunidade. Outros 25% optam por levarem suas mercadorias para Guanambi e 12,5% dos

entrevistados destacaram que além destes dois municípios, mencionados anteriormente, também levam suas produções para o município de Candiba.

Gráfico 5-Destino do escoamento da produção de Pindaí



Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro 2018.

Na economia moderna, a capacidade de consumo e a demanda de produtos variam de acordo com a necessidade da população, boa parte é destinada às necessidades básicas como, a alimentação, a habitação, transportes, saúde, entre outros. Como foi destacado, a circulação de mercadorias e pessoas para os diversos lugares, é um processo dinâmico e fluído, exigindo que o sistema de transporte seja cada vez mais eficaz, bem como os meios de acesso. Nesse sentido, é possível destacar dois elementos que facilitam a circulação de pessoas e mercadorias: a rapidez e a capacidade de carga dos veículos para transportar grandes volumes e pesos.

A rede apresenta-se como mecanismos de interligação na produção e distribuição de comércio e serviços, no atual sistema econômico capitalista desempenham um papel fundamental na organização da sociedade e na organização do espaço. A integração das redes facilita a organização através das interações no espaço geográfico, percebe-se que os sistemas de redes vêm se multiplicando e encurtando as distâncias entre os processos e as pessoas. Neste contexto de acordo com Corrêa (1997, p. 18) “as cidades se interligam por meio do comércio atacadista, varejista e dos serviços”. Garantindo assim, a integração e funcionalidade da rede urbana, que influencia nas relações rurais. Ainda, segundo o autor,

Em termos genéricos a rede urbana constitui-se no conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. É, portanto, um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós, são diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações os diversos fluxos entre esses centros. (CORRÊA, 1997, p. 93)

As novas relações sócias estabelecidas criam e recriam novos espaços físicos, sociais, econômicos, políticos e culturais. Conforme Santos (1996) o processo de globalização territorializa, desterritorializa e reterritorializa os espaços, uma vez que, os horizontes criados por conter uma homogeneização, a diversidade e a integração. Reproduzem-se as identidades, na mesma proporção em que se torna distinto as experiências e existências nas diversas formas de organização da vida. Particularmente, na área de estudo a existência de fronteiras, limites formais, não desfaz a lógica relacional entre os municípios, em relação às redes sociabilidade e utilização dos serviços.

Diante desse fenômeno de interligação, a feira livre é um elemento de união de vários aspectos, produtos, grupos sociais, costumes que se encontram em um mesmo espaço. Se realizam de formas periódicas, acontecem em espaços públicos, onde as pessoas realizam trocas comerciais de mercadorias, com a finalidade de garantir suas condições materiais de vida. Estimula a comercialização de produtos e o escoamento da produção agrícola, incentivando crescimento local. Entretanto cada localidade, cada feira livre apresenta características próprias, embutidas de um alto grau de diversidade. O fluxo constante de pessoas e as relações que são estabelecidas na feira de comércio, informação e conversa informal entre os vários integrantes que compõem a um espaço, que se transforma a todo o momento, acompanha os fenômenos sociais contemporâneos.

Assim, a feira é um ponto de encontro de reuniões e fluxos de pessoas, mercadorias, informações, capitais, com diferentes dimensões socioespaciais, sendo realizada em ruas, praças ou terrenos baldios, com produtos expostos em barracas ou no chão, intercaladas geralmente no intervalo de uma semana, ou num período menor, que podem ter uma área de influência local ou regional. Local de abastecimento, uma vez que pode ser encontradas variedades de produtos a serem comercializados, organizados em barracas e em setores de acordo com a espécie de mercadoria.

Sobre as feiras livres realizadas na região, a pesquisa ousou tentar ter uma percepção da lógica de circulação dos munícipes em relação os espaços de comercialização de produtos, a fim de estabelecer uma rede de ligações que pudessem levar a padrões de centralidades. Para uma visualização acerca da lógica de frequência das feiras segue o Quadro 9 mostra as

principais feiras encontradas na pesquisa, tanto sedes municipais como, núcleos rurais urbanizados, associadas aos seus respectivos dias de realização.

Quadro 9- Dias de realização de feira na região

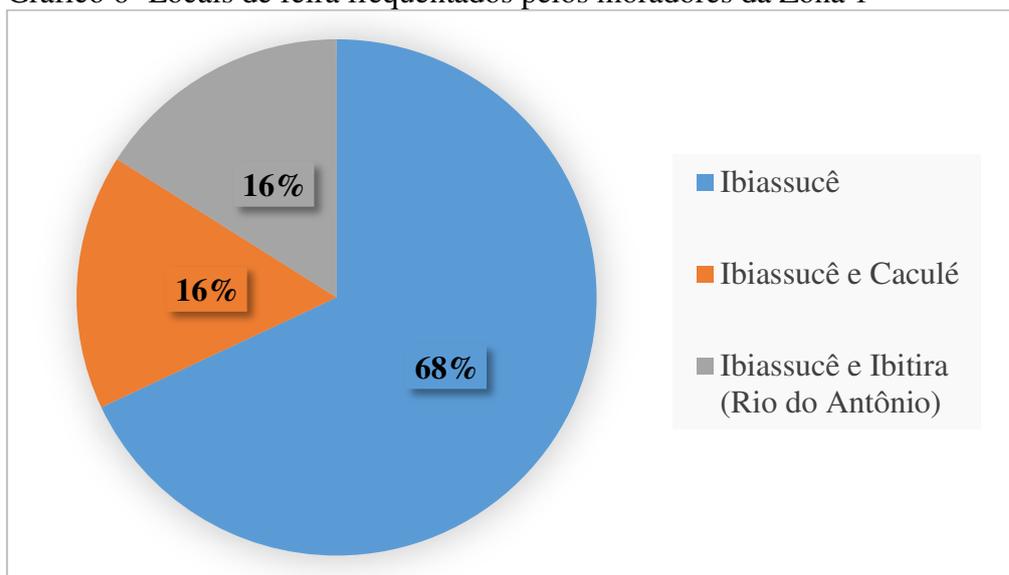
| LOCALIDADE/MUNICÍPIO | DIAS DE FEIRA LIVRE |
|-----------------------------|--|
| Ibitira-Rio do Antônio | Segunda-feira |
| Várzea Grande-Caculé | Domingo |
| Paramirim-SEDE | Sexta-feira e Sábado |
| Caculé-SEDE | Quarta-feira |
| Ibiassucê-SEDE | Sábado |
| Guanambi-SEDE | Sábado |
| Pindaí-SEDE | Domingo |
| Urandi-SEDE | Sexta, Sábado |
| Candiba-SEDE | Sábado |
| Caetité-SEDE | Segunda-feira, Quarta-feira, Quinta-Feira e Sábado |

Fonte: Pesquisa de campo e impressas locais

A partir dessa lógica relacional associada à feira, é presumível um grande movimento comercial na região nos dias de sábado, pois seis das feiras descritas se realizam nos dias de Sábado. A preferência na escolha da feira decorre por motivos vários como, distância afetividade entre outros. E permite a possibilidade de iria realizar suas compras em vários dias da semana.

Com base nos resultados, exposto no Gráfico 6, na ZONA 1, 68% dos munícipes frequentam a feira local de Ibiassucê nos dias de sábado, tanto para vendas quanto para compras semanais. Dentre os entrevistados 16% afirmaram que além de frequentam a feira local se desloca até a feira da sede do município de Caculé nas quartas-feiras e outros 16% frequenta a feira de Ibiassucê, mas optam por se deslocarem para a feira livre de Ibitira, distrito de Rio do Antônio, nas segundas-feiras.

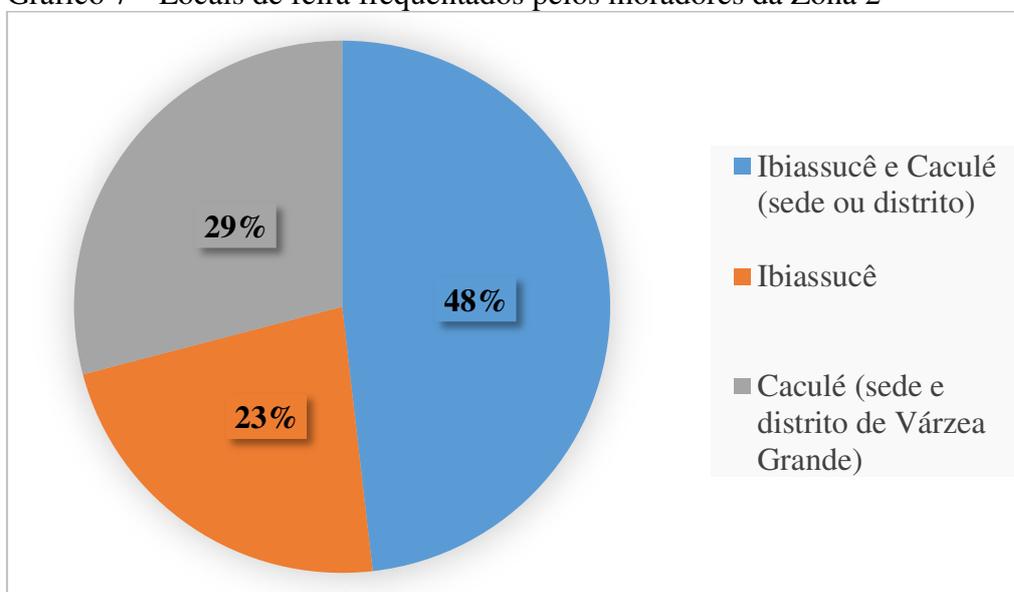
Gráfico 6- Locais de feira frequentados pelos moradores da Zona 1



Fonte: Pesquisa de campo dezembro de 2018

No caso da ZONA 2, resultados expostos no Gráfico 7, 48% dos munícipes envolvidos na pesquisa relatou que frequentam as feiras livres de Ibiassucê e Caculé para fazerem compras. Vale destacar que ao mencionar Caculé não destacaram sede ou o distrito de Várzea Grande. Apenas 23% destacou frequentarem somente a feira de Ibiassucê e 29% destacou que frequentam a feira da sede de Caculé e do distrito de Várzea Grande.

Gráfico 7-- Locais de feira frequentados pelos moradores da Zona 2



Fonte: Pesquisa de Campo, dezembro de 2018.

Na ZONA 3, como era de se esperar, todos realizam suas compras e frequentam a feira livre na localidade, realizada aos domingos, destacando que às vezes vão à sede de Caculé.

Na ZONA 4, dos entrevistados 71% afirmaram frequentar a feira e fazerem suas compras tanto em Caetité quanto em Paramirim, na Figura 15, e os outros 29% dos entrevistados só frequentam a feira de Caetité, que acontece quatro vezes por semana, nas segundas-feiras, quartas-feiras, sextas-feiras e no sábado. Segundo a imprensa local “a feira-livre de Paramirim é famosa pela sua diversidade em alimentos, gastronomia, artesanato, roupas e calçados” (DOMICIO, 2018).

Figura - 15– Vista da Feira livre de Paramirim

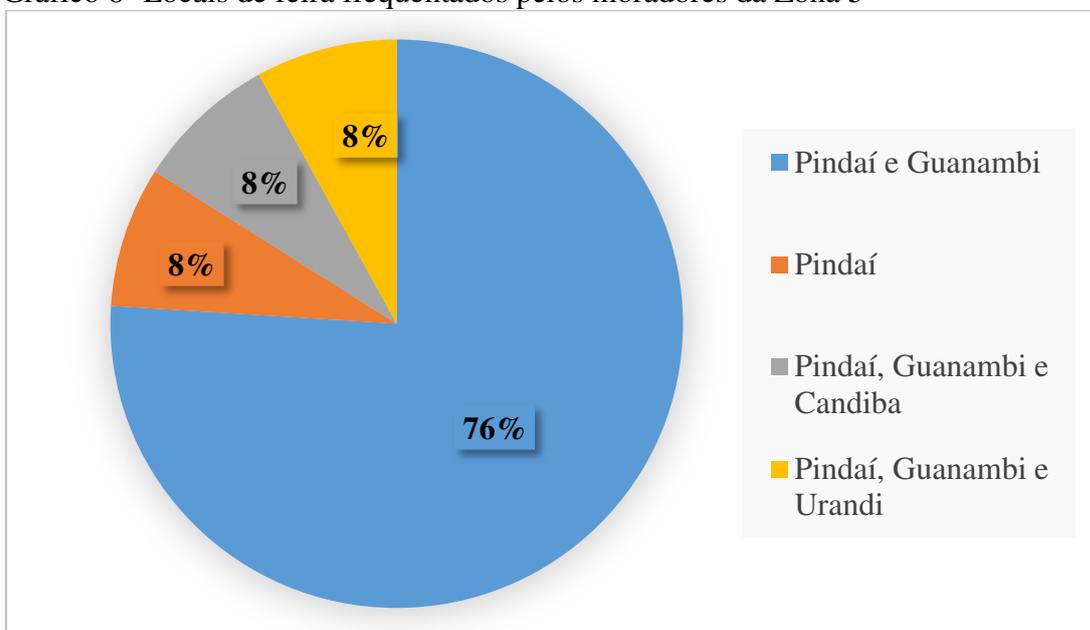


Fonte: DOMICIO, 2018 (Fotoblog: Viagem & Turismo).

Por fim na ZONA 5, os resultados apresentaram dados, demonstrado no Gráfico 8, que levam a entender um grande deslocamento em relação a compras e frequência nas feiras livres vizinhas. Dentre os entrevistados 76% destacaram que frequentam as feiras de Pindaí e de Guanambi, enquanto 8% optam por frequentarem apenas a feira de Pindaí no sábado, na mesma medida que os 8% dos municípios entrevistados optam por frequentarem tanto a feira de Pindaí quanto a de Guanambi no sábado, como também vão as feiras de Candiba aos

sábados e outros 8% além das feiras de Pindaí e Guanambi desta vez optada por se deslocarem para a feira de Urandi.

Gráfico 8- Locais de feira frequentados pelos moradores da Zona 5



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2018.

Em relação ao fluxo de capital financeiro relativo ao uso de serviços bancários, observa-se que existem algumas pessoas que manifestaram não terem nenhuma conta em banco, alguns idosos, por exemplo, recebem seu benefício social e não tem conhecimento de terem contas bancárias.

No caso da ZONA 1, 67% dos entrevistados alegaram não terem conta no banco. Após análise do perfil de idades, notou-se que um entrevistado era aposentado e que recebia seu benefício na Agência de Banco privado de Caculé. Apenas 33% dos entrevistados destacaram terem conta no banco, sem movimentação, na agência do Banco público em Ibiassucê apenas para participarem de programas sociais relativos à produção agrícola.

Na ZONA 2, em Ibiassucê, 20% destacou que não faziam uso de serviços bancários, enquanto que 80% dos entrevistados possuíam contas. Destes 67% mencionaram que abriram suas contas no Banco público no município de Ibiassucê, e alguns relataram terem contas em banco público que pode ser aberta em qualquer Lotérica ou banco privado, em Caculé. Por fim, 33% mencionaram que abriram suas contas em Banco público no município de Caculé.

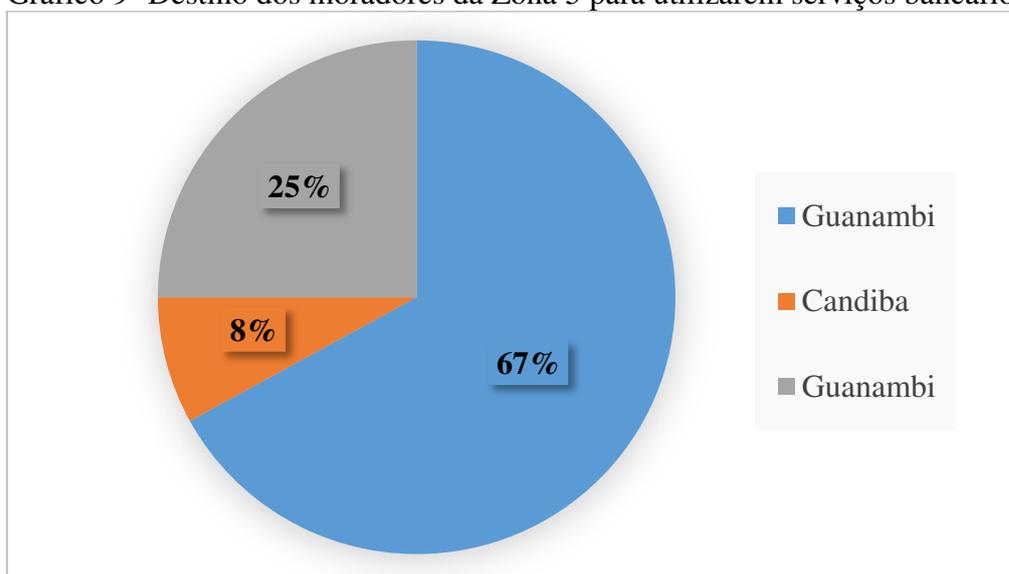
Na ZONA 3, acontece o mesmo fato da primeira zona, em que um morador aposentado alega não ter conta no banco, mas recebe o benefício social em banco privado,

tendo que se deslocar até na sede Caculé. Dos entrevistados 60% alegaram não fazer uso de serviços bancários, com sua renda voltada para o campo e serviços variados. Outros 40% dos entrevistados afirmaram possuir contas no município de Caculé, mencionaram que fazer uso de agência bancária, mas não relataram quais.

Na ZONA 4, apenas 29% dos entrevistados destacaram não possuírem conta em bancos. No entanto dos que afirmaram possuírem conta no banco, 80% vão à sede de Caetité a fim de fazer uso das suas contas bancárias e 20% se deslocam tanto para Caetité e/ou para Paramirim, o que leva pensar a existem de contas diversas.

Na ZONA 5, todos alegaram terem contas bancárias, destes 67% destacaram o deslocamento para a sede Pindaí na agência do banco público. Dos munícipes 8% destacaram irem a Candiba para usufruir das contas bancárias e os 25% mencionaram terem conta em Guanambi no Banco público, justificando a necessidade de possui conta nesse banco para da entrada em empréstimos para produção, conforme Gráfico 9.

Gráfico 9- Destino dos moradores da Zona 5 para utilizarem serviços bancários



Fonte: Pesquisa de campo, dezembro de 2018.

Ao analisar os locais em que os munícipes frequentavam para terem acesso as suas contas bancárias, remete a questão de movimento financeiro que acaba influenciando o fluxo comercial, na circulação de mercadorias e de pessoas para usufruírem de produtos e serviços. Esse uso dos serviços materializados no espaço territorial remete as discussões de centralidades a serem discutidas no próximo tópico.

5.6 Fluxos intermunicipais e centralidades

Retomando as discussões de Hissa (2005) sobre a centralidade no território, as relações são estabelecidas com o meio através de uma fluida trama de conexões linhas e nós que unem vários municípios. Carlos (2007) associa essa centralidade às relações de comércio e desenvolvimento do urbano. Contudo, para se dá essa lógica é necessário que as relações primárias da produção agrícola no campo ocorram para que o escoamento da produção possa ser feito nos núcleos mais urbanizados. Além disso, a autora destaca que,

Os momentos de produção do espaço geram centralidades diferenciadas em função do deslocamento do comércio, dos serviços e do lazer. Essas transformações decorrentes das funções dos lugares da cidade geram o que chamo de “centralidades móveis” - movimentação no espaço metropolitano de centros geradores de fluxo assentadas nas novas formas de comércio e dos serviços modernos. (CARLOS 2007, p.15)

Por sua vez, essas relações comerciais influenciam a valorização/desvalorização dos espaços, acentua até desigualdades. Segundo Lopes e Henrique (2010) as cidades do Nordeste, em maioria são cidades pequenas possuem similaridades, principalmente no que se refere às relações do campo com a cidade, em que:

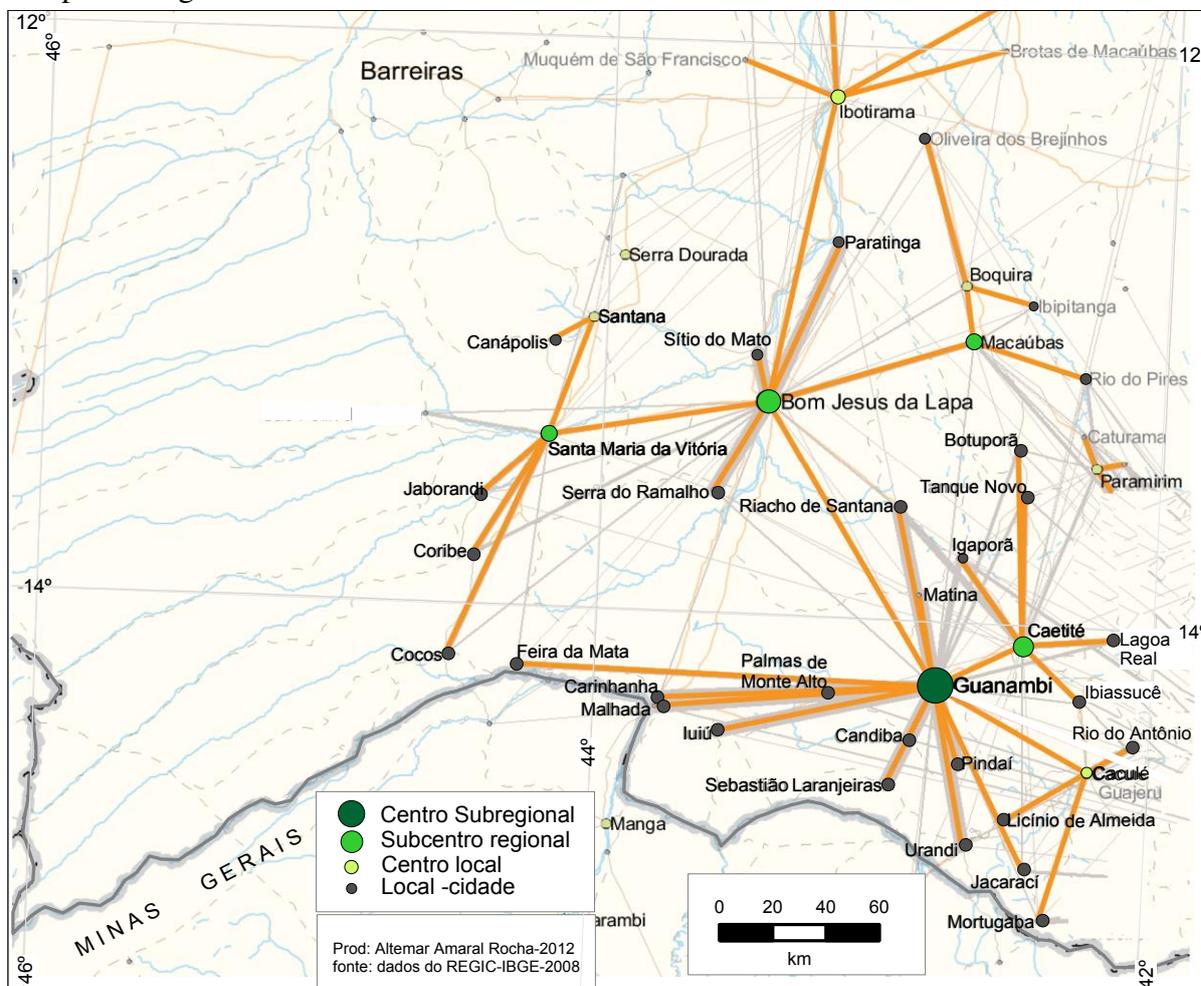
[...] a agricultura e a pecuária aparecem como os principais componentes econômicos, assim como a incipiente oferta de serviços e ainda um comércio bastante restrito, especialmente naquelas de menor contingente populacional. Nas cidades acima de 50 mil habitantes, tanto os serviços como o comércio são mais diversificados, sendo reveladores da centralidade desses núcleos. (MAIA, 2010, p.29)

A partir desse cenário, Maia (2010) menciona a fragilidade das cidades pequenas e sua dependência em recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e acrescenta que parte da economia dos municípios pequenos com pouca população (menores que 20 mil habitantes) e pouca oferta de serviços, principalmente no núcleo urbano, provém da gestão da economia rural ou de recursos da União.

Diante das análises cabe destacar as conexões presentes no Mapa 19 e perceber as áreas de influência regional tendo como base os serviços mencionados. Guanambi, apesar de não ser da área de estudo destaca-se como centro subregional, devido ao processo de uso dos serviços saúde, educação, oferta de emprego entre outros pelos municípios vizinhos. Os

municípios de Bom Jesus da Lapa, Macaúbas e Santa Maria da Vitória, foram destacados por serem subcentros regionais que recorrem ao município de Guanambi.

Mapa 1 - Regiões de Influência das cidades estudadas em 2007



Fonte: Dados do REGIC-IBGE 2008
Elaboração: ROCHA, Altemar Amaral.

No âmbito dos municípios estudados o maior polo encontrado é o Caetité como subcentro regional, principalmente em se tratando dos aspectos educacionais, médicos e de ordem legal (cartórios, serviços jurídicos, bancos, entre outros aspectos). Enquanto Caculé demonstrou ser centro local, os demais municípios podem ser caracterizados como cidades locais. Demonstra a dependência de Licínio de Almeida, Ibiassucê e Pindaí na utilização dos serviços de Caetité e Guanambi. Os fluxos aqui estabelecidos são meios de interligação e comunicações entre os núcleos urbanos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Oh! Pacato Cidadão
Eu te chamei a atenção
Não foi à toa, não
C’est fini la utopia
Mas a guerra todo dia
Dia a dia, não...”*

*Trecho da música **Pacato Cidadão** do Skank*

Tradicionalmente, as relações sociais sempre formaram um elo constante na dinâmica territorial. Assim, a pesquisa buscou desvendar, parcialmente, os problemas ocorridos a partir da redefinição dos limites municipais, destacando as relações de pertencimento e identidade territorial construídas, principalmente, em decorrência da oferta de serviços. Atrelando as noções de centralidades, a oferta de serviços promove o fortalecimento das tramas de nós, compreendidos como pontos de ligação, a exemplo dos centros regionais. Porém nessa lógica de serviços públicos implicam, diretamente, na gestão e na arrecadação municipal.

Ao pensar na questão de controle e administração territorial, o posicionamento de Raffestin (1993), que para controlar é necessário conhecer e delimitar o território, resume a linha analítica percorrida. Em consonância, para a delimitação existe a necessidade da definição de limites e fronteiras. Apesar da ambiguidade presente nos sentidos destes conceitos, muito se difere no plano teórico. No decorrer do texto, as características dos limites foram desveladas, pelo viés político administrativo como normatizador, por ser aquele que promove a separação. Paralelo a isso, nas fronteiras, as relações seriam solidificadas, podem ser ultrapassadas, em outras palavras seria a versão tangível do limite.

Foi necessária uma análise dos aspectos históricos que levaram aos processos de regionalização brasileira e as implicações nas divisas recentes. Para tanto, foi abordado à importância histórica do município, tangenciando os aspectos da organização desde os primórdios do “achamento” do Brasil até o atual ordenamento jurídico que incube autonomia administrativa aos municípios, perpassando dos aspectos estaduais para os municipais.

Nas relações intermunicipais, foi possível observar a fluidez territorial e a importância das redes na mobilidade territorial através da interligação dos locais, trocas de mercadorias, movimento de pessoas e capital financeiro. O que torna os limites e fronteiras cada vez mais fluídos, a partir das redes de circulação e comunicação.

A segunda seção foi dedicada à análise cartográfica da delimitação territorial e o uso das geotecnologias se mostrou um importante instrumento para conhecimento dos territórios

evitando ou sanando as inconsciências nos limites. Ainda se fez um histórico evolutivo dos limites municipais baianos, ilustrados por mapas da SEI, afunilando até os conflitos em lócus de análise, a saber: Caculé, Caetitê, Ibiassucê, Licínio de Almeida e Pindaí.

A correlação entre as cinco zonas de conflito encontradas permitiu identificar o grau do sentimento de pertencimento dos habitantes das áreas afetadas com os novos limites e avaliar a oferta de atendimento dos serviços aos municípios com foco nas centralidades. Possibilitou, também, apontar as implicações de gestão e de arrecadação pública dos municípios frente aos conflitos existentes.

Diante dos resultados da pesquisa, o fenômeno mais espantoso se deu no distrito de Várzea Grande que era cortado ao meio pelo limite entre os municípios de Caculé e Licínio de Almeida. Tal fenômeno se justifica pelo fato da utilização de fronteiras secas, linhas retas e não por fronteiras naturais que optam por elementos da natureza que contornassem a comunidade, como o relevo ou rio. Para tanto, a reconfiguração territorial possibilitada pela Lei Estadual nº 12.608 de 27/12/2012 veio a sanar esse conflito.

Cabe destacar que, diante dos aspectos observados, os limites oficiais acabam não sendo os mesmos praticados e as fronteiras são ultrapassadas, ao passo que, as relações de territorialidades são ampliadas. O processo de ocupação territorial baiano (territorialização) se dá a partir do padrão de mobilidade e expansão territorial. A mobilidade territorial demonstrou ter um caráter influenciador no processo de territorialização na área de estudo, pois cria redes que interligam e facilitam o intercâmbio econômico e social. Nessa trama de rede de nós, os centros de influência hierárquica demonstram, conforme exame dos dados, ser em Guanambi, se levado em consideração os aspectos que permeiam a saúde e a educação; e em Caetitê no aspecto educacional e de vendas devido a centro um centro polarizador com influência regional.

Sobre o pertencimento e as principais questões encontradas, observou-se uma diversidade entre os cenários de análise, na:

- Zona 1: os municípios entrevistados da comunidade de Garrote revelou não terem conhecimento sobre modificações territoriais e relataram estarem satisfeitos com a oferta de serviços no município de Ibiassucê
- Zona 2: os municípios entrevistados das comunidades próximas a Jabuticaba- Ibiassucê e Barragem da Cana-Caculé a grande maioria relatou terem conhecimento de algumas modificações, destacaram que os documentos das terras são de um município mas todos sua construção social é de outro. Em se tratando de serviços mesmo com a dualidade todos se mostram satisfeitos.

- Zona 3: os munícipes entrevistados da comunidade de Várzea Grande relataram que apesar da cidade ser “cortada”, sendo metade de Lício de Almeida metade do Caculé, se sentem pertencentes a Caculé, inclusive alegam que pessoas das comunidades mais próximas oficialmente de Lício de Almeida acabam por frequentar a comunidade e fazer uso dos seus serviços devido a distância da sede municipal.

- Zona 4: os munícipes entrevistados das comunidades de Cercados, Lagoa dos Criolos e Vereda dos Caires, ambas de Caetité, apresentaram maior dificuldade em definir a qual município pertencem e acabam por frequentar tanto Caetité, município atual como também Paramirim o município anterior. Nessa perspectiva registrou-se uma insatisfação com os serviços ofertados pelo município de Caetité, alegando a distância. Ainda dos que eram atendidos em Paramirim registram algumas dificuldades, principalmente, em atendimento médico.

- Zona 5: os munícipes entrevistados das comunidades de Tanque e Bela Vista de Tanque-Pindaí manifestaram não terem conhecimento de conflitos territoriais envolvendo a localidade em que moram. Alegaram saber da proximidade com a divisa com Guanambi e Candiba, bem como afirmaram, apesar das dificuldades, principalmente oferta de trabalho, eles gostam da localidade, podem até frequentar outros lugares, mas seu sentimento de pertença está associado ao município de Pindaí.

Do ponto de vista administrativo que envolve o bem-estar social, o provimento de segurança, controle e gestão, notou-se alguns descontentamentos por parte dos munícipes em relação aos serviços ofertados pela gestão administrativa. Uma das principais queixas foi relacionada com a oferta de saúde. Relataram que o atendimento pode ser de qualidade, mas acaba sendo insuficiente, devido a pouca oferta de profissionais e equipamento. A distância, nesse caso, impede um atendimento rápido ou faz com que muitos munícipes frequentem dois ou mais municípios em busca de assistência. Faz-se uma ressalva sobre o atendimento, no aspecto das unidades de saúde na comunidade ou nas comunidades vizinhas e no plano educacional, apesar da maioria ter revelado estar satisfeita poderia ter melhorias, visto que estas são sempre bem-vindas.

Em relação aos aspectos econômicos, notou-se que as atividades agrícolas e pecuaristas voltam-se para subsistência. Como, também, para a produção de hortaliças, produção de doces e bolos, sendo essa última desenvolvida em conjunto nas associações locais. Sobre essa participação social, algumas lamúrias foram feitas mediante a precariedade e necessidade de atos para fortalecer as associações.

Notou-se a falta de esclarecimento popular acerca dos limites legais dos municípios, bem como não foi relevante o percentual envolvendo participação social nas discussões política e na cobrança por esclarecimentos que afligiam as localidades. Cabe enfatizar que, caso não ocorram esclarecimentos para motivar a atuação popular, dar-se-á a continuidade dos problemas envolvendo os municípios. Para tanto, as noções de cidadania envolvem a participação popular nas decisões políticas, visto que o papel original da cidadania é possibilitar que o cidadão participe da resolução de conflitos presentes no seu cotidiano.

Para que ocorram os esclarecimentos do território municipal frente a população local é necessário que a gestão pública realize estudos sobre o território que contemplem um mapeamento preciso da área. Esse aspecto se faz relevante, pois os problemas envolvendo a escassez de material cartográfico em alguns municípios, sendo necessário a construção de mapas para realização do estudo.

Cabe salientar que este trabalho passou por algumas dificuldades, tanto na área de representação técnica, quanto no ponto de vista da execução da pesquisa de campo. Sobre a parte técnica, a dificuldade voltou-se para incompatibilidade de bases cartográficas para delinear o recorte territorial estudado; e no plano empírico, optou-se por esperar passar o período eleitoral para que não ocorresse influência dos discursos políticos. Contudo, os meses de novembro e dezembro foram marcados pelo início do ciclo chuvoso nos locais visitados, inviabilizando algumas rotas com trecho não pavimentados.

No plano metodológico a escolha dos autores possibilitou um melhor delineamento dos temas, as contribuições permitiram articular os fenômenos encontrados em escala local com os de esferas mais amplas. As análises de o Luquini (2014) embasaram as questões relativas as definições de limite, destaca que o desrespeito as linha jurídicas, ultrapassadas pelos atores sociais acarretará em uma sobreposição administrativa. Questões que ultrapassam os limites adquire nos sentidos e dimensões.

Os resultados buscaram demonstrar o êxito da pesquisa, mediante análises teóricas, exame dos dados e inferências sobre os impactos dos novos limites nos municípios e seus desdobramentos, ocasionando estudos futuros.

Para tanto, questões de ordens práticas para resolução dos conflitos territoriais serão sugeridas como formas de sanar as inconsistências, principalmente, no quesito de representação espacial e auxiliar na gestão frente aos conflitos por território. A problemática torna-se evidente, uma vez que, quando se altera as divisas de um determinado território do município, as relações existentes tendem a mudar para adaptar as novas configurações espaciais, o que implica em novas relações da sociedade com o novo limite territorial. No

aspecto geral, foram analisadas algumas vertentes e, nos limites do trabalho, tentou preencher lacunas em relação à redefinição dos limites municipais, especificamente os dilemas dos municípios.

A cidadania se dá mediante a participação social, sugere que a população das áreas estudadas, num panorama geral, deveria participar mais das discussões territoriais. Assim, devido à falta de esclarecimentos à população fica condicionada a utilizar o território, criando uma dinâmica de interação com ambos municípios possibilitado, em parte, pela facilidade de uso dos serviços. O sentimento populacional de bipolaridade territorial oscila no sentimento de pertencimento e identidade territorial. Os limites nos parâmetros legais acabam não sendo os mesmos na prática, as fronteiras são ultrapassadas ao tempo que as relações de territorialidades são ampliadas.

A falta de informação sobre o território municipal dificulta a administração dos fundos de participação, bem como acarreta na sobreposição da oferta serviços em algumas áreas, enquanto outras áreas são esquecidas. Tendo em vista os aspectos observados, a pesquisa ousa sugerir propostas que, dentro do cenário encontrado, possam vir a contribuir com esclarecimentos à população e auxiliar na administração do território municipal.

- Inicialmente é necessário estudos sobre o território para a elaboração de um projeto de mapeamento cartográfico. Pode ser realizado por meio estudos de campos a fim de coletar as coordenadas e inserir em programas de edição de mapas, associados as base de dados cartograficas disponíveis pela SEI e pelo IBGE. Para construir de um banco de dados com bases compatíveis aos órgão e em diferentes escalas gráficas. Essa demanda se dá a partir do momento que o município altera suas divisas e implica na construção de novos mapas, novos limites implicam em novos mapas. Alguns municipios só possuíam os mapas construídos pelas SEI nos anexos da Lei Estadual nº 12.057 que atualiza o território baiano em 2011.

- Apenas a elaboração de mapas não resolve as questões envolvendo conflitos municipais, no plano social, mas no plano de gestão administrativa. Os esclarecimentos junto aos órgãos públicos permitirá o conhecimento das comunidades pertencentes ao município, e quais necessitam de ampliação de assistência social ou realocação da oferta para outras comunidades, para que não ocorra sobreposição de assistência em um local enquanto outro não é assistido. Esse estudo também seria viável nos aspecto de incentivo e crescimento econômico local. Junto à população se faz necessário um processo de concientização social, que pode ser iniciado pela publicação dos materiais cartográficos através de *outdoors*, divulgação pelos meios de comunicação típicas (rádios, carro de som e mídias sociais), além de se aproximarem das escolas, associações, cooperativas por meio de palestras. A realização

de audiências públicas seriam um importante elemento de retorno do posicionamento popular, e exposição das medidas adotadas pela gestão administrativa. Para tanto, o sentimento de participação sócio-política deveria ser estimulado para que a população não apenas saiba dos problemas como também interaja e se posicione frente ao que acometem o município.

- Diante do clamor popular, o fortalecimento das associações comunitárias e sindicatos seria, também, um mecanismo de desenvolvimento socioeconômico no município. Projetos de estímulo às produções locais como artesanato, comidas típicas, entre outros aspectos, promoveria a valorização da cultura rural, bem como, estimularia o escoamento da produção agrícola e empoderamento dos seguimentos sociais, como movimento de mulheres camponesas e movimentos sociais.

- Do ponto de vista administrativo, segundo a população registrou, existe a necessidade de melhorias nos serviços como saúde, educação, lazer, segurança, e principalmente oferta de trabalho, bem como um plano diretor que beneficie todo o município, incluindo as zonas rurais. Seria interessante uma reestruturação da oferta de serviços, visto que o conhecimento do território, permite uma realocação dos fundos de arrecadação que viabilizem a manutenção de postos de saúde, no que tange à ampliação do atendimento de profissionais especializados, na área da saúde e educação. O fator segurança é refletido na qualidade de equipamentos, na manutenção das vias de acesso e assistência de policiamento. Infelizmente o lazer é esquecido e muitas vezes desvalorizado, tal prerrogativa pode ser sanada com instalação de equipamentos de interação como praças, quadras, promoção de grupos de interação e fortalecimento de vínculos. Instalar sinal de operadoras telefônicas, que promovam a interligação das comunidades locais rurais com as demais localidades baianas.

- Por fim, a mobilidade territorial adquiriu um caráter que estimula o processo de territorialização, vínculos com o território, isso graças a facilidade de acesso aos municípios locais, em toda variedade de serviço. Para tanto, poderia serem estimuladas as redes de interligação, através dos meios de transporte, comunicação e financeiro.

Diante do exposto, apesar desta pesquisa trazer aspectos parciais sobre a problemática, espera-se contribuir nas discussões territoriais. Ademais os conflitos são recorrentes no processo de organização do território e dos vínculos de pertencimento para com ele tanto em esferas nacionais quanto em esferas locais. Ou seja, estando sempre no campo das discussões, permeando novos estudos do tema. Porém esta pesquisa se exime da responsabilidade de aplicação prática das propostas descritas, ficando no campo da contribuição sócio-educativo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Paulo Roberto. CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. **A importância da cartografia escolar e do SIG nas disputas territoriais e nas disputas cartográficas.** Revista Brasileira de Cartografia No 62/03, 2010. (ISSN 0560-4613) 443-549.

ALBUQUERQUE, Paulette Cavalcanti de; STOTZ, Eduardo Navarro. **A educação popular na atenção básica à saúde no município: em busca da integralidade.** Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v.8, n.15, p.259-74, 2004.

BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. Geografia em Movimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. **Território de Identidade.** Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/mapa_territorios.html>. Acesso em: abril de 2014.

BAHIA. **PPA 2008/2011.** Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/ppa2008/2011>> Acesso em: agosto de 2014.

BAHIA. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável – PTDRS.** Bahia. 1ª edição – dezembro de 2010.

BAHIA. **Lei nº 12.057, de 11 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a Atualização das Divisas Intermunicipais do Estado da Bahia, e adota providências correlatas. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, n. 20.459, 12 jan. 2011. c. 1. p.1.

BAUER, Thomas. CPT Bahia ajuda comunidades impactadas por projeto de mineração a criarem mapas georreferenciadas com a delimitação de áreas de uso comum. **Comissão Pastoral da Terra.** 17 de junho 2014. Disponível em <<https://bit.ly/2MDk6hl>> acesso novembro 2018.

BORGES, André Ferreira, et al. **Métodos de cartografia e geoprocessamento aplicados na gestão de inconsistências de limites intermunicipais - estudo de caso entre Nova Lima e Belo Horizonte, MG.** Geografias: Artigos Científicos. Belo Horizonte, 01 de julho- 31 de dezembro de 2015. Vol. 11, nº 2, 2015.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Transferências governamentais constitucionais.** Brasília: TCU, Secretaria de Macroavaliação Governamental, 2008. 75 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade.** São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato Org. **Geografia: conceitos e temas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertant Brasil, 2000.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: território, escala de ações e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAVALCANTI, Agostinho Andrade Paula Brito; VIADANA, Adler Guilherme. Fundamentos históricos da geografia: contribuições do pensamento filosófico na Grécia antiga. In: GODOY Paulo R. Teixeira de. **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. ISBN: 978-85-7983-127-0. Disponível em <<https://bit.ly/2YNrRqM>> acesso em julho de 2017.

CATAIA, Márcio Antônio. Fronteiras: Territórios em Conflitos. Transcrição da mesa-redonda “Fronteiras: Territórios em Conflitos” do **XIII Encontro Paranaense de Estudantes de Geografia (EPEG)**, apresentada na noite de 23 de maio de 2008, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Marechal Cândido Rondon. Transcrito por Diane Daniela Gemelli, Djoni Roos, Erwin Becker Marques, Gabriel Rodrigues da Silva, Leandro Daneluz Gonçalves e Leandro Neri Bortoluzzi.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **Reterritorialização e Identidade Territorial Sociedade & Natureza**. Uberlândia, 22 (1): 165-180, abr. 2010.

CIGOLINI, Adilar Antônio; e NOGUEIRA, João Francisco M. Territorialização e a criação de novos estados no Brasil. **XII Colóquio Internacional de Geocrítica: Lasindependencias y construcción de estados nacionales: territorialización y socialización, siglos XIX-XX**. Bogotá, 7 à 11 de maio de 2012. Disponível: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/01-A-Cigolini.pdf>> acesso em: 23 de outubro de 2013.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.

COMISSÃO DA PASTORAL DA TERRA. **Caderno de conflitos no campo 2013**. Goiânia: CPT, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato Org. **GEOGRAFIA: CONCEITOS E TEMAS**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertant.

DOMINGUES, Wilson Francisco. A evolução dos municípios nas constituições brasileiras sob a perspectiva de sua autonomia. In: CONPEDI. Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito CONPEDI/ UFMG/ FUMEC/Dom Helder Câmara (Org.). **Teoria e filosofia do Estado**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. ISBN: 978-85-5505-134-0. Disponível em <<https://bit.ly/2WOxPpM>> acesso fevereiro de 2018.

DOMICIO, Marcos. **Conheça a Feira Livre de Paramirim**. Fotoblog: Viagem & Turismo. Publicado em 31 dezembro 2018. Disponível em <<http://domicio.info/fotoblog/viagem-turismo/conheca-a-feira-livre-de-paramirim>> acesso fevereiro de 2019.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes. Traduzido por: Eduardo Brandão, 1999.

FABRIS, Paulo R. **Um Debate Acerca da História do Município no Brasil**. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.03, v.1, junho. 2008. pp.71-95.

FÁVERO, Edison. **Desmembramento territorial: o processo de Criação de municípios – avaliação a partir de Indicadores econômicos e sociais**. Tese (Doutorado) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Construção Civil. São Paulo, 2004.

FIGUEIREDO, N. M. A. de. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. rev. São Caetano do Sul, São Paulo: Yendis Editora, 2007.

FILIZOLA, Roberto; e KOZEL, Saete. Território e fronteira: Novas perspectivas para o ensino de geografia política. **Revista Geográfica de América Central: Número Especial EGAL**, 2011. Costa Rica: II Semestre 2011 pp. 1-20.

FOUCHER, Michel. **Obsessão por fronteiras**. Trad. Cecília Lopes. São Paulo: Radical Livros, 2009.

GUIMARÃES, Fábio M. S. Divisão regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Abril-Junho, 1941.

GUINTÃO, Giselli. **Município de Caetité incorpora novas áreas de direito, aumentando sua extensão territorial, população e arrecadação**. CAETFEST. 05.09.2013. Disponível em <<https://bit.ly/2WPcPix>> acesso setembro de 2018.

HAESBAERT, Rogério. **Des-Territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidades**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Território de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos Roberto Sanchez (Org.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009.

IMESC, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Redefinição dos limites e divisas dos municípios do Estado do Maranhão**. São Luís: IMESC, 2011. 35f.: Il.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA–IBGE. **Área Territorial Brasileira**. Disponível em <<https://bit.ly/1tpo39k>> acesso em outubro de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA–IBGE. **Divisão Territorial Brasileira**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 23 de outubro de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA–IBGE. Documentos para Disseminação Memória Institucional 17. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Diretoria de Geociências. Coordenação de Geografia.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA–IBGE. **Regiões de influência das cidades**: 2007. Coordenação de Geografia. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Diretoria de Geociências Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro 2008. Disponível em <<https://bit.ly/2DOq0LP>> acesso em julho de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA–IBGE. **Divisão territorial do Brasil e limites territoriais**. Seminário Nacional com as Instituições Responsáveis por Limites Político-Administrativos. Brasília - DF, 1º de julho de 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA–IBGE. Departamento de Cartografia. **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 130p. (Manuais Técnicos em Geociências, ISSN 0103-9598; n.8). ISBN. 85240.0751-6.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Divisão territorial do Brasil: relação dos municípios e distritos em 1-1-1979**: apêndice com atualizações até 31-12-1979. 9 ed. [S.l.] IBGE, 1980. 459p.

JORNAL TRANSAMERICA. **Bahia teve maior alteração no território segundo IBGE**. Disponível em <<https://bit.ly/2TTEAVm>> acesso outubro 2014.

JORNAL TRIBUNA DO SERTÃO. **Caetitê incorpora novas áreas e aumenta território, população e arrecadação**. Outubro de 2013

LACOSTE, Yves. **A Geografia — Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo: Editora Papirus, 1988.

LACOSTE, Yves. **Objetos Geográficos**. Trad. Cartes et Figures de la Terre. Centre Georges Pompidou, Paris, 1980. Seleção de Textos, São Paulo, n. 18, p. 1-15, maio.1988a.

LEFEBVRE, Henri. **La production del'espace**. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LUQUINI, Rita de Cassia da Silva. **Os limites das fronteiras internas de domínio do estado da Bahia: conflitos e atualização**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia- Instituto de Geociências. Salvador – BA, 2015.

MACHADO, Lia Osorio. Limites, Fronteiras, Redes. In: Strohaecker, T.M.; et al (org.). **Fronteiras e Espaço Global**, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin & HENRIQUE, Wendel (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. /– Salvador: SEI, 2010. 250 p. il. (Série estudos e pesquisas, 87). Disponível em <<https://bit.ly/2CX1uVW>> acesso em setembro 2018.

MANFRED, A. Z. **História do Mundo: o mundo antigo a idade Média**. Borges, Maria Luísa Sousa, trad. 1 vol. Lisboa-Portugal: Edições Sociais, 1977.

MARTIN, André Roberto. **Fronteira e Nação**. São Paulo: Contexto 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jésus. Redescobrir o Povo: a cultura de hegemonia. In: **Dos Meios Às Mediações Comunicação: Cultura E Hegemonia**. Trad.: Ronald Polito e Sergio Alcides. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1997.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, Espaço de Identidade In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p.: tabs. (Geografia em Movimento) Vários autores. Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br> ISBN 978-85-7743-XXX-X

MENEZES, Paulo Márcio Leal de; & FERNANDES, Manoel de Couto. **Roteiro de cartografia**. São Paulo: Oficina de textos, 2013.

MONTEIRO, Maurício Gentil. **Regulamentada a criação de municípios - Parte I**. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/mauriciomonteiro/ler.asp?id=150633>> Divulgado em 23/10/2013. Acesso em agosto de 2014.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Bases da formação territorial do Brasil**. São Paulo, Hucitec, 2000.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. Particularidade histórica da Alemanha. In: **A gênese da Geografia Moderna**. 2.ed São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Pequena História Crítica**. 20 ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, Ruy. **Pensar em Geografia**. Contexto, São Paulo: 2007.

MOREIRA, Roda **região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo**. ETC... espaço, tempo e crítica. N° 1(3), VOL. 1, 1 de junho de 2007, ISSN 1981-3732. 55 a 71. Disponível em <<https://tinyurl.com/yxaz63rh>> acesso julho de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACULÉ. **História do município de Caculé-Ba**. Disponível em <<https://bit.ly/2Ule6Rx>> acesso em maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITÉ. **História do município de Caetité-Ba**. Disponível em <<http://www.caetite.ba.gov.br/a-historia/>> acesso em maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIASSUCÊ. **História do município de Ibiassucê**. Disponível em <<http://www.ibiassuce.ba.io.org.br/historia>> acesso em maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA. **História do município de Licínio de Almeida**. Disponível em <<https://bit.ly/2WNzUBY>> acesso em maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ. **História do município de Pindaí**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/pindai/historico>> acesso em maio de 2018

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. 16. ed. São Paulo: Atual, 1997. 98p. (Discutindo a História) ISBN 8570565321

PINSKY, Jaime. **O modo de produção feudal**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1979. 198 p.

PIRES, Warley Pereira. **A in-Divisibilidade dos Territórios Estaduais no Brasil: Os Projetos de Desmembramento, Subdivisão e Incorporação de UFs-Novos Estados e Territórios Federais Frente à Manutenção dos Atuais Estados**. São Paulo, 2013-07-12. Tese (doutorado) Universidade de São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Luzia Barbosa de; PIMENTEL, Junívio da Silva. Território em Questão: Aprimoramentos de Fronteiras e Limites. in: **Anais XII Encontro Nacional da ANPEGE: Geografia, Ciência e Política: do pensamento à ação da ação ao pensamento**. Porto Alegre-RS, 12 a 15 de outubro de 2017. ISSN: 2175-8875. disponível em <<https://bit.ly/2YPuf0j>> acesso agosto de 2018

OLIVEIRA, Fernanda Rodrigues; COSTA, Wesley Borges. “**A chegada do estranho**”: mineração e conflitos por água nas comunidades camponesas de Caetitê e Pindaí- Bahia, Brasil. *Revista Pegada* – vol. 17 n.1 Julho/2016

OLIVEIRA, Débora Paula de Andrade. **A memória no curso das águas: paisagens e representações na bacia do Rio Coisa Boa, Chapada Diamantina – Bahia**. Dissertação de mestrado no programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Orientador Edvaldo Oliveira; co-orientadora: Geisa Flores Mendes. – Vitória da Conquista, 2018. 134 f.: il.

OLIVEIRA, E.; MAIA, M. R.; LIMA, E. M. . A utilização de geotecnologias na revisão dos limites municipais de Vitória da Conquista – Ba e entorno. In: **XXVI Congresso Brasileiro de Cartografia V Congresso Brasileiro de Geoprocessamento XXV Expositiva**, 2014, Gramado – RS: SBC, 2014. v. 1. p. 1-12. Disponível em <<https://bit.ly/2HGKSXs> >acesso em novembro de 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Aline Lima. **Fronteira e Território: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do Espaço Geográfico**. *Revista Produção Acadêmica – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/ NURBA* – N. 2 (Dezembro, 2015), p. 139-157

ROSA, Roberto. **Geotecnologias Na Geografia Aplicada**. *Revista do Departamento de Geografia*, 16, 2005, 81-90.

ROSA, R. e BRITO, J.L.S. **Introdução ao Geoprocessamento: Sistema de Informações Geográficas**. Uberlândia, 1996.

ROSS, Jurandir Luciano Sanches. Considerações a respeito da importância da geomorfologia na questão dos limites territoriais. In: **Revista do departamento de Geomorfologia da Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas**. USP. 1983 ISSN: 0102-4582.

SANTOS, Emerson Soares dos. **Introdução ao geoprocessamento**. *Geografia USP*, julho de 2010. Disponível em (<https://bit.ly/2VpjoI6>) acesso em outubro de 2018.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Mabrl, 1988.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1996, 3ª ed., p.15-20.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo, Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In: SANTOS, Milton et al. Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. pp. 13 – 21

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. **As abordagens e concepções do território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SCDL- Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites. Órgão do Ministério das Relações Exteriores. Disponível <<http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/historia.xml>> acesso junho de 2018.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual - natureza, capital e a produção do espaço**. Tradução: Eduardo de A. Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250p

SOUZA, Éder Júnior Cruz de. **Políticas territoriais do estado da Bahia: regionalização e planejamento**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia Instituto de Geociências. Curso de Pós-Graduação Em Geografia. Salvador – Bahia. Dezembro – 2008.

SEI-Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Evolução territorial e administrativa do Estado Bahia: um breve histórico**. Salvador: SEI, 2001.

TRIOLA, Mário F. **Introdução à Estatística**. 7a. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

TRISTÃO, José Américo Martelli, **A Administração Tributária dos Municípios Brasileiros: uma avaliação do desempenho da arrecadação**. São Paulo: EAESP/FGV, 2003. 172 p. (Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV. Área de Concentração: Organização, Recursos Humanos e Planejamento).

TUAN, Y. F. A geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, a. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. Cap. 7, p. 143-164.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas** – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro 2000: 87-145.

APÊNDICES



Apêndice A: Questionário semi-estruturado

Venho por meio deste questionário pedir sua contribuição para o desenvolvimento da minha dissertação sobre a redefinição dos limites municipais no Mestrado em Geografia pela Universidade do Estadual do Sudoeste da Bahia. Desde já agradeço e asseguro a segurança das informações.

Luzia Barbosa de Oliveira (Bolsista-UESB)

| |
|---|
| <p><u>IDENTIFICAÇÃO</u></p> <p>Questionário n. _____ Data de aplicação ___/___/ 2018</p> <p>A: Qual a posição do entrevistado na família _____</p> <p>B: Nome do município _____</p> <p>C: Localidade _____</p> <p>D: Característica da localidade: () Em área urbanizada () Em Aglomerado Isolado () Fazenda</p> <p>Coordenada UTM E= _____ N= _____</p> <p>Observações: _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____</p> |
|---|

| |
|--|
| <p><u>PERTENCIMENTO</u></p> <p>1: Sabe se essa parte onde mora foi mudado de município? Sim () Não ()</p> <p>2: Se afirmativo: ❖ Pertencia a qual município? _____ ❖ Pertence hoje a qual município? _____</p> <p>3: Se afirmativo, participou das discussões sobre o deslocamento do seu município anterior para o outro que agora é identificado como seu município? Sim () Não ()</p> <p>4: Gostaria de permanecer a este município por que? () vivo aqui desde que nasci, tenho raízes no local; () me mudei para esse local e me adaptei bem; () mas precisaria de mais investimentos em equipamentos; () se tivesse oportunidade me mudaria. () Outra _____</p> <p>5: Conhecia os limites do ANTIGO município? Sim () Não ()</p> <p>6: Conhece os limites do ATUAL município? Sim () Não ()</p> <p>7: Vota em qual município? _____Anterior () Atual ()</p> <p>8: Cobrava dos seus representantes políticos do município ANTERIOR esclarecimentos sobre os problemas que afligem o local? _____</p> <p>9: Cobra dos seus representantes políticos do município ATUAL esclarecimentos sobre os problemas que afligem o local? _____</p> <p>10: Dos serviços ofertados se sente mais atendido em qual município? Atual () Anterior ()</p> <p>11: Se sentia mais pertencente ao município? Anterior () Atual ()</p> <p>Justifique: _____ _____</p> <p>12: Com qual município você tem mais afetividade (identificação) e porquê? _____ _____ _____</p> |
|--|



CONDICÃO SOCIAL E FAMILIAR

13: Quantos membros compõem a família? (_____)

14: Qual a renda da família?

- () Até 1 salário mínimo
() 1 a 2 salários mínimos
() 3 a 4 salários mínimos
() 5 ou mais salários mínimos

15: Grau de escolaridade do entrevistado

- () Não alfabetizado
() 1º. Grau incompleto
() 2º. Grau Completo
() 2º. Grau Incompleto
() Superior

16: Quantos estão matriculados?

1º. Grau incompleto _____

2º. Grau Completo _____

2º. Grau Incompleto _____

Superior _____

Outra resposta: _____

MORADIA

17: Há quanto tempo mora na localidade?

- () Menos 1 ano
() 2 a 5 anos
() 5 a 10 anos
() Acima de 10 anos

18: Quanto a sua casa, ela é:

- () Moradia própria
() Alugada
() Cedida
() Outra

19: Quanto à propriedade

- () Própria () Alugada
() Arrendada () Outra

MOBILIDADE

20: Que tipo de transporte utiliza?

- () Ônibus (coletivo) () Vans
() Automóvel () Bicicleta
() Tração Animal () Outro

21: O transporte é oferecido por qual município (antigo ou o atual)?

SERVIÇOS ATENDIDOS: EDUCAÇÃO

22: Onde os membros da família estão matriculados?

- () Na localidade
() Na sede do município
() Outro município
() Localidade próxima

Qual: _____

23: Acha que essa localidade está situada no seu município? _____

24: Sente realizado no atendimento da educação?

Sim () Não ()

Justificar: _____

ATIVIDADE ECONÔMICA

25: Qual a atividade predominante da família?

- () Trabalho no campo
() Comércio
() Misto – pluriatividade
() Serviços
() Outros

26: No caso da produção onde vendem?

- () No local
() Nas Feiras
() Terceiros
() Outros: _____

27: No caso de venda em outros locais

- () No mesmo município
() Em outro, qual? _____

COMÉRCIO

28: No âmbito do seu município onde costuma fazer compras?

- () Na sede do município onde mora
() Na localidade onde mora

Em qual outro município? _____

29: Costuma frequentar feiras?

Sim () Não ()

Se afirmativo em que localidade/ município?



SERVICIOS BANCÁRIOS

30: Utiliza serviços bancários? Sim() Não()
Se afirmativo em que localidade _____

31: Essa localidade pertence ao seu município atual?

Sim() Não ()

32: Que tipo de serviços bancaria você utiliza?

() Lotéricas

() Correios

() Agência bancária

SAÚDE

33: Quanto à Saúde é atendido no município onde mora atualmente.

() sim () Não

Se negativo, qual?

34: Sente realizado no atendimento da saúde?

Sim () Não ()

Justificar _____

LAZER E DIVERSÃO

35: Que tipo de lazer e diversão você pratica?

36: Em qual município? _____

37: Que outro serviço acha importante que não é atendido no seu município, mas em outro município (antigo)?

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

38: Participa de alguma associação ou sindicato?

Sim() Não ()

Nome: _____

39: Se afirmativo qual a modalidade?

Urbano() Rural ()

40: Localiza no município onde mora?

Sim () Não ()

41: Se negativo em qual município?

42: Se sente pertencente ao município atual ou ao antigo?

Anterior () Atual ()

43: Pode expressar esse sentimento?

Apêndice C: Cronograma da aplicação de questionários

| Data | Localidades | Cidades | Quantidade |
|--------------------------------|--|------------------|-------------------|
| Pré-teste (UNEB) 14/09/2018 | Açoita Cavalos, Cachoeira e Guirapá | Caetité e Pindaí | 3 |
| 29/10/2018 | Fonte Telha | Ibiassucê | 3 |
| 31/10/2018 | Comboio | Ibiassucê | 6 |
| 31/10/2018 | Poço da Pedra | Lagoa Real | 2 |
| 31/10/2018 | Lagoa do Miguel | Lagoa Real | 4 |
| 01/11/2018 | Cabeludo | Caculé | 1 |
| 01/11/2018 | Tapera | Caculé | 4 |
| 01/11/2018 | Santo Inácio | Ibiassucê | 5 |
| 03/11/2018 | Barragem da Cana | Ibiassucê | 3 |
| 03/11/2018 | Cipó | Caculé | 6 |
| 03/11/2018 | Várzea Grande | Caculé | 5 |
| 03/11/2018 | Cristais | Caculé | 1 |
| 14/11/2018 | Vereda dos Caíres | Caetité | 1 |
| 14/11/2018 | Lagoa dos Criolos | Caetité | 1 |
| 14/11/2018 | Cerrado | Caetité | 5 |
| 18/11/2018 | Pancadão | Lagoa Real | 3 |
| 27/11/2018 | Garrote | Ibiassucê | 6 |
| 17/12/2018 | Bela vista do tanque | Pindaí | 6 |
| 18/12/2018 | Tanque | Pindaí | 6 |
| 29/12/2018 | Jabuticaba | Ibiassucê | 2 |
| 29/12/2018 | Massangano | Ibiassucê | 2 |
| 29/12/2018 | Catriogongo | Ibiassucê | 2 |
| 29/12/2018 | Lagoa dos patos | Ibiassucê | 1 |
| 29/12/2018 | Careta | Ibiassucê | 1 |
| 29/12/2018 | Fazenda Mocambo | Ibiassucê | 2 |
| | TOTAL | | 94 |

ANEXOS

Anexo A

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1967

~~Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos Municípios.~~

(Vide Constituição artigo 14 e artigo 15)

Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia as populações locais para a criação de novos municípios, e dá outras providências. (Redação dada pela LCP nº 46, de 21.8.1984)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - A criação de Município depende de lei estadual que será precedida de comprovação dos requisitos estabelecidos nesta Lei e de consulta às populações interessadas.

Parágrafo único - O processo de criação de Município terá início mediante representação dirigida à Assembléia Legislativa, assinada, no mínimo, por 100 (cem) eleitores, residentes ou domiciliados na área que se deseja desmembrar, com as respectivas firmas reconhecidas.

Art. 2º - Nenhum Município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos:

I - população estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no Estado;

II - eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população;

III - centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas);

IV - arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos.

§ 1º - Não será permitida a criação de Município, desde que esta medida importe, para o Município ou Municípios de origem, na perda dos requisitos exigidos nesta Lei.

§ 2º - Os requisitos dos incisos I e III serão apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o de nº II pelo Tribunal Regional Eleitoral do respectivo Estado e o de número IV, pelo órgão fazendário estadual.

§ 3º - As Assembléias Legislativas dos Estados requisitarão, dos órgãos de que trata o parágrafo anterior, as informações sobre as condições de que tratam os incisos I a IV e o § 1º deste artigo, as quais serão prestadas no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento.

Art. 3º - As Assembleias Legislativas, atendidas as exigências do artigo anterior, determinarão a realização de plebiscito para consulta à população da área territorial a ser elevada à categoria de Município.

Parágrafo único - A forma da consulta plebiscitária será regulada mediante resoluções expedidas pelos Tribunais Regionais Eleitorais, respeitados os seguintes preceitos:

I - residência do votante há mais de 1 (um) ano, na área a ser desmembrada;

II - cédula oficial, que conterà as palavras "Sim" ou "Não", indicando respectivamente a aprovação ou rejeição da criação do Município.

Art. 4º - Para a criação de Município que resulte de fusão de área territorial integral de dois ou mais Municípios com a extinção destes, é dispensada a verificação dos requisitos do art. 2º.

Parágrafo único - No caso deste artigo, o plebiscito consistirá na consulta às populações interessadas sobre sua concordância com a fusão e a sede do novo Município.

~~Art. 5º - Somente será admitida a elaboração de lei que crie Município, se o resultado do plebiscito lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria absoluta dos eleitores.~~

Art. 5º - Somente será admitida a elaboração de lei que crie Município, se o resultado do plebiscito lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria dos eleitores que comparecerem às urnas, em manifestação a que se tenham apresentado pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos eleitores inscritos. (Redação dada pela LCP nº 32, de 1977)

§ 1º - Os Municípios somente serão instalados com a posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, cuja eleição será simultânea com a daqueles Municípios já existentes, ressalvado o disposto no art. 16, § 1º, da Constituição.

§ 2º - A exigência deste artigo se estende ao caso de fusão de Municípios.

~~Art. 6º - A criação de Município e suas alterações territoriais só poderão ser feitas quadrienalmente, no ano anterior ao da eleição municipal.~~

~~Art. 6º - A criação e, qualquer alteração territorial de Município somente poderão ser feitas no período compreendido entre dezoito e seis meses anteriores à data da eleição municipal. (Redação dada pela LCP nº 28, de 18.11.1975)~~

Art. 6º - A criação e qualquer alteração territorial do Município somente serão feitas no período fixado na lei que dispõe, em cada Estado, sobre organização municipal (Lei Orgânica dos Municípios). (Redação dada pela LCP 39, de 10.12.1980) (Vide Constituição de 1988)

Parágrafo único - A criação ou supressão de Distritos, Subdistritos e de suas sedes, bem como o desmembramento do seu território, no todo ou em parte, para anexação a outro Município, dependerão sempre de aprovação das Câmaras Municipais interessadas, através de resolução aprovada, no mínimo, pela maioria absoluta dos seus membros. (Incluído pela LCP 39, de 10.12.1980)

Art. 7º - Não se inclui nas exigências desta Lei a criação de Municípios nos territórios federais.

Art. 8º - A Lei que criar o novo Município definirá seus limites segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais.

Art. 9º - Visando a eliminar a repetição de topônimos de cidades e vilas, são estabelecidas as seguintes regras: (Incluído pela LCP 46, de 21.8.1984)

I - quando duas ou mais localidades tiverem a mesma denominação, promover-se-á a alteração do topônimo, ficando com a denominação original a de mais elevada categoria administrativa ou judiciária, na seguinte ordem de precedência: capital, sede de comarca, sede de município e sede de distrito: (Incluído pela LCP 46, de 21.8.1984)

II - no caso de haver mais de uma localidade com o mesmo nome, este prevalecerá para a que o possuir há mais tempo: (Incluído pela LCP 46, de 21.8.1984)

III - na designação de novos topônimos, não serão utilizados designações de datas ou nomes de pessoas vivas: (Incluído pela LCP 46, de 21.8.1984)

Art. 10 - Serão admitidas exceções às regras do artigo anterior, quanto ao direito de prioridade à nomenclatura, se ocorrerem motivos imperiosos, mediante acordo entre as Unidades Federativas interessadas: (Incluído pela LCP 46, de 21.8.1984)

Art. 11 - Ao propor a alteração da organização e da divisão judiciária, na forma prescrita no § 5º do art. 144 da Constituição Federal, o Tribunal de Justiça anexará informação previamente solicitada à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a fim de que a Assembléia Legislativa, se for o caso, promova a eliminação das repetições de topônimos existentes: (Incluído pela LCP 46, de 21.8.1984)

Art. 12 - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a Assembléia Legislativa poderá solicitar informações à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com vistas a alterar a denominação de localidade do Estado ou provocar essa providência em outros Estados da Federação: (Incluído pela LCP 46, de 21.8.1984)

Art. 13 - Os projetos de criação ou de alteração da denominação de município ou distrito deverão ser instruídos com informação da Fundação IBGE sobre inexistência de topônimo correlato, na mesma ou em outra Unidade da Federação: (Incluído pela LCP 46, de 21.8.1984)

Art. 14 - Independentemente do disposto nos arts. 11 e 12 desta Lei, a Fundação IBGE encaminhará, no início do período de que trata o art. 6º da mesma, às Assembleias Legislativas, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, a relação dos municípios, em ordem alfabética, com indicação do Estado ou Território em que se situem, a data da fundação e a categoria administrativa ou judiciária, para fins do disposto no art. 9º.

(Incluído pela LCP 46, de 21.8.1984)

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (Renumerado do artigo 9, pela LCP 46, de 21.8.1984)

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário. (Renumerado do artigo 10, pela LCP 46, de 21.8.1984)

Brasília, 9 de novembro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

A. COSTA E SILVA

Luis Antônio da Gama e Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 10.11.1967 e retificado em 20.11.1967

Anexo B

Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996

Dá nova redação ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O § 4º do art. 18 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 18**

.....

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei."

Brasília, 12 de setembro de 1996.

| Mesa da Câmara dos Deputados | Mesa do Senado Federal |
|--|---|
| Deputado LUIZ EDUARDO Presidente | Senador JOSÉ SARNEY Presidente |
| Deputado RONALDO PERIM 1º Vice-Presidente | Senador TEOTONIO VILELA FILHO 1º Vice-Presidente |
| Deputado BETO MANSUR 2º Vice-Presidente | Senador JÚLIO CAMPOS 2º Vice-Presidente |
| Deputado WILSON CAMPOS 1º Secretário | Senador ODACIR SOARES 1º Secretário |
| Deputado LEOPOLDO BESSONE 2º Secretário | Senador RENAN CALHEIROS 2º Secretário |
| Deputado BENEDITO DOMINGOS 3º Secretário | Senador ERNANDES AMORIM 4º Secretário |
| Deputado JOÃO HENRIQUE 4º Secretário | Senador EDUARDO SUPLICY Suplente de Secretário |

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 13.6.1996